

FERNANDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

**Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo
(1891-1930)**

**ASSIS
2020**

FERNANDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

**Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo
(1891-1930)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Barreiro

**ASSIS
2020**

S237p

Santos, Fernando de Oliveira dos

Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930) / Fernando de Oliveira dos Santos. -- Assis, 2020

148 f. : tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. José Carlos Barreiro

1. Período pós-abolição. 2. Cidade de São Paulo. 3. Cidadania negra. 4. Imprensa negra paulista. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Assis. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Campus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo
(18911930)

AUTOR: FERNANDO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

ORIENTADOR: JOSÉ CARLOS BARREIRO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA,
área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. JOSÉ CARLOS BARREIRO
Departamento de História / UNESP/Assis

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA
SILVA Departamento de História /
UNESP/Assis

Profa. Dra. MÍRIAN CRISTINA DE MOURA GARRIDO
Departamento de História / EaD Universidade de Taubaté

Assis, 18 de maio de 2020.

AGRADECIMENTOS

A tarefa de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente com a realização desse estudo é de extrema relevância, mas ao mesmo tempo implica certa dificuldade. Tenho plena convicção de que jamais teria conseguido superar tantos desafios se não contasse com o apoio, disposição e carinho de várias pessoas. Portanto, espero não ser injusto e omitir algum nome, já que muitos cooperaram comigo nessa difícil e sinuosa jornada.

Começo agradecendo a DEUS, pois sua ajuda foi crucial. Graças ao seu suporte pude enfrentar e vencer os mais variados percalços ao longo desse caminho.

Agradeço à minha mãe, Benedita, a quem dedico esse trabalho. Sua dedicação incondicional determinou todas as experiências boas que a vida me proporcionou.

Ao meu pai, Vicente, às minhas irmãs Fabiana e Michelle (*in memoriam*) e a todos os meus familiares por todo amor, incentivo e disponibilidade. Muito obrigado pela compreensão e resiliência, principalmente naqueles dias em que não estive bem emocionalmente.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Carlos Barreiro, pela orientação fecunda e paciente. Seus apontamentos perspicazes, sugestões, interlocução e a liberdade que me concedeu para fazer escolhas no tocante à pesquisa colaboraram imensamente com o desenvolvimento da dissertação. Ademais, também devo agradecê-lo pelas aulas instigantes e pelas sugestões de leitura durante a disciplina de “História e Cultura”.

À professora Lúcia Helena e ao professor Paulo César Gonçalves, que me deram valiosas dicas no Exame de Qualificação. Suas proposições foram preponderantes para mudar proveitosamente o foco e o rumo da pesquisa.

Agradeço especialmente ao Jorge Luiz de Oliveira Costa, mais do que um amigo, o considero um irmão. Desde a graduação nos tornamos grandes amigos, mesmo pertencendo à turmas diferentes. A partir então, nossa amizade e parceria se fortaleceram. Sou muito grato por me encorajar insistentemente a investir no sonho de ser Mestre em História. Nesses últimos quatro anos compartilhamos nossas angústias, desafios, alegrias e conquistas da vida acadêmica, profissional e pessoal.

Ao Eduardo Melin, que também dividiu conosco muitas experiências maravilhosas ao longo das disciplinas de “Teoria e Método”, “História e Política” e nos Congressos de História. Seu humor inconfundível tornaram as viagens à Assis muito mais agradáveis e divertidas.

Ao Carlos Henrique (Carlão), pela amizade sincera, pelo incentivo na Pós-graduação, pela troca de conhecimentos acadêmicos e da docência, pela parceria “imbatível” no futebol. Suas ideias e militância também ajudaram a inspirar o tema da presente dissertação.

Aos colegas que conheci e convivi no decorrer das disciplinas do mestrado. Deixo aqui registrada a minha gratidão à Cíntia Gomes, Daniela Emilena, ao Edinaldo Aparecido, João Muniz, Luís Karat, Charles, Matheus, Jeferson, Ulysses, entre outros. Muito obrigado por me beneficiarem com suas experiências acadêmicas e pessoais.

Do mesmo modo, agradeço aos excepcionais professores que ministraram as aulas das disciplinas do mestrado: José Luís Bendicho Beired, Lúcia Helena Oliveira Silva, André Figueiredo Domingues, Tania Regina de Luca, José Carlos Barreiro e Áureo Busseto.

Agradeço ao Fábio Dantas Rocha pelas inestimáveis contribuições a partir do contato que estabelecemos no Congresso da ANPUH, realizado na UNIFESP de Guarulhos em 2018. Sua esmerada dissertação ofereceu subsídios muito relevantes ao presente trabalho.

A todos os meus amigos que me apoiaram nessa empreitada, mesmo não pertencendo à área de História e do magistério, principalmente o Ederson Donizete.

Aos meus queridos e estimados professores da graduação, onde iniciei minha trajetória acadêmica. São eles: Wagner Luiz da Silva, Renato Martinelli, Valdecir Antônio, César Doriguello e Elói Gomes (*in memoriam*). Muitíssimo obrigado pelo empenho, pelas aulas inesquecíveis, pelas conversas informais, em suma, pela enorme contribuição intelectual e por potencializarem minha paixão pela História.

Por fim, também agradeço de forma especial à Professora Dra. Mírian Cristina de Moura Garrido, por participar da Banca Examinadora e pelas valiosas contribuições ao texto final da dissertação.

“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.”

Marc Bloch.
A apologia da história, ou, O ofício de historiador.
Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.75.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891-1930)**. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo investigar o processo de construção da cidadania negra na cidade de São Paulo nas décadas seguintes à Abolição. Nessa empreitada procurou-se elucidar não apenas os percalços existenciais enfrentados pelos egressos do cativeiro, mas também identificar quais estratégias e ações foram mobilizadas para enfrentar e superar tais dificuldades, seja individualmente ou coletivamente. Procurou-se verificar em que medida os libertos vivenciaram ou não as diferentes dimensões da cidadania em seu cotidiano, tendo como horizonte os direitos e deveres estabelecidos na primeira Constituição republicana em 1891. Também por isso, elegeu-se esse ano como marco inicial do recorte temporal. O trabalho também almeja investigar até que ponto e em quais condições históricas houve amadurecimento da consciência coletiva do negro, considerando, por um lado, a necessidade de enfrentamento da discriminação racial e, por outro, a garantia de seus direitos. Para responder essas e outras questões correlatas a pesquisa teve como principal fonte primária os jornais da imprensa negra. Esses periódicos foram publicados por um pequeno grupo de negros letrados, que se consideravam os legítimos representantes da comunidade negra. Por meio desses jornais, que foram publicados de forma intermitente, entre 1915 e 1963, foi possível compreender inúmeros aspectos da vida cotidiana do negro. Nesses canais de comunicação situações de preconceito eram denunciadas, seja no mercado de trabalho ou nos espaços públicos e de lazer. Além disso, os líderes desses jornais procuravam incentivar e conscientizar os negros acerca de seus direitos e deveres, principalmente no campo da educação. Por fim, esse estudo contou com os subsídios teóricos e metodológicos da historiografia do pós-abolição.

Palavras-chave: Período pós-abolição. Cidade de São Paulo. Cidadania negra. Imprensa negra paulista.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. **Post-abolition and the struggle for black citizenship in the city of São Paulo (1891-1930)**. 2020. 148 f. Dissertation (Master's in History). – São Paulo State University (UNESP), Faculty of Sciences and Letters, Assis, 2020.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate the process of construction of black citizenship in the city of São Paulo in the decades following Abolition. In this endeavor, it was sought to elucidate not only the existential obstacles faced by the ex-captives, but also to identify which strategies and actions were mobilized to face and overcome such difficulties, either individually or collectively. We tried to verify to what extent, the freedmen experienced or not, the different dimensions of citizenship in their daily lives, having as a horizon the rights and duties established in the first republican Constitution in 1891. This is also why this year was chosen as the initial landmark of the time frame. The work also aims to investigate the extent to which, and under what historical conditions, the collective conscience of black people has matured, considering the need to face racial discrimination on the one hand, and the guarantee of their rights on the other. To answer these and other related questions, the research had as its main primary source, the newspapers of the black press. These journals were published by a small group of literate blacks, who considered themselves the legitimate representatives of the black community. Through these newspapers, which were published intermittently, between 1915 and 1963, it was possible to understand numerous aspects of the daily life of black people. In these communication channels, prejudice situations were reported, either in the job market or in public and leisure spaces. In addition, the leaders of these newspapers sought to encourage and raise awareness among blacks about their rights and duties, especially in the field of education. Finally, this study relied on theoretical and methodological inputs from post-abolition historiography.

Keywords: Post-abolition period. São Paulo City. Citizenship. Paulista Black Press.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População da cidade de São Paulo, Brasil, em 1893, por sexo, segundo a cor.	37
Tabela 2 – Distribuição dos imigrantes em São Paulo, Brasil, em 1893, segundo a nacionalidade.	38
Tabela 3 – Crescimento fabril em São Paulo, Brasil, até 1901.	40
Tabela 4 – Distribuição da população da cidade de São Paulo, Brasil, em 1893, por regiões, segundo a cor.	46
Tabela 5 - Distribuição da população da cidade de São Paulo, Brasil, por bairros, segundo cor e nacionalidade (1916-1920).	48
Tabela 6 – Distribuição da mão de obra ocupada na indústria da cidade de São Paulo, Brasil, por nacionais e estrangeiros, por área de ocupação em 1893.	55
Tabela 7 – Distribuição de dados em números absolutos e percentuais dos detidos pelos postos policiais, de acordo com a cor e ano, em São Paulo, Brasil.	86
Tabela 8 – Distribuição do percentual de prisões realizadas em São Paulo, Brasil, segundo a cor, no período de 1904 a 1916.	87
Tabela 9 – Distribuição de frequência em números absolutos e em porcentagem de prisões realizadas em São Paulo, Brasil, nos anos de 1915 e 1921, segundo a cor.	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 CAPÍTULO 1: A HISTORIOGRAFIA DO PÓS-ABOLIÇÃO E A IMPRENSA NEGRA PAULISTA	20
1.1 Apontamentos gerais sobre a concepção de cidadania moderna	20
1.2 A renovação da historiografia do pós-abolição.....	26
1.3 Os homens de cor e a imprensa negra paulista	31
1.4 A cidade de São Paulo nos primórdios do período republicano	36
 CAPÍTULO 2: A LUTA DOS NEGROS PELA CIDADANIA EM SÃO PAULO	51
2.1 As mudanças sociais na Paulicéia no alvorecer da República.....	51
2.2 Discriminação e a luta pela sobrevivência em São Paulo	58
2.3 As mulheres negras e os arranjos de família e amizade	67
2.4 Polícia, discriminação racial e violação da cidadania negra.....	77
2.5 As estratégias contra os abusos policiais.....	90
 CAPÍTULO 3: A LUTA PELA CIDADANIA PELO VIÉS DA EDUCAÇÃO.....	93
3.1 As origens da luta pela educação no período pré-abolição.....	93
3.2 Os discursos do negro acerca da importância da escolarização.....	102
3.3 As ações do negro para promover a escolarização	109
3.4 As dificuldades para promover a escolarização do negro	122
 CONCLUSÃO	131
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXO A – RECORTES DA IMPRENSA NEGRA	141

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como escopo investigar o processo de construção da cidadania negra na cidade de São Paulo nas décadas seguintes à Abolição. Considerando essa conjuntura de mudanças históricas definimos o ano de 1891 como primeira baliza do recorte temporal porque a promulgação da primeira Constituição republicana assinala uma inflexão. A partir da elaboração desse documento – pelo menos do ponto de vista institucional – os egressos do escravismo tornaram-se oficialmente cidadãos. Contudo, a efetivação dos direitos e deveres de cidadania, bem como a consciência sobre esses princípios, não foram imediatamente estabelecidas. No decorrer do processo histórico, os diferentes segmentos sociais tiveram que conquistar a cidadania, cada qual com seus ritmos, estratégias e experiências próprias. Nesse estudo investigamos especificamente os primórdios da trajetória dos libertos na capital paulista.

Definiu-se 1930 como segunda referência do recorte temporal tendo em vista as transformações que foram desencadeadas também nesse contexto, resultando na ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Segundo George Andrews¹ a partir da chamada “Era Vargas” encerra-se um período caracterizado pelo patrocínio à imigração comandado pelo Estado republicano. Entre outros efeitos dessa mudança, verificou-se a atenuação da concorrência para o negro pelos postos do mercado de trabalho. Assim, entende-se que a política de favorecimento à mão de obra estrangeira, orientada pelo racismo antinegro, afetou diretamente as possibilidades de inserção do negro no sistema ocupacional até o início da Era Vargas.

Ademais, como Roger Bastide² constatou, entre 1930 e 1937 o movimento negro atinge outro patamar de organização e atuação política. Consequentemente, modificou-se o caráter da mobilização na luta pelos direitos de cidadania. Segundo ele “é o período da formação, do desenvolvimento e do apogeu da ‘Frente Negra’, a passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política”.³ Essa conjuntura também é marcada pelo advento das Constituições de 1934 e 1937, pela conquista

¹ ANDREWS, Georg Reid. *Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)*. Tradução: Magda Lopes. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p.146-147.

² BASTIDE, Roger. *Estudos Afro-Brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

³ Ibidem, p. 132.

de alguns direitos (trabalhistas) e pela perda de outros (civis e políticos). Assim sendo, pode-se afirmar que de 1930 em diante, a luta pela cidadania entra em uma nova fase, adquirindo novas características, abrangendo novas aspirações e atores políticos.⁴

Ao delimitarmos esse recorte (1891-1930) nosso objetivo primordial foi analisar como, nessas quase quatro décadas, os homens e mulheres negras vivenciaram – ou não – as diferentes dimensões da cidadania. É fato assente que temas análogos já foram estudados pela historiografia dedicada a esse contexto histórico. Por isso nossa investigação se valeu tanto de trabalhos mais clássicos quanto dos mais recentes da literatura do pós-abolição. No entanto, oferecemos uma contribuição diferenciada ao focar a luta pela cidadania negra em São Paulo à luz de documentos como a primeira Constituição republicana de 1891 e o Código Penal de 1890. Entendemos que não basta apenas identificar quais direitos foram ou não violados. É essencial também apontar em quais artigos da Carta Magna ocorreram tais violações da cidadania. No que tange ao Código Criminal, é pertinente esquadrihar a lógica intrínseca dos instrumentos jurídicos que definiam atitudes e práticas como ilícitas.

Contudo, a principal fonte primária dissecada nessa dissertação foram os jornais da chamada imprensa negra paulista. O acervo virtual da Universidade de São Paulo (USP) disponibiliza pelo menos vinte periódicos, produzidos entre 1915 e 1963.⁵ Esses periódicos foram produzidos por um pequeno grupo de homens negros letrados e que tinham como alvo preferencial a própria população negra. Nos primórdios sua principal função era divulgar eventos sociais da comunidade negra, tais como festas, bailes, casamentos, batizados etc. Porém, mesmo nessa fase inicial, os jornais elaborados pelos chamados “homens de cor” procuravam aconselhar e educar o negro, visando sua ascensão moral e social. Além disso, a imprensa negra foi assumindo paulatinamente outro papel fundamental, pois também passou a denunciar as situações cotidianas de discriminação contra o negro. O Anexo A apresenta algumas imagens de exemplares das publicações da imprensa negra.

Vale ressaltar que os primeiros periódicos escritos por negros surgiram ainda no final do século XIX, logo após a Abolição. Segundo Gomes nessa conjuntura foram editados os jornais *O Treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A*

⁴ GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 47-48.

⁵ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Imprensa negra paulista*. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/periodicos/>. Acesso em: 11 out. 2019.

Redenção (1889), *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907), *O Combate* (1912), entre outros, que vieram nos anos subsequentes. De acordo com o historiador, esses jornais emergiram “[...] com o objetivo de refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos ‘homens de cor’”.⁶

Em relação aos periódicos da imprensa negra paulista, disponíveis no arquivo digital, ao examinar criticamente uma parte dessa valiosa documentação, nosso intuito foi penetrar no cotidiano dos homens e mulheres negras e, com isso, pudemos descortinar como vivenciaram suas experiências. Verificamos os percalços que enfrentaram, mas também as estratégias e ações que forjaram para sobreviver, seja no plano individual ou coletivo e, ainda, perscrutamos as representações coletivas e procuramos dimensionar sua influência na construção da cidadania negra.

Como evidenciou-se, esses jornais não são fontes inéditas, já que vêm sendo explorados por pesquisadores há pelos menos meio século. Todavia, esses documentos foram – e são – utilizados com propósitos, abordagens e enfoques variados. Na perspectiva do nosso objeto de estudo consideramos uma fonte apropriada, embora não a única, para deslindar aspectos da cidadania no pós-abolição. Isso porque, os vários periódicos desse período – mais do que um veículo de divulgação da vida cotidiana – tornaram-se um importante instrumento de reivindicação de direitos, conscientização e luta contra a discriminação racial.

No primeiro capítulo, intitulado *A historiografia do pós-abolição e a imprensa negra paulista*, começamos especificando as concepções sobre a cidadania que nortearam esse estudo. Na sequência apresentamos um breve panorama das modificações na historiografia do pós-abolição, destacando as novas perspectivas teóricas, metodologias e abordagens. Em seguida procurou-se evidenciar que os negros não formavam uma camada social homogênea. Demonstramos que havia diferenças marcantes no que tange às condições existenciais, nível de instrução, inserção profissional, padrões de comportamento, valores, dentre outros. Ao mesmo tempo, analisamos a relação dos “homens de cor” com a imprensa negra paulista. Foram esboçados também as origens, os papéis e a relevância dos jornais negros para os afrodescendentes.

⁶ GOMES, 2005, p. 28.

No último tópico do primeiro capítulo discorreremos acerca das mudanças desencadeadas em São Paulo na última década do século XIX. Nosso objetivo foi ilustrar o crescimento populacional, o avanço da urbanização e o incremento das atividades industriais. Para melhor dimensionar a profundidade dessas clivagens, enfocamos vários aspectos em perspectiva comparada com a cidade do Rio de Janeiro, capital da nascente República. Definiu-se essa trilha considerando que nessa conjuntura, ambas as cidades possuíam características estruturais análogas e, portanto, foram impactadas de maneiras semelhantes.

No segundo capítulo, intitulado *A luta dos negros pela cidadania em São Paulo*, analisamos as transformações sociais engendradas na capital paulista nos primórdios da República. Nosso foco foi apreender as condições existenciais dos segmentos que compunham essa emergente configuração social. Apresentou-se pontualmente dados estatísticos e fontes que nos informaram as circunstâncias de vida de alguns grupos sociais. Analisou-se de forma mais pormenorizada a situação dos imigrantes e dos não-brancos. Procuramos enfatizar não somente as dificuldades gerais enfrentadas, mas também as possibilidades de cada segmento se inserir no mercado ocupacional de São Paulo.

Na sequência aprofundamos a investigação sobre a disputa por trabalho na Paulicéia. Abordamos essa questão numa perspectiva comparada, problematizando as oportunidades desiguais entre os adventícios e os negros. O objetivo foi demonstrar a existência do racismo antinegro e sua influência na exclusão dos afrodescendentes, por meio de uma política explícita de favorecimento aos imigrantes. Apesar desses condicionamentos demonstrou-se que os negros desempenharam vários serviços nas franjas do mercado de trabalho, criando diversos meios e alternativas de sobrevivência.

Em seguida evidenciou-se o protagonismo das mulheres negras, as dificuldades que enfrentavam e os arranjos familiares. Foi constatado que justamente pelo fato de muitos negros não encontrarem emprego permanente, as mulheres acabavam garantindo a principal renda da família. Apesar do trabalho doméstico não ser bem remunerado, ao menos oferecia uma renda mais constante, visto que essa ocupação se caracteriza por maior estabilidade. Ao mesmo tempo, por circularem por diversos locais públicos, as negras eram suspeitas de envolvimento

com a prostituição, especialmente pelas autoridades policiais. Por fim, refletiu-se ainda sobre a pluralidade de arranjos familiares e a importância dos laços de solidariedade na luta cotidiana pela sobrevivência.

As ações preconceituosas da polícia e as perseguições ao negro foram motes do subcapítulo seguinte. Indicamos como o racismo antinegro também se refletia nas atitudes e no *modus operandi* dos agentes da ordem. Demonstrou-se que os direitos civis dos cidadãos negros eram frequentemente violados em diversos espaços públicos. Por serem considerados suspeitos em potencial, recebiam abordagens injustificadas, especialmente em momentos de lazer na vida grupal. Eram alvos de vários estereótipos, acusados de serem vadios, ébrios e desordeiros. No entanto, tais abusos eram denunciados nos periódicos da imprensa negra.

No último item do segundo capítulo foram apontadas algumas estratégias forjadas pelos negros como antídoto para se esquivarem das perseguições e abusos policiais. Um dos expedientes mais mobilizados contra as suspeitas de vadiagem era fornecer nomes alternativos e falsos endereços em ocasiões de abordagem. Com isso, procuravam não serem presos ou ao menos, não serem indiciados como reincidentes, o que eventualmente aumentaria a pena.

No terceiro capítulo, intitulado *A luta pela cidadania negra pelo viés da educação*, começamos fazendo uma breve incursão pelo período pré-abolição. O intuito principal foi revelar que houve interesse explícito de setores da população negra pela escolarização muito antes da Lei Áurea. Mesmo em condições adversas, escravos e libertos, a partir de certas circunstâncias, puderam ter acesso à educação elementar. Essas oportunidades tornaram-se mais frequentes após o surgimento da Lei do Ventre Livre e suas orientações, que tratavam da criação dos libertos. Desse modo, recuperando alguns antecedentes foi possível sugerir o caráter processual da luta do negro pela escolarização.

O passo seguinte foi sinalizar essa crescente valorização da educação por meio dos discursos publicados nos jornais da imprensa negra, especialmente a partir de 1915. Esmiuçando alguns desses textos, percebemos que ao longo da Primeira República, a conscientização do negro no tocante à importância da instrução escolar foi se ampliando. Os líderes das associações negras passaram a incentivar com mais veemência os negros a estudarem. Muitas vezes esse estímulo vinha acompanhado

de críticas severas aos seus coirmãos. Não obstante, verificou-se que os “homens de cor” também faziam muitas reivindicações, cobrando ações do poder estatal a respeito dessa demanda. O objetivo geral do segundo subcapítulo foi refutar premissas que defendiam a acomodação ou apatia geral do negro nesse período.

No terceiro item nos debruçamos sobre algumas iniciativas e ações das entidades negras para promover educação e atividades culturais. Diante da quase inexistência de escolas públicas e tendo que enfrentar a discriminação racial nos colégios que conseguiam se matricular, as associações decidiram fomentar a escolarização do negro por conta própria, mesmo não dispondo de grandes recursos.

Analisando os artigos da imprensa negra obtivemos indícios acerca do funcionamento de várias escolas, cursos de alfabetização e projetos culturais. Essas iniciativas e propostas floresceram de forma mais significativa a partir de meados da década de 1920, após a criação do jornal *O Clarim da Alvorada* (1924), do *Centro Cívico Palmares* (1926) e especialmente da *Frente Negra Brasileira* (1931). Perscrutando esses dados e os discursos nos periódicos, ficou ainda mais nítido, o quanto a consciência coletiva do negro vinha amadurecendo ao longo das décadas.

No último tópico do terceiro capítulo nosso escopo foi examinar o outro lado dessa realidade, ou seja, as dificuldades para se promover a escolarização do negro. Procuramos identificar quais foram os principais obstáculos que dificultavam e, no limite, impediam o negro de se apropriar da instrução elementar. Dessa forma, observamos que a discriminação racial – vigente em todas as dimensões da sociedade paulistana – era um desses enormes percalços. Não apenas inibia o acesso, mas também a permanência das crianças negras em certas instituições escolares. Muitos diretores de escolas não aceitavam a matrícula de estudantes negros. Nos colégios onde isso era permitido, o preconceito e a discriminação partiam dos alunos brancos e, às vezes, dos próprios docentes.

Contudo, outras barreiras ainda tolhiam o acesso do negro à alfabetização. A maioria não possuía verba para estudar em colégios particulares, tendo em vista o alto preço das mensalidades. Muitas crianças negras que conseguiam se matricular em instituições públicas, devido à necessidade de trabalhar, não raro em serviços desgastantes, tinham o enorme desafio de conciliar trabalho e estudos. Já o ensino oferecido pelas associações negras também lidava com adversidades por conta da

escassez de recursos. Essa limitação dificultava a organização de uma infraestrutura pedagógica de qualidade comparável à das escolas regulares. Ademais, a falta de professores especializados em cada área também restringia o nível das aulas ministradas.

De qualquer modo, as dificuldades apontadas não diminuem o valor das iniciativas e projetos educacionais promovidos ou idealizados pelas entidades negras. Muito pelo contrário, suas ações demonstraram o quanto o movimento negro estava convencido e consciente de que, a despeito dos obstáculos, valia a pena investir na escolarização da população negra.

Em relação às principais obras que nortearam essa dissertação, podem ser apontados os trabalhos dos seguintes autores: Petrônio Domingues⁷ e Regina Pahim Pinto.⁸

A obra de Domingues contribuiu significativamente por conta da profundidade de sua análise sobre os efeitos da discriminação racial em São Paulo no pós-abolição. Entre as teses desenvolvidas em seu trabalho, destaca-se o conceito de *racismo à paulista*. O historiador evidenciou minuciosamente os diversos mecanismos de discriminação em todos os âmbitos da vida social. A abordagem a respeito da política de preferência racial – que beneficiava primordialmente os imigrantes – revelou a exclusão do negro de várias ocupações do mercado de trabalho. Enfim, tivemos uma visão panorâmica de como os ex-escravos eram percebidos e tratados na emergente sociedade industrial paulistana.

Contudo, se valendo de amplo repertório documental, o historiador avançou em relação às concepções teóricas vinculadas à obra de Florestan Fernandes.⁹ Sua análise não se limitou a identificar os desafios colocados diante do negro, como o racismo e seus desdobramentos. Domingues, na esteira das novas perspectivas e enfoques teóricos, procurou indicar as múltiplas estratégias e ações mobilizadas pelos negros para enfrentar, criticar e superar as adversidades do seu cotidiano.

⁷ DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

⁸ PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

⁹ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965.

Já a obra de Regina Pahim Pinto, abarcando também o mesmo período, contribuiu ao elucidar os meandros do desenvolvimento histórico do movimento negro. Porém, antes é preciso esclarecer o que entendemos por esse último conceito. Entre as várias definições possíveis, consideramos a de Mírian Garrido a mais próxima da perspectiva que utilizamos nessa pesquisa. Conforme a historiadora:

[...] compreendo o movimento negro como a associação das militâncias negras, ou seja, a união daqueles que se identificam com os problemas da parcela da população negra e passam a atuar na modificação desses problemas por diferentes vias. Tais demandas se alteram de acordo com o contexto vivido por essas pessoas e, por conseguinte, as formas de atuação deles também se modifica.¹⁰

Nesse sentido, o exame acurado dos papéis desempenhados pelas lideranças – seja à frente das associações ou atuando na imprensa negra – foi fundamental para nosso estudo. Esquadrinhando esses jornais, Pinto reconstrói as conjunturas e as condições históricas do processo de conscientização, mobilização e valorização da identidade do negro. Ademais, a socióloga também analisou de que forma esses militantes negros se posicionavam diante dos percalços, as soluções que propunham e, sobretudo, as ações coletivas que concretizavam.

Desse modo, entendemos que essas duas obras, em certos aspectos são complementares. Ambas ofereceram conceitos e pressupostos que subsidiaram a análise da construção da cidadania negra na cidade de São Paulo. Além dessas duas referências, a obra de Thompson¹¹ forneceu o aparato teórico para pensarmos essa temática. Por meio das categorias “experiência” e “agência humana” pudemos abordar a cidadania dentro de uma perspectiva processual, onde valores, instituições e experiências acumulam-se no tempo, legando referenciais que orientam as lutas por direitos e a formação de uma identidade grupal. Ademais, guiando-se por tais premissas, pudemos apresentar na parte final da dissertação, duas hipóteses – ou conclusões – obtidas ao longo da pesquisa.

Deve-se esclarecer ainda que o conceito de “cidadania negra” definido no título do trabalho não pressupõe a existência de várias modalidades de cidadania, uma para

¹⁰ GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. *Nas Constituições dos discursos sobre afro-brasileiros: uma análise histórica da ação de militantes negros e dos documentos oficiais voltados a promoção do negro brasileiro (1978 a 2010)*. 2017. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017, p.31-32.

¹¹ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

cada segmento social. Essa terminologia demarca a especificidade da luta de homens e mulheres negras – enquanto entidade coletiva – pela cidadania nas décadas seguintes à Abolição. Ou seja, os direitos e os deveres formalmente definidos pela primeira Constituição republicana, em tese, eram os mesmos para todos. Entretanto, as circunstâncias históricas em que cada grupo teve acesso às diferentes dimensões da cidadania, variou conforme as conjunturas, os processos de luta, dentre outros.

Por fim, é preciso discorrer sobre as motivações gerais que despertaram o interesse pela temática da presente dissertação. Entre várias inquietações, consideramos pertinente mencionar sucintamente apenas duas. Como professor de sociologia e história do Ensino Médio, constantemente abordamos em nossas aulas temas importantes como a cidadania no Brasil, movimentos sociais na Primeira República, o movimento negro contemporâneo, dentre outros. Temos percebido uma crescente ampliação nos livros didáticos de temas relacionados à história da África e dos afrodescendentes no Brasil. Como se pode presumir, em grande medida isso é fruto das conquistas recentes do movimento negro. Entre outras, destacam-se a Lei 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira”¹² nas grades curriculares do Ensino Fundamental e Médio e a Lei 12.711, que estabelece a política de cotas raciais.¹³ As origens dessas leis bem como seus desdobramentos, podem ser analisados no estudo de Garrido¹⁴.

Assim, percebemos que essas e outras conquistas recentes estavam articuladas aos processos históricos mais remotos. Nesse sentido, surgiu a motivação de conhecer, por meio de uma pesquisa mais aprofundada, as origens e o desenvolvimento do movimento negro após a Abolição.

Por outro lado, verificamos que, apesar das conquistas atuais e dos esforços de conscientização, a discriminação racial ainda estava presente em diversos domínios da vida social. Isso ficou evidente ao analisarmos vários

¹² BRASIL. *Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003*: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

¹³ BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

¹⁴ GARRIDO, 2017.

indicadores sociais que apontavam a enorme desigualdade entre brancos e não brancos, em dados como nível de renda, escolaridade e moradia, entre outros. Acrescente-se a isso os elevados índices de violência contra os jovens negros.

Diante dessa realidade, ampliamos nosso interesse pela investigação do pós-abolição. Pressupomos que o conhecimento sobre esse período, entre outras finalidades, também traria contribuições fecundas para se abordar a cidadania negra no Brasil hodierno, a partir de uma perspectiva temporal mais alargada.

CAPÍTULO 1: A HISTORIOGRAFIA DO PÓS-ABOLIÇÃO E A IMPRENSA NEGRA PAULISTA

1.1 Apontamentos gerais sobre a concepção de cidadania moderna

Nesse primeiro item iremos explicitar as concepções de cidadania que orientaram a presente pesquisa. Como se trata de um conceito histórico, consideramos proveitoso nos valer do potencial heurístico de algumas premissas teóricas desenvolvidas por Reinhart Koselleck.¹⁵

Segundo o historiador alemão os conceitos se diferenciam das palavras pelo fato de serem polissêmicos, carregando uma multiplicidade de significados. Isso significa que o sentido de uma palavra é geralmente estabelecido pelo seu uso. Já os conceitos, apesar de estarem vinculados à uma palavra; são bem mais do que isso, pois remetem a determinadas circunstâncias políticas e sociais. Exemplificando, Estado é um conceito político, visto que alude a ideias como território, dominação, administração, jurisdição, legislação. Assim, “esses conteúdos diversos, com sua terminologia própria, mas também com sua qualidade conceitual, estão integrados no conceito de Estado”.¹⁶

Para Koselleck a interpretação dos conceitos políticos e sociais é fundamental não apenas para verificar suas significações em um determinado contexto histórico, mas também para apreender sua duração, acréscimos ou modificações no decorrer do tempo. A exegese conceitual é profícua também para identificar as expectativas dos agentes com relação à futuridade de um dado conceito, ou seja, notar as perspectivas acerca dos significados que ainda não foram plenamente consolidados – tanto no imaginário social quanto nas instituições – no momento de sua ascensão. Conforme o pesquisador alemão:

Torna-se, portanto, igualmente relevante, tanto do ponto de vista da história dos conceitos quanto da história social, saber a partir de quando os conceitos

¹⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁶ Ibidem, p.109.

passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica [...].¹⁷

Outro aspecto importante diz respeito à luta travada pelos agentes e grupos sociais pela definição, manutenção e imposição dos significados de conceitos. Desde a Revolução Francesa essas disputas se intensificaram, modificando também a estrutura conceitual. Segundo Koselleck a partir dessa conjuntura não serviam mais apenas para localizar determinados fatos, mas principalmente para revelar aspirações futuras. “Privilégios políticos ainda por serem conquistados foram formulados primeiro na linguagem, justamente para que pudessem ser conquistados e para que fosse possível denominá-los”. Por isso com o tempo “[...] diminuiu o conteúdo empírico presente nos significados de muitos conceitos, enquanto aumentava proporcionalmente a exigência de realização futura contida neles”.¹⁸

Para além disso, conforme Koselleck, a análise sincrônica e diacrônica dos conceitos sociais e políticos – como a cidadania – possibilita ainda outras contribuições. Nessa perspectiva, a dissecação de um conceito também permite elucidar o espaço de experiência e o horizonte de expectativa de um certo período, descortinando os usos políticos e sociais desse mesmo conceito.¹⁹ Considerando essas premissas, pode-se pensar quais expectativas acerca da cidadania – no contexto da proclamação da República no Brasil e da Constituição de 1891 – permeavam o imaginário dos diferentes grupos sociais.

Segundo José Murilo de Carvalho, nessa conjuntura houve uma intensa movimentação de ideologias políticas circulando no Brasil, principalmente importadas da Europa. De acordo com o historiador “liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo misturavam-se e combinavam-se das maneiras mais esdrúxulas na boca e na pena das pessoas mais inesperadas”²⁰

Para os propósitos específicos desse estudo, tomamos como parâmetro inicial a ideia de cidadania moderna em oposição à ideia de cidadania antiga, que floresceu na chamada Antiguidade Clássica, com os gregos e os romanos. O conceito mais hodierno de cidadania no Ocidente emergiu e se desenvolveu a partir do século XVIII

¹⁷ KOSELLECK, 2006, p. 101.

¹⁸ Ibidem.p.102.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.42.

com os filósofos iluministas e a Revolução Francesa. É nesse contexto histórico que a cidadania passa a se referir mais especificamente aos direitos e deveres do cidadão. Segundo o sociólogo Thomas Humphrey Marshall, um dos principais teóricos dessa temática,

A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal [...]. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do status e um aumento no número daqueles a quem é conferido o status.²¹

Para melhor compreender esse desenvolvimento, o teórico inglês definiu de forma esquemática três dimensões dos direitos de cidadania, que foram se consolidando gradativamente em três fases históricas. Primeiramente, no século XVIII, surgiram os direitos civis. Os principais referem-se às liberdades de ir e vir, de se expressar, de escolher o trabalho, professar a religião, direito à propriedade e à justiça, dentre outros. Já os direitos políticos emergiram no século XIX paralelamente ao surgimento dos Estados democráticos europeus. Dizem respeito, essencialmente, ao direito do cidadão eleger seus representantes, de ser também eleito e de participar de associações políticas. Em suma, de estar envolvido no exercício do poder político. Porém, as mulheres só conquistaram esse direito nas democracias europeias em meados do século XX. Por fim, no decorrer desse último século, surgiram os direitos sociais. Em linhas gerais, referem-se ao direito a um mínimo de bem-estar econômico e de participação na herança social. Nas palavras de Marshall “as instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais”.²²

É válido pontuar que, para este cientista social, essas três categorias de direitos não se desenvolveram historicamente de forma estanque. Elas estiveram entrelaçadas e se influenciaram mutuamente, notadamente os direitos políticos em relação aos direitos sociais.²³

²¹ MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p.76.

²² Ibidem, p.63-64.

²³ Ibidem, p.66.

Tendo essa concepção de cidadania como horizonte teórico, José Murilo de Carvalho elaborou seu importante estudo sobre a cidadania no Brasil.²⁴ No entanto, verificando as especificidades da trajetória histórica brasileira, o historiador constatou que a construção da cidadania em nosso país não obedeceu à sequência e às características formuladas por Marshall. Segundo Carvalho:

Aqui não se aplica o modelo inglês. Ele nos serve apenas para comparar por contraste. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se na alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros. Como havia lógica na sequência inglesa, uma alteração dessa lógica afeta a natureza da cidadania. Quando falamos de um cidadão inglês ou norte-americano, e de um cidadão brasileiro, não estamos falando exatamente da mesma coisa.²⁵

Todavia, a assertiva segundo a qual no Brasil os direitos sociais precederam os direitos civis e os direitos políticos precisa ser ponderada. Conforme o próprio José Murilo de Carvalho, aqui os principais direitos sociais floresceram em contextos em que, paradoxalmente, as liberdades civis e políticas estavam sendo cerceadas, ou seja, em épocas como o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) e o regime militar (1964-1985). Segundo o historiador “aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular”.²⁶ Baseado nesse pressuposto, Carvalho criou o neologismo *estadania* para explicar que os direitos de cidadania no Brasil, foram mais concessões que partiram do Estado, do que conquistas protagonizadas pelo povo ao longo da história. De qualquer modo, o avanço dos direitos sociais ocorreu em conjunturas posteriores ao recorte de nosso estudo (1891-1930).

Por conseguinte, é preciso desnudar as concepções acerca da cidadania a partir da Constituição republicana, promulgada em 1891. Contudo, antes de abordar a cidadania nesse contexto é crucial definir, do ponto de vista formal, os atributos do cidadão. De acordo com o artigo 69 da Carta Constitucional,²⁷ eram considerados cidadãos brasileiros:

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²⁵ Ibidem, p.17-18.

²⁶ Ibidem, p. 219.

²⁷ BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 26/12/2019.

- 1º) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não, residindo este a serviço de sua nação;
- 2º) os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República;
- 3º) os filhos de pai brasileiro, que estiver em outro país ao serviço da República, embora nela não venham domiciliar-se;
- 4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;
- 5º) os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
- 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados.

Essa breve caracterização do cidadão brasileiro, embora relevante do ponto de vista formal, quase nada esclarece sobre a cidadania efetiva. O direito ao voto, por exemplo, não contemplava segmentos sociais que, na teoria, se enquadravam como cidadãos. O artigo 70 excluía os analfabetos, os mendigos, as mulheres, os menores de vinte e um anos, setores militares e os membros de ordens religiosas.²⁸ Assim, a grande maioria da população era impedida de votar. Antes da reforma eleitoral de 1881 – quando a exigência de renda foi substituída pela de alfabetização – cerca de 10% da população estava incluída no processo de votação. Após essas alterações, o percentual diminuiu para 1% e com a República cresceu discretamente para 2%.²⁹

Segundo José Murilo de Carvalho a elite política que se beneficiava das restrições inerentes ao direito de votar defendia um ideal político, baseado na distinção entre sociedade civil e sociedade política. A primeira refere-se aos cidadãos inativos ou cidadãos simples, detentores apenas dos direitos civis da cidadania. Já a segunda, seria composta pelos cidadãos ativos letrados, que possuem os direitos civis e políticos. Tal divisão se justificaria pela maneira como o voto deveria ser idealmente encarado por toda população, ou seja, não como “simplesmente” um direito, mas como uma função social, um dever. Desse modo, “sendo função social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação”.³⁰

Portanto, percebe-se que a expansão dos direitos políticos no Brasil dependeria, necessariamente, da expansão do direito social da educação. Porém,

²⁸ BRASIL, 1891.

²⁹ CARVALHO, 1987, p.43.

³⁰ Ibidem, p. 44.

segundo Carvalho, a nascente República “era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e *resistente* a esforços de democratização”.³¹

Apesar da exclusão da maioria do processo eleitoral, deve-se levar em conta que nos primórdios da República existiam outras formas de participar ou influenciar as decisões políticas. No que tange à nossa proposta de estudo, nos empenhamos para mostrar como os jornais da imprensa negra tornaram-se um importante instrumento de denúncia da discriminação e conscientização do negro.

Na Primeira República os direitos sociais (que segundo o modelo inglês, implicariam acesso à terra, moradia, trabalho com direitos, educação, dentre outros) praticamente não existiram. Tanto é assim que não é mencionada a categoria direitos sociais na primeira Constituição republicana. No que tange aos direitos políticos, havia a interdição institucionalizada que vetava esse direito à maioria da população, conforme pontuamos.

Tendo em vista esse cenário histórico optamos por investigar mais detidamente as condições de acesso aos direitos civis da comunidade negra, porém, sem ignorar as outras dimensões da cidadania. Uma de nossas hipóteses é a de que o racismo antinegro gerou obstáculos à plena realização das liberdades civis desse grupo. Outra hipótese, é que a despeito das dificuldades, os negros se mobilizaram individual ou coletivamente para obterem seus direitos, embora nem todos tivessem total consciência da cidadania nos moldes institucionais.

Portanto, concebemos a cidadania como uma categoria inacabada, em constante processo de construção e reconstrução, carregando uma pluralidade de significados, conforme as representações e expectativas dos grupos sociais. Defendemos ainda que as lutas pelos direitos e mesmo pela definição conceitual da cidadania como Koselleck sugeriu, também é uma característica perene da história do Brasil após sua emancipação política em 1822. Nesse sentido, nos alinhamos teoricamente às formulações da obra de José Murilo de Carvalho³², cujo subtítulo ilustra muito bem nossa perspectiva sobre a cidadania no Brasil: “O longo caminho”.

³¹ CARVALHO, 1987, p. 45.

³² Idem, 2016.

1.2 A renovação da historiografia do pós-abolição

Desde meados da década de 1990 percebe-se uma pujante reorientação dos estudos relacionados ao período que sucedeu a emancipação da escravatura. Verificou-se a ascensão de novas teorias, abordagens, metodologias e a exploração de um repertório mais amplo de fontes documentais. Nessa conjuntura, uma das preocupações centrais foi questionar os enfoques habituais da historiografia da Primeira República. Essa deu atenção privilegiada aos imigrantes, ao movimento operário, ao processo de urbanização e industrialização e às oligarquias, relegando os estudos sobre os negros à uma posição secundária. Nas palavras de Petrônio Domingues “se prestarmos minimamente a atenção, verificamos que o não-branco foi esquecido da história da Primeira República (1889-1930), com raras exceções, que servem para confirmar a regra”.³³

Outro propósito comum aos historiadores do pós-emancipação foi combater as narrativas tradicionais cristalizadas, especialmente aquelas vinculadas à Florestan Fernandes e seus adeptos, que caracterizaram a comunidade negra como apática, inapta e incapaz de se adequarem à emergente sociedade capitalista.

Entre as obras da década de 1990 cujo foco foi demonstrar o protagonismo dos negros diante das adversidades enfrentadas no pós-abolição, destaca-se a pesquisa de Regina Pahim Pinto. Ela se debruçou nos diversos movimentos sociais organizados pela comunidade negra, desde os primórdios do século XX até meados da década de 1980. O trabalho abrange as ações coletivas em três fases: 1930 a 1937; 1938 a 1978; e 1978 a meados da década de 1980.

A cientista social revelou com pormenores a pluralidade e a combatividade do movimento negro em diferentes conjunturas para reivindicar uma gama variada de direitos. A organização das associações políticas, o papel das lideranças na conscientização e arregimentação de militantes, bem com as divergências internas, são motes privilegiados pela autora. Para tanto, dissecou quatro tipos primordiais de fontes primárias: jornais da imprensa negra; os depoimentos de militantes do movimento negro; documentos produzidos pelas associações, pelos seus líderes e

³³ DOMINGUES, 2004. p.21.

por outros participantes; a imprensa regular. Embora a obra focalize três períodos de atividades reivindicatórias, a autora admite que “na verdade, o alvo principal do trabalho é o período de 1900-1937”.³⁴

Ainda na década de 1990, o historiador estadunidense George Andrews também questionou vários pressupostos de Florestan Fernandes. Em seu estudo sobre a cidade de São Paulo, Andrews demonstrou que, a despeito da discriminação que dificultava o acesso dos negros ao mercado de trabalho, muitos deles conseguiram ascensão profissional, inserindo-se no funcionalismo público. Segundo Andrews, desde a época do império existia o patronato político e a provisão de empregos para “clientes merecedores”. Desse modo, os afro-brasileiros mais letrados, obtinham cargos como professores em escolas públicas, como funcionários do serviço postal, na coleta de impostos, nas companhias telefônicas públicas, dentre outros.³⁵

Na década de 2000, o período pós-abolição consolidou-se como um dos importantes temas da historiografia nacional e novas pesquisas continuaram florescendo. Na obra *Negros e política (1888-1937)*, Flávio Gomes investigou as associações negras que emergiram entre o final do século XIX e o começo do século XX. O historiador examinou a militância de algumas dessas organizações em São Paulo, revelando o papel e as estratégias do negro na luta pela cidadania. Contudo, também demonstrou que os integrantes dessas associações tinham aspirações bem mais audaciosas. Certamente, reivindicaram direitos como terras, escolas, trabalho, moradias e salários. No entanto, conforme Gomes, os agentes negros também pretendiam ser protagonistas nos debates políticos e sociais:

Em sindicatos, associações e projetos de partidos políticos, agendaram a questão racial. Também o fizeram nas ruas, nas festas, nas religiões, nos espaços de lazer e de trabalho. Talvez não quisessem apenas debater ou participar, mas sim definir a pauta.³⁶

Outra obra relevante sobre o pós-emancipação na cidade de São Paulo foi escrita por Petrônio Domingues, um dos nossos principais referenciais nessa dissertação. O historiador pernambucano esmiuçou, com vasto repertório documental, os efeitos deletérios do “racismo à paulista” na capital. Domingues revelou como o preconceito e a discriminação, heranças do escravismo, impuseram enormes

³⁴ PINTO, 2013, p. 58-59.

³⁵ ANDREWS, 1998, p.201.

³⁶ GOMES, 2005, p.80.

obstáculos à construção da cidadania dos ex-escravos. Uma política de preferência aos imigrantes atravancava o acesso do negro aos melhores postos de trabalho. Os egressos da escravidão não tiveram igualdade de condições para concorrer, nem às antigas e nem às novas oportunidades de emprego no contexto urbano.³⁷

Nos vários jornais dissecados pelo autor era recorrente anúncios com os dizeres “prefere-se brancos”. Não obstante, o racismo à paulista restringia outras dimensões da cidadania negra. A segregação permeava vários espaços e instituições sociais. Proibia-se a entrada de negros em bares, hotéis, cinema, lojas, restaurantes etc. Entretanto, a obra de Domingues destoa dos estudos clássicos do pós-abolição, na medida em que desnuda o outro lado dessa mesma realidade social. Ele demonstrou com detalhes a enorme capacidade de resistência, organização e consciência racial dos negros, que elaboraram múltiplas estratégias de luta pela sobrevivência e conquista da cidadania.³⁸

A tese de doutorado de Lúcia Helena Silva publicada em 2001³⁹ e convertida recentemente em livro (2016), é outro importante estudo acerca do pós-abolição sob as novas perspectivas. A historiadora fez um cuidadoso mapeamento dos migrantes paulistas negros que partiram para o Rio de Janeiro após o fim do cativeiro. Ao esquadrinhar o cotidiano dos adventícios na capital da República, Silva identificou os percalços enfrentados pelos negros na árdua luta pela sobrevivência. Muitos, sem trabalho e moradia fixa, eram perseguidos pelas autoridades policiais ao circularem pelas ruas da cidade, acusados de vadiagem, de serem ébrios, desordeiros e no caso das negras, de serem prostitutas. Contudo, tais adversidades possibilitaram aos afrodescendentes um acúmulo de experiências que permitiu a criação de diversos expedientes para superar as dificuldades existenciais. O estabelecimento de alianças e vínculos de amizade com os imigrantes, com os antigos moradores da cidade e também com os migrantes converteu-se em uma das estratégias fundamentais para a sobrevivência dos libertos. Conforme Lúcia Helena “fosse a companhia para dormir

³⁷ DOMINGUES, 2004.

³⁸ Idem, p. 380.

³⁹ SILVA, Lucia Helena Oliveira. *Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição (1888-1926)*. 2001. 226 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280225>. Acesso em: 01 abr. 2020.

nas ruas, fosse por um relacionamento afetivo e amigáveis, os elos constituídos foram importantes vínculos para o alcance de melhores condições de vida”.⁴⁰

Lívia Maria Tiede⁴¹, em sua dissertação de mestrado, analisou os efeitos do racismo no cotidiano da população negra paulistana. A autora esquadrinhou jornais da imprensa negra, da imprensa regular e processos criminais. Tiede verificou, principalmente nessas duas últimas fontes, que os negros eram estigmatizados em diversos aspectos, não sendo reconhecidos como cidadãos. Antes mesmo de se comprovar participação em qualquer crime eram vistos como suspeitos em potencial, conforme a documentação.

Para tentarem se desvincular das representações negativas que causavam sua discriminação, os líderes dos jornais negros, que se autodenominavam “homens de cor”, procuravam estabelecer uma distinção entre o seu estilo de vida e o da maioria dos negros. Segundo Tiede os “homens de cor” entendiam que o julgamento moral exercido pelos brancos devia-se a certos estereótipos atribuídos à população negra, tais como o ócio, a bebedeira, a falta de instrução, a prostituição, dentre outros. Embora essas circunstâncias não fossem exclusivas dos negros, a elite negra acreditava que se adotasse um padrão de vida mais regrado e comedido obteria o respeito de toda a sociedade. Muitos autores interpretaram os padrões difundidos pelos homens de cor como sendo a aceitação dos valores dos brancos. Contudo, para Tiede “podemos perceber, entretanto, que eles eram uma maneira consciente de combater o racismo”.⁴²

É preciso ressaltar que os estudos relativos ao pós-abolição não se restringiram às grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro. Kleber Amancio⁴³ perscrutou o cotidiano dos libertos e seus descendentes na cidade de Campinas entre 1888 e 1926. Na esteira das novas perspectivas teóricas e metodológicas hodiernas, o historiador também dissecou processos criminais e jornais. Nesses documentos pôde

⁴⁰ SILVA, Lúcia Helena Oliveira. *Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)*. São Paulo: Humanitas, 2016, p.191.

⁴¹ TIEDE, Lívia Maria. *Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX*. 2006. 188p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279798>. Acesso em: 01 abr. 2020.

⁴² Idem, p.159.

⁴³ AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. *Pós-abolição e cotidiano: ex-escravos, ex-libertos e seus descendentes em Campinas (1888-1926)*. São Paulo: Alameda, 2013.

exumar as vozes ocultas, o não dito, as falas silenciadas dos personagens egressos do cativeiro. Sua abordagem a contrapelo evidenciou os juízos e as representações preconceituosas de policiais, juízes, delegados e da elite branca contra os negros.

Além disso, o autor também dedicou atenção à sociabilidade do negro, às redes de amizade e às suas múltiplas estratégias de sobrevivência e resistência. Por exemplo, o historiador mostrou como muitos negros escolheram voluntariamente se ocupar em serviços temporários. Assim, trabalhavam como pintores, vendedores, pedreiros, em lojas de comércio e/ou fazendas para garantir tão-somente o essencial de sua sobrevivência. Essa vida profissional errante, escolhida autonomamente, porém, tornava-os alvos potenciais das acusações de vadiagem. Segundo Amancio, mesmo correndo esse risco, muitos preferiram aceitá-lo, optando por não se sujeitar às normas do trabalho assalariado nas fábricas.⁴⁴

Por fim, vale ressaltar que a fecundidade dos estudos renovados do pós-emancipação também se materializou em obras coletivas. A título de exemplo, pode-se citar a coletânea organizada por Flávio Gomes e Petrônio Domingues⁴⁵, publicada em 2013. Esses dois expoentes desse campo de estudo reuniram ensaios de vários pesquisadores, abordando diversas temáticas sem obedecer a uma ordem cronológica definida.

Um dos objetivos comuns a todos os ensaios foi dar visibilidade ao negro em diferentes circunstâncias, revelando seu protagonismo, seja no contexto rural ou urbano, seja individualmente ou em grupos. A atuação de entidades coletivas como irmandades religiosas, sindicatos, jornais, clubes dançantes, associações políticas entre outras, também é colocada em relevo. Em suma, pode-se postular que o fio condutor da antologia, de acordo com os historiadores, não foi nem denunciar as agruras enfrentadas pelos negros nesse período, no sentido de uma vitimização desses atores históricos. Também não era o foco prioritário destacar demasiadamente heróis ou eventos épicos. Isso porque, essas abordagens são pouco proveitosas para historiografia já que:

Oferecem pouco ou quase nada ao historiador; ao contrário, pode-se avançar mais identificando vivências, ações, ambiguidades, escolhas, atalhos,

⁴⁴ AMANCIO, 2013.

⁴⁵ GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio José. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizontes, MG: Fino Traço, 2013.

percursos, recuos e avanços em processos históricos nos quais importa refletir sobre a historiografia e os historiadores.⁴⁶

Desse modo, nosso estudo acerca da cidadania negra em São Paulo se insere nesse quadro de renovação da historiografia do pós-abolição.

1.3 Os homens de cor e a imprensa negra paulista

A comunidade negra no pós-abolição, além das diferenças entre homens e mulheres decorrentes das condições de vida e trabalho, também era caracterizada por outras distinções em sua estratificação interna. Em São Paulo os negros não formavam uma camada social homogênea, tanto no que tange à situação ocupacional quanto aos padrões de comportamento. Com o fim do escravismo, paulatinamente formou-se uma pequena elite no interior da comunidade negra, que se diferenciava da maioria dos seus coirmãos, principalmente por conta do domínio da leitura e da escrita.

Esse pequeno segmento alfabetizado organizava e escrevia os periódicos da chamada imprensa negra. Os negros que atuavam nesses jornais se autodenominavam homens de cor e consideravam-se porta-vozes da comunidade negra. Esses periódicos tinham como alvo principal a própria população negra e foram publicados de forma intermitente entre 1915 e 1963. Nos primórdios da imprensa negra sua principal função era divulgar eventos sociais da comunidade, tais como: festas, bailes, casamentos, reuniões, dentre outros. Contudo, mesmo nessa fase inicial, os jornais elaborados pelos homens de cor procuravam aconselhar e educar o negro, visando sua ascensão moral e social. Nesse sentido, pretendiam inculcar – ou ao menos difundir – um conjunto de regras morais com o intuito de normatizar o comportamento dos negros.⁴⁷ Além disso, a imprensa negra também denunciava as situações cotidianas de discriminação contra os afrodescendentes.

⁴⁶ GOMES; DOMINGUES, 2013, p.19.

⁴⁷ TIEDE, 2006, p.34-35.

Um dos estudos pioneiros acerca da imprensa negra paulista foi elaborado por Roger Bastide em um artigo publicado ainda na década de 1950, tornando-se mais tarde um dos principais ensaios sobre o tema.⁴⁸ Para melhor examinar a trajetória dos jornais negros, o sociólogo definiu uma periodização, na qual identificam-se três fases ou períodos distintos: o primeiro, situa-se entre 1915 e 1930; o segundo de 1930 a 1937; o terceiro após 1945.

Os jornais produzidos pelas várias associações negras eram de pequena tiragem e, por isso, tinham circulação restrita. Diferentemente da “grande imprensa”, não publicavam regularmente e muitos tiveram existência efêmera. Isso se explica pela incipiente estrutura técnica disponível para produção e distribuição, pela falta de incentivos governamentais e, sobretudo, pela limitação de recursos. Segundo Bastide esses periódicos tinham uma existência frágil porque suas publicações eram direcionadas primordialmente a uma classe pobre que não dispunha de verbas para mantê-los. Por conta disso, os jornais eram sustentados com os recursos do próprio grupo, sendo boa parte deles vendida nos bailes dançantes.⁴⁹

Outro aspecto importante destacado pelo sociólogo é que os organizadores dessa imprensa eram, em geral, membros de uma “classe média” negra. Esse pequeno segmento era formado por professores, advogados, jornalistas, revisores tipográficos, dentre outros. Para Bastide, por terem conquistado uma ascensão social emergindo da “classe baixa”, essa pequena elite estava apta a representar os anseios de toda comunidade negra, pois conheciam bem as necessidades dos negros e as agruras que enfrentavam. Assim, essa elite “[...] tomou consciência do que não é ainda muito claro ou muito sentido pelos seus irmãos de nível baixo, tornou-se eco de toda uma classe de cor”.⁵⁰

Já Miriam Nicolau Ferrara,⁵¹ na esteira de Roger Bastide, ampliou a investigação sobre a imprensa negra paulista. Em sua obra a historiadora esquadrinhou novos periódicos e estabeleceu uma nova periodização (1915-1963) em relação à que foi definida por Roger Bastide. Para caracterizar com mais precisão as

⁴⁸ BASTIDE, 1973.

⁴⁹ Ibidem, p.129.

⁵⁰ Ibidem, p.130.

⁵¹ FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986, p.45.

especificidades dos jornais ao longo dessas quase cinco décadas, a autora dividiu de forma esquemática essa produção em três períodos:

- a) primeiro período: de 1915 a 1923;
- b) segundo período: de 1924 a 1937;
- c) terceiro período: 1945 a 1963⁵².

Os jornais do primeiro período, em linhas gerais, podem ser definidos como um veículo de comunicação, cuja intenção primordial é divulgar pequenas notas sobre festas religiosas, casamentos, quermesses, falecimentos, mexericos etc. Segundo a autora, nessa fase os artigos reivindicatórios e de apelo à conscientização foram inexpressivos. A fundação do jornal *O Clarim da Alvorada* por José Correia Leite e Jaime de Aguiar em 1924 representou um momento de inflexão.

Nesse período o caráter combativo da imprensa negra desenvolve-se e acentua-se. A *Frente Negra Brasileira* (1931), uma associação que tornou-se um partido político, surge nessa conjuntura e cria, em 1933, o periódico *A Voz da Raça*, que passou a ser o seu órgão oficial. Segundo Miriam Nicolau Ferrara, desde então verifica-se a passagem da reivindicação jornalística à reinvidicação política. Com a instauração do *Estado Novo* em 1937, esse segundo ciclo da imprensa negra é coercitivamente encerrado.

Por fim, o terceiro período é inaugurado em 1945 com a redemocratização do país. Nesse contexto destaca-se o jornal *Alvorada*, órgão oficial da *Associação do Negro Brasileiro* e também, a reorganização da *Frente Negra Brasileira*. De acordo com a historiadora “o 3º período encerra-se em 1963 porque neste ano a imprensa negra sofre uma paralisação para rearticular-se por volta dos anos 70; porém, com características diferentes dos jornais das décadas anteriores”.⁵³

Conforme salientou-se, nos primórdios da imprensa negra a divulgação dos eventos sociais da comunidade era uma de suas principais funções. Os jornais produzidos pelas várias associações negras eram de pequena tiragem e, portanto, tinham circulação restrita.

⁵² FERRARA, 1986.

⁵³ Ibidem, p. 45.

Mesmo na fase inicial, os jornais elaborados pelos homens de cor procuravam aconselhar e educar o negro, visando sua ascensão moral e social, conforme assinalamos. Segundo Flávio Gomes “essa missão, ao mesmo tempo didática e redentora, determinou um certo distanciamento entre produtores e leitores. E também entre editores, leitores e aqueles sobre os quais se escrevia”.⁵⁴

No que tange aos valores propalados pelos homens de cor, a educação formal era vista como o principal caminho para conquistar mobilidade social. Outro mote comum aos jornais foram as críticas a comportamentos e atitudes consideradas reprováveis entre os negros: alcoolismo, vadiagem, prostituição, criminalidade etc. De acordo com Clóvis Moura “em quase todas as publicações é visível a preocupação com uma ética puritana capaz de retirar o negro de sua situação de marginalização”. Por conta disso “os jornais servem, portanto, para indicar, através de regras morais, o comportamento que deveriam seguir os membros da comunidade negra”.⁵⁵

Assim, os homens de cor eram os negros que escreviam e liam os jornais, frequentavam os clubes e participavam das associações. No geral, eram esses militantes que censuravam os comportamentos considerados desviantes. Por isso eles faziam questão de estabelecer uma distinção entre os homens de cor, que adotavam os padrões morais adequados e os demais negros, que os rejeitavam. Segundo Livia Maria Tiede “A ‘classe homens de cor’, portanto, não tratou qualquer indivíduo de pele escura como seu congênere; todos os ‘homens de cor’ e ‘mulheres de cor’ eram negros, mas nem todas as pessoas negras foram consideradas pertencentes à categoria moral dos ‘homens de cor’”.⁵⁶

Conforme salientamos, várias atitudes eram repudiadas pela elite negra, que entendia que a discriminação praticada pelos brancos era motivada por certos comportamentos, mesmo não sendo exclusivos dos negros. As principais críticas dos homens de cor tinham como alvo a vadiagem e a bebedeira. Naquele contexto, a falta de ocupação e o alcoolismo ensejavam as perseguições policiais e as prisões arbitrárias dos pobres, principalmente os negros”.⁵⁷

⁵⁴ GOMES, 2005, p. 37.

⁵⁵ MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988, p.205.

⁵⁶ TIEDE, 2006, p.35.

⁵⁷ Ibidem.

O jornal *A Liberdade*, em um artigo de 1919, advertia: “Já A Liberdade há muito tempo bateu contra nossa raça que quer se vestir muito bem sem querer trabalhar, e trabalho é honra para nós todos e quem saiba viver honradamente”.⁵⁸ Vale destacar que a prostituição era outra prática severamente repudiada pelos homens de cor, percebida como imoral, mas também não exclusiva ao estrato negro.

Por conseguinte, é preciso esmiuçar melhor os atributos distintivos que caracterizavam esses dois segmentos da população negra. Para Petrônio Domingues a elite negra, neste contexto, não se diferenciava pela posse de meios de produção. Nem mesmo a ocupação de cargos como jornalistas, funcionários públicos ou técnicos especializados definiam essencialmente esse grupo. Segundo Domingues a elite negra possuía três características marcantes. Primeiramente, esse segmento se apresentava como porta-voz político da comunidade negra e os brancos o aceitavam como tal. Em segundo lugar, esse grupo era alfabetizado e percebido como culturalmente evoluído. E por último, essa elite negra assimilava e reproduzia parte dos valores do “mundo branco”.⁵⁹

A despeito desse último aspecto, o historiador explana com pormenores as diferenças de atitude em relação ao estilo de vida dos brancos:

O modelo “branco” de educação, etiqueta, cultura, protesto e organização era incorporado, total ou parcialmente, pelos negros da elite. Já os negros da plebe negavam consideravelmente os valores do “mundo branco”, assumindo, muitas vezes, um estilo de vida alternativo, expressado pela prática da resistência cultural (samba, capoeira, macumba e malandragem) e preservação, em certa medida, da visão de mundo ancestral.⁶⁰

Entretanto, apesar de os homens de cor repudiarem o estilo de vida da maioria dos negros – demarcando uma diferença em relação aos seus próprios padrões – esses dois grupos não viviam estanques. De acordo com Livia Maria Tiede todos partilhavam os mesmos espaços de moradia, muitas práticas sociais, frequentavam os mesmos locais de sociabilidade. Além disso, enfrentavam igualmente o racismo, a discriminação e as perseguições policiais.

Segundo a historiadora “se houve divisão entre a população negra paulistana pode-se acreditar que ela não tenha sido física, nem econômica ou social. Ela pode

⁵⁸ *A Liberdade*, São Paulo, 28/12/1919, p.1.

⁵⁹ DOMINGUES, 2004, p. 209-210.

⁶⁰ *Ibidem*, p.211.

ter sido cultural, mas, mesmo assim, não separou negros ‘aburguesados’ de negros ‘desclassificados’.”⁶¹

1.4 A cidade de São Paulo nos primórdios do período republicano

Neste último item do primeiro capítulo, pretende-se traçar um panorama geral das mudanças geográficas desencadeadas em São Paulo na última década do século XIX. Nosso objetivo é verificar de que modo elas afetaram as condições de vida dos diferentes segmentos que configuravam a sociedade paulistana. Como isso teremos alguns subsídios para apreender a relação dessas transformações com aspectos da cidadania.

Segundo José Murilo de Carvalho a primeira década republicana no Rio de Janeiro foi marcada por importantes alterações de natureza demográfica. Houve um acentuado crescimento populacional, modificações em sua composição étnica e em sua estrutura ocupacional. Com a Abolição, o contingente de subempregados e desempregados aumentou consideravelmente. Ao mesmo tempo, houve um enorme influxo de imigrantes para a cidade, sobretudo de portugueses. Em termos absolutos a população quase dobrou entre 1872 e 1890, passando de 266 mil para 522 mil. Outro dado relevante é sobre a heterogeneidade dessa população. Em 1890, 28,7% dos munícipes eram nascidos no exterior, 26% em outras regiões do país e somente 45% nascidos no Rio de Janeiro.⁶²

Nesse contexto, ainda que com um ritmo próprio, verificava-se este mesmo processo histórico em São Paulo: crescimento demográfico, avanço da urbanização e expansão das atividades industriais e comerciais. Conforme os dados de Richard Morse, em apenas vinte e um anos, a população paulistana teve um aumento exponencial: a capital contava com 23.243 habitantes em 1872; quatorze anos depois subiu para 44.030; em 1890 passou para 64.934; no ano de 1893 os paulistanos já somavam mais de 192.400 pessoas⁶³.

⁶¹ TIEDE, 2006, p. 65.

⁶² CARVALHO, 1987.

⁶³ MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1970.

O historiador aponta outras tendências que também emergiram nesse período: ascensão de uma classe capitalista; influxo de fazendeiros do campo para a cidade; incremento das atividades comerciais, industriais, burocráticas e intelectuais.⁶⁴

Florestan Fernandes também fornece informações proveitosas para se pensar as mudanças demográficas na Paulicéia no começo do período republicano. Ele postula que a partir da segunda metade do século XIX “a expansão urbana, induzida direta ou indiretamente pelo surto da lavoura cafeeira, converteu São Paulo numa cidade “estrangeira”. Para corroborar essa tese, Fernandes se ancora em alguns dados que evidenciam uma gradual diminuição da população negra em São Paulo. Segundo o sociólogo, no começo do século XIX, todos os elementos negros – homens e mulheres, mulatos, escravos ou livres – compunham 54% da sociedade paulistana. No censo de 1872 esse percentual reduziu-se para 37% e no de censo de 1886 chegou a apenas 21%.⁶⁵

Simultaneamente, crescia acentuadamente o percentual de estrangeiros, devido ao processo de imigração. Em 1854 os adventícios eram apenas 3% e no ano de 1886 atingiram 25% da população paulistana. Nessa época, essa quantidade já era 3,9% superior à quantidade da população negra em geral. Para melhor ilustrar esse processo, Fernandes apresenta outros dados, com base no recenseamento de 1893, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 - População da cidade de São Paulo, Brasil, em 1893, por sexo, segundo a cor.

População	Segundo o sexo		Totais	
	Homens	Mulheres	Dados brutos	%
Brancos	63.071	52.655	115.726	88,4%
Caboclos	254	236	490	0,003%
Pardos	3.731	4.908	8.639	6,6%
Pretos	2.528	3.392	5.920	4,5%

Fonte: Fernandes (1965, p. 8).

Segundo Fernandes, estes dados indicam que a população negra neste período havia se reduzido para apenas 11% da sociedade paulistana. Entretanto, em números absolutos, entre 1886 e 1893 houve um aumento de 4.284 indivíduos negros

⁶⁴ MORSE, 1970.

⁶⁵ FERNANDES, 1965.

na capital. Isso indicaria que, após a Abolição, boa parte dos ex-escravos mantiveram-se em São Paulo e outros eventualmente chegaram à cidade nesse intervalo. De qualquer modo, o afluxo de estrangeiros na Paulicéia foi tão expressivo que superou até o número de indivíduos brancos nativos, numa proporção de 62% contra 38%.⁶⁶ Sobre a distribuição dos imigrantes, segundo a nacionalidade, Fernandes ainda fornece os seguintes dados, conforme apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos imigrantes em São Paulo, Brasil, em 1893, segundo a nacionalidade.

Nacionalidade	Números absolutos
Italianos	44.854
Portugueses	14.209
Espanhóis	4.727
Alemães	2.320
Franceses	1.107
Austríacos	948

Fonte: Fernandes (1965, p. 9).

Em relação à porcentagem da população negra nas décadas iniciais do século XX, o historiador Fábio Dantas Rocha fornece dados importantes em sua pesquisa. Segundo ele, entre 1911 e 1915, os afrodescendentes correspondiam a 13,4% dos paulistanos. De 1916 a 1920 esse percentual recuou para 12,39%, voltando a crescer entre 1921 e 1925 para 13,42%. Por fim, de 1926 a 1930, há um aumento expressivo de 2,38% nesse grupo, atingindo quase 16% da sociedade paulistana. Nessa mesma conjuntura verifica-se o declínio dos brancos (nacionais e estrangeiros) de 87,58% para 86,58%.⁶⁷ Esses dados permitem refutar a tese propalada nesse período, segundo a qual, a população negra estava fadada a desaparecer.

Do ponto de vista financeiro, os anos iniciais do período republicano foram marcados pelos efeitos deletérios do *Encilhamento*. O principal deles foi o súbito aumento do custo de vida, provocado pelo encarecimento das mercadorias importadas. Além disso, a queda do câmbio e a elevação dos impostos de importação pelo governo federal impulsionaram ainda mais a alta da inflação. Segundo José

⁶⁶ FERNANDES, 1965.

⁶⁷ ROCHA, Fábio Dantas. *Saindo das sombras: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.

Murilo de Carvalho no primeiro quinquênio da República, os salários subiram 100% ao passo que os preços aumentaram 300%. No Rio de Janeiro, este cenário de dificuldades foi agravado pela imigração, que ampliava a oferta de mão de obra e acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis. Muitos nativos atribuíam a culpa aos portugueses, “[...] considerados usurpadores de empregos e exploradores dos brasileiros através do controle que exerciam sobre grande parte do comércio e das casas de aluguel”.⁶⁸

Na cidade de São Paulo, não obstante esses mesmos efeitos provocados pelo *Encilhamento* nesta conjuntura, estava em marcha um pujante processo de urbanização e incremento das atividades industriais. Perceber os aspectos gerais desse movimento é crucial para compreendermos a distribuição das oportunidades profissionais entre os diferentes grupos. Nessa configuração social urbana que então se desenhava emergiram novas relações sociais e novas circunstâncias de vida foram estabelecidas para cada segmento.

Segundo Richard Morse, o capital investido nas atividades industriais paulistanas foi proveniente dos fazendeiros de café, especialmente a partir de 1885, quando se verificou uma queda em nível mundial nos preços do produto. Contudo, Morse salienta que esses ricos proprietários, mesmo fixando residência na capital paulista, mantiveram-se vinculados aos seus negócios no campo. Na cidade, eles foram pioneiros nos investimentos industriais, destacando-se também como diretores de estradas de ferro, banqueiros, profissionais liberais, jornalistas, políticos, dentre outros.⁶⁹

Ainda conforme o historiador estadunidense, por volta de 1901 já existiam pelo menos 108 estabelecimentos enumerados. Estes empreendimentos fabris eram de tamanhos variados e bem heterogêneos em suas atividades. Alguns ramos da indústria já despontavam em São Paulo nessa época: fábricas de tecelagem, cerâmica, fundição, madeira, ferramentas para agricultura, entre outras.⁷⁰

Wilson Cano corrobora a tese de Richard Morse, pois também reconhece que a primeira fase – ou surto – de industrialização, estava intrinsicamente ligada ao

⁶⁸ CARVALHO, 1987, p. 21.

⁶⁹ MORSE, 1970.

⁷⁰ Ibidem.

acúmulo de capitais no setor cafeeiro. Para ele, esse período de expansão inicia-se em fins do século XIX e se estende até por volta de 1932. A partir daí a produção fabril inaugura uma nova fase de expansão após os efeitos nefastos da crise de 1929. Assim, Cano explica por que o café foi o grande elemento diretor e indutor da industrialização, especialmente em São Paulo:⁷¹

Ao gerar capacidade para importar, o café resolvia seu problema fundamental que era o da subsistência de sua mão-de-obra, atendia às exigências do consumo de seus capitalistas, às necessidades de insumos e bens de capital para a expansão da economia, bem como indicava, em grande parte, os limites em que o Estado podia ampliar o seu endividamento externo.

Em seu estudo clássico, Petrone Pasquale também investigou o crescimento das atividades industriais na capital paulista a partir da última década do século XIX. Segundo Pasquale o surto industrial que se verificou neste contexto foi determinante para “[...] transformar a ‘metrópole do café’ ou ‘a capital dos fazendeiros’ na dinâmica e movimentada *metrópole industrial* de nossos dias”.⁷² Para ilustrar esse processo o autor apresentou alguns dados sugestivos acerca do crescimento fabril, explicitados na Tabela 3.

Tabela 3 – Crescimento fabril em São Paulo, Brasil, até 1901.

Períodos	Fábricas
Antes de 1880	16
De 1880 a 1889	16
De 1890 a 1894	21
De 1895 a 1901	39
Total	92

Fonte: Petrone (1955, p. 129).

De acordo com o geógrafo, um dos principais desdobramentos desse surto industrial nessa conjuntura foi a colossal expansão territorial da capital paulista. São Paulo expandiu-se para todas direções, especialmente as regiões Oeste, Leste e Sul

⁷¹ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p.122.

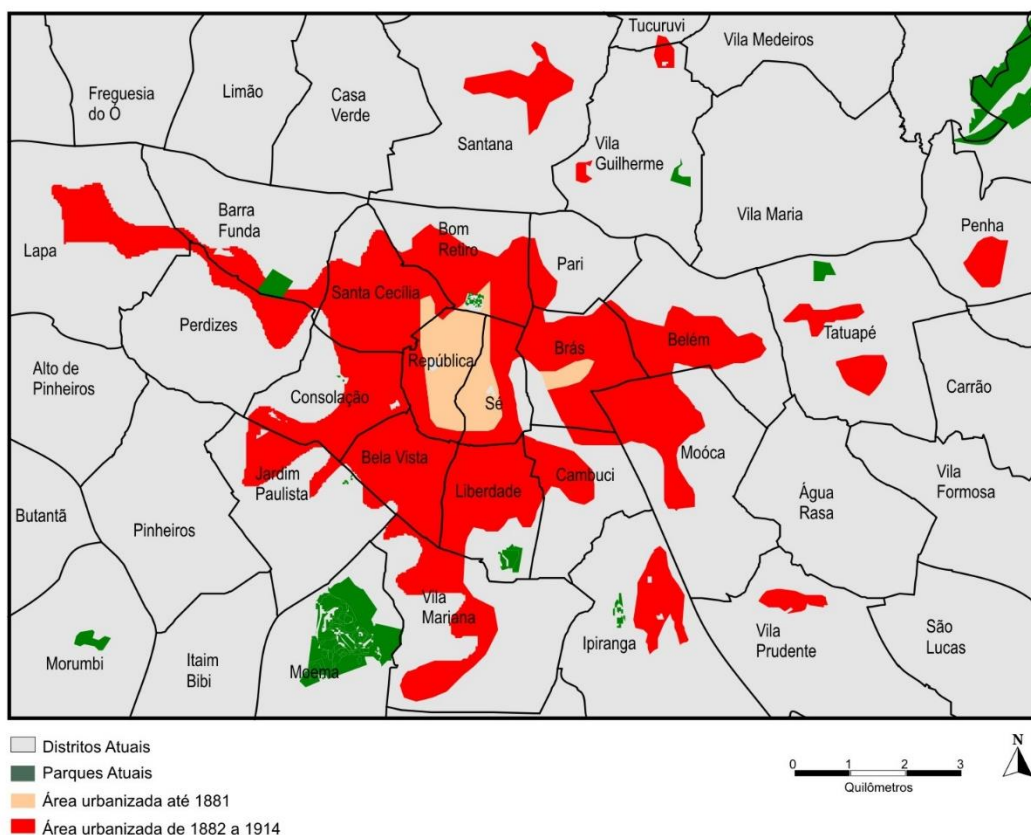
⁷² PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, v. 10, n. 21-22, 1955, p. 127.

que tiveram um crescimento mais pujante. Por isso, essas regiões concentraram a maior quantidade de fábricas ao longo do tempo. O autor também ressalta que muitas áreas industriais se desenvolveram no entorno das vias férreas. O baixo custo dos terrenos nessas regiões teria estimulado a instalação dos estabelecimentos fabris. Segundo Pasquale surgiram áreas residenciais de caráter misto, onde funcionavam indústrias de pequeno e médio porte. Nesse contexto, teria emergido bairros como:

Brás, Belenzinho, Tatuapé, Comendador Ermelindo e São Miguel Paulista, ao longo dos trilhos da "Central do Brasil"; ainda o Brás, Pari, Mooca, Ipiranga, São Caetano do Sul e Santo André, acompanhando a Santos-Jundiaí"; Barra Funda, Água Branca, Lapa e Osasco, servidas tanto por esta via-férrea, como pela "Sorocabana". Mas, inegavelmente, foi a função industrial, mais do que outro qualquer fator, que ocasionou seu crescimento e sua expansão em área.⁷³

Não obstante, o Mapa 1 sugere que a expansão urbana estava em curso muito antes do surto de industrialização indicado por Pasquale.

Mapa 1 – Avanço da urbanização em São Paulo entre 1882 e 1914



Fonte: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (2020)⁷⁴

⁷³ PETRONE, 1955, p.129.

⁷⁴ SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO. *Área urbanizada: 1882/1914*. Disponível em: http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1900.php. Acesso em: 29 dez. 2019.

No bojo do processo de industrialização e urbanização, ainda em fase ascendente, emergiram problemas sociais de monta, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Entre a última década do século XIX e a primeira do século XX a falta de moradias, o encarecimento dos imóveis e dos aluguéis afetaram contundentemente os segmentos mais pobres.

Conforme assinalamos, houve na cidade fluminense um crescimento demográfico vertiginoso e este foi um dos fatores que contribuíram para a escassez de habitações. Todavia, Sidney Chalhoub explica que esse quadro social agravou-se de fato a partir das reformas urbanísticas “impostas” durante a gestão do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Neste período, cerca de vinte mil pessoas foram desalojadas das áreas centrais da cidade sem qualquer indenização ou compensação por parte das autoridades públicas. Como se sabe, a *Revolta da Vacina* foi um dos desdobramentos desse processo.⁷⁵

Já em São Paulo, o estabelecimento das atividades industriais e o avanço da urbanização desordenada também provocaram efeitos análogos. Contudo, conforme Candido Malta Campos, esse processo de modernização já estava em curso na Paulicéia algumas décadas antes da proclamação da República. Suas origens remontam às pretensões da elite cafeeira em modernizar a cidade nos moldes europeus, quando vieram residir na capital.⁷⁶

Nessa época emergiram projetos urbanísticos inspirados no paisagismo das metrópoles do Velho Mundo, no contexto da 2ª Revolução Industrial. Tendo esse cenário como pano de fundo, investiu-se na instalação de ferrovias e portos, na construção de pontes, viadutos, avenidas, prédios públicos, na retificação das ruas etc. Na área de comunicação estimulou-se o desenvolvimento da imprensa e idealizou-se a implantação do telégrafo. Imbuídas por concepções higienistas, as autoridades públicas também providenciaram obras de saneamento, como a criação de sistemas de esgoto e drenagem.⁷⁷

⁷⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p.133.

⁷⁶ CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

⁷⁷ Ibidem.

Ainda segundo Campos, o governo de João Teodoro Xavier (1872-1875), presidente da província de São Paulo, assinalou um ponto de inflexão na história da urbanização da capital. Após várias edificações e aprimoramentos feitos na região leste, nessa conjuntura iniciavam-se também as intervenções no lado oeste:

Abrindo a face Oeste, antes considerada ‘fundos’ da cidade, a demolição do velho dobrado foi um divisor em nossa história urbana. Símbolo do ‘imobilismo’ que os progressistas queriam superar, suas grossas paredes de taipa seriam substituídas por ágeis perfis metálicos lançados sobre o vale, rumo ao futuro de São Paulo. Naquele momento, o ato de demolir assumia conotações positivas e desejáveis que marcariam a transformação da cidade. Afirmava-se a transitoriedade do ambiente construído, a ser sacrificado sempre que estivesse no caminho de imperativos modernizantes e expansionistas [...].⁷⁸

Não obstante, sob os auspícios do ideal civilizatório e na ânsia de embelezar a Paulicéia, a elite econômica só pôde efetivar de fato suas aspirações modernizantes após o advento da República. Porém, já estavam delineados os princípios que norteariam a política urbanística, idealizada nas décadas anteriores. Segundo Fábio Dantas Rocha:

O urbanismo científico integrou as aspirações de embelezamento, praticidade e crescimento econômico. As epidemias de febre amarela no estado, juntamente com a aglomeração de pessoas na capital, alertavam para a necessidade de obras de saneamento. O combate aos cortiços e moradias coletivas norteou uma ação higienista radical, que determinava quarentenas e a fiscalização dos modos de vida e das habitações populares. A Câmara Municipal de São Paulo deu poderes de inspeção à Polícia Sanitária, que poderia exigir a demolição ou a reforma de prédios comerciais e, sobretudo, de cortiços.⁷⁹

Para ilustrar esse processo histórico que afeta diretamente aspectos da cidadania negra, o historiador menciona um dos vários desdobramentos dessa política urbanística. Durante a gestão do prefeito Antônio da Silva Prado (1899-1910), o Largo do Rosário foi ampliado. Para isso, a emblemática Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi destruída e, posteriormente, deslocada para o outro lado do Anhangabaú. Em seu lugar, no Rosário, foi edificado o Prédio Martinico, que tornou-se a sede da *Light* e da redação do jornal o *Estado de São Paulo*. Para Rocha “limpar as ruas, cuidar dos jardins, substituir uma igreja de negros por um palacete de

⁷⁸ CAMPOS, 2002, p.52.

⁷⁹ ROCHA, 2018, p.152.

brancos, era o mesmo que se livrar dos estigmas que o mundo imperial e a escravidão haviam deixado na cidade”.⁸⁰

A política de urbanização enviesada pelos ideais higienistas prosseguiu com suas intervenções demolidoras na Paulicéia nas gestões de Raymundo Duprat (1911-1914) e de Washington Luís (1914-1919). Durante a gestão desse último houve mesmo uma exacerbação não somente das preocupações sanitárias, mas também do controle moral de certos segmentos sociais. É o que se evidencia nos relatos do ex-secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, esmiuçados de forma muito perspicaz por Carlos José Ferreira dos Santos.⁸¹ A análise é sobre o contexto da criação de um parque na Várzea do Carmo em 1914, região cortada pelo Rio Tamanduateí. Para o prefeito esse local deveria se enquadrar no modelo urbanístico sanitário, pois era sujo, repugnante e perigoso. Nas palavras de Washington Luís:

(O novo parque) não pode ser adiado porque hoje o que ainda se vê, na adiantada capital do estado, a separar brutalmente do centro comercial da cidade os seus populosos bairros industriais, é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos, e, ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda sua extensão.⁸²

Para Santos, o que chama atenção neste argumento são os termos médicos-sanitaristas mobilizados pelo prefeito para caracterizar a Várzea do Carmo, embora essa percepção se estendesse a outras áreas. Ao ser percebido como imundo, insalubre e nocivo, justificava-se a intervenção das autoridades públicas no local, legitimadas pelos princípios da Medicina positiva e do Direito. Não obstante, a inquietação de Washington Luís não se restringia aos aspectos efetivos da Saúde Pública. Havia, intrinsecamente, uma predisposição em moralizar a Várzea, buscando expurgar os modos de vida e costumes considerados incompatíveis com os novos preceitos urbanísticos.⁸³

Em outro relatório do prefeito verifica-se, de forma ainda mais cabal, que sua preocupação e a daqueles que o apoiavam não se limitava às doenças, mas também em cercear determinados comportamentos:

⁸⁰ ROCHA, 2018, p. 153.

⁸¹ SANTOS, Carlos José Ferreira. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume, 1998.

⁸² Ibidem, p. 88.

⁸³ Ibidem.

É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetes do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação das moitas, pela ausência de iluminação se reúne e dorme e se encachoa, à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de *negros vagabundos*, de *negras edemaciadas* pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos. É aí que se cometem atentados que a decência manda calar [...] Era aí que, quando a polícia fazia o expurgo da cidade, encontrava a mais farta colheita.⁸⁴

Segundo Santos a percepção do prefeito sobre a Várzea e outros lugares da Paulicéia não era simplesmente higienizadora, mas também moralizadora, disciplinadora e voltada para exclusão dos indesejáveis. Assim, o projeto da Várzea refletia as intenções de seus apoiadores: “No lugar do perigoso e do incontrolável, um parque seguro; do promíscuo, o saudável; do feio, o belo; da sujeira, o asseio e a higiene; da imoralidade, a moralidade; da barbárie, a civilização”.⁸⁵

É evidente que as autoridades municipais, a elite e os técnicos de engenharia não estavam preocupados com as práticas, a memória e as experiências acumuladas pelos sujeitos sociais nesses lugares. Vale ressaltar que antes disso, Leis municipais de 1897, 1900 e 1908 haviam sido criadas para estimular organizações públicas e privadas a construírem vilas operárias acessíveis e saudáveis em áreas pouco povoadas. Porém, segundo Morse “[...] os particulares, como acontece em qualquer economia em rápida expansão, não tinham interesse em planos de grande alcance ou num senso de solidariedade entre as classes da comunidade”.⁸⁶

Dentro desse quadro geral, o que é relevante para o nosso estudo é investigar como a comunidade negra foi afetada e reagiu a essa política sanitária. Para tanto é fulcral localizar, ainda que superficialmente, a distribuição dos libertos nos bairros de São Paulo. Os dados fornecidos por Florestan Fernandes nos oferecem um panorama dessa realidade, apresentada na Tabela 4.

⁸⁴ SANTOS, 1998, p.90. (grifo nosso).

⁸⁵ Ibidem, p.92.

⁸⁶ MORSE, 1970, p. 297.

Tabela 4 – Distribuição da população da cidade de São Paulo, Brasil, em 1893, por regiões, segundo a cor.

Regiões	Brancos (%)	Caboclos (%)	Pardos (%)	Pretos (%)	Caboclos, pardos e pretos somados	Hab. /1000
Norte e Sul da Sé	88,3	0,4	6,3	5	11,7	565
Santa Efigênia	86,4	0,3	8,9	4,4	13,6	506
Consolação	89,2	0,7	5,2	4,9	10,8	566
Brás	93,1	0,3	3,3	3,3	6,9	625
Subúrbios*	75,1	0,2	15,3	9,4	24,9	565

* Nossa Senhora do Ó e São Miguel

Fonte: Fernandes (1965, p. 10).

Baseado nesses e em outros dados, Fernandes assinala que os imigrantes e negros praticamente não coabitavam, pois vigorava uma “conexão ecológica” de distribuição espacial que apartava esses dois segmentos. De acordo com o estudioso “onde havia maior concentração de ‘estrangeiros’ era mínima a presença de negros e mulatos; e ao inverso, onde havia maior concentração de negros e mulatos, era mínima a presença de estrangeiros”.⁸⁷

O sociólogo sugere que a concentração predominante dos negros nas regiões periféricas da cidade – supostamente desvantajosa – devia-se a um estratagema desse grupo na luta pela sobrevivência em condições tradicionais. Ou seja, por meio da associação à economia de subsistência e em fainas rurais ou semi-rurais.⁸⁸

Entretanto, Rocha fornece dados que nos permitem questionar as premissas de Fernandes. A primeira hipótese defendida por Rocha é a de que a presença de negros e mulatos em São Paulo permaneceu significativa após a abolição. Com isso, ele refuta a tese da quase “ausência negra” na capital ou de sua decadência populacional. As entradas e as saídas de libertos na Paulicéia compensaram-se mutuamente, mantendo o contingente anterior à Lei Áurea.⁸⁹

Na segunda hipótese Rocha rejeita a tese clássica da *anomia* social defendida por Fernandes, segundo a qual os negros estariam inaptos ao sistema de trabalho da nascente ordem capitalista. Para Rocha a tese de Fernandes teria influenciado a historiografia até meados da década de 1980, justificando uma suposta “periferização”

⁸⁷ FERNANDES, 1965, p. 10.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ ROCHA, 2018, p.138.

forçada dos negros. Conforme tal pressuposto, as bordas da cidade seriam os locais onde esse grupo poderia sobreviver por meio de subempregos temporários e mal remunerados.⁹⁰

Todavia, o quadro historiográfico da década de 1980 alterou-se e os estudos que brotaram a partir dessa conjuntura divergiam de algumas proposições de Fernandes. Principalmente no que tange ao propalado desalojamento dos libertos para áreas periféricas e a segregação entre negros e brancos. Ancorado nessa historiografia hodierna, Rocha advoga que, não obstante os percalços enfrentados após a Abolição, boa parte dos ex-escravos mantiveram-se em seus locais de origem. De fato, nesse contexto de luta pela sobrevivência, a competição com os adventícios e as tensões étnico raciais incitaram migrações e deslocamentos dos negros paulistanos. Contudo, “ainda assim, a tendência migratória era mais frequente entre solteiros e jovens. Isso pode indicar que, embora tendo um cotidiano difícil, famílias mais arraigadas dificilmente saíram da região onde viviam”.⁹¹

Assim sendo, para ilustrar a posição de Rocha, reproduzimos uma das quatro tabelas que o historiador dissecou para construir sua argumentação. O autor examinou minuciosamente as ocorrências policiais registradas entre 1911 e 1930. Optamos por apresentar os dados referentes ao período 1916 e 1920 porque segundo o autor “esse padrão permanece para a segunda metade da década, com leves variações nos percentuais”⁹², ou seja, essa tendência prossegue até por volta de 1930, data-limite do nosso recorte temporal.

⁹⁰ ROCHA, 2018, p.138.

⁹¹ Ibidem, p. 142.

⁹² Ibidem, p.147.

Tabela 5 - Distribuição da população da cidade de São Paulo, Brasil, por bairros, segundo cor e nacionalidade (1916-1920).

Bairro do Paciente	Brasileira (Negros)	Italiana (Branco)	Espanhol a (Branco)	Portuguesa (Branco)	Demais nacionalidades (Branco)	Total
Bela Vista	65	66	30	11	3	175
Liberdade	51	25	20	9	10	115
Bom Retiro	39	70	24	5	7	145
Santa Cecília	24	21	13	1	5	64
Consolação	23	27	19	3	13	85
Brás	18	67	91	29	5	210
Mooca	15	93	50	56	12	226
Luz	11	3	5	2	0	21
Sé	11	27	19	9	33	99
Belém	8	16	13	7	2	46
Pari	7	8	23	6	1	45
Penha	6	4	4	0	1	15
Pinheiros	6	6	8	1	0	21
Barra Funda	6	9	10	3	1	29
Cambuci	6	18	4	3	2	33
Ignorado	6	3	0	0	9	18
Tatuapé	5	1	2	0	3	11
Santa Efigênia	5	19	13	3	12	52
Santana	4	10	19	1	5	39
Lageado	3	0	0	0	0	3
Jardim Paulista	3	1	3	2	1	10
Ipiranga	3	7	2	0	1	13
Vila Mariana	3	7	7	1	3	21
Bairros com menor incidência demográfica	53	46	73	12	16	200
Total	381	554	452	164	145	1696

Fonte: APESP - Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo (*apud* ROCHA 2018, p. 147).

Examinando os dados de Rocha, percebe-se que o maior contingente da população negra manteve-se nos bairros Bela Vista e Liberdade. Contudo, constata-se que a quantidade de negros no centro e em seu entorno, esteve muito próxima a dos imigrantes. É o que se nota, observando os números referentes aos bairros de Santa Cecília, Campos Elísios, Consolação, Luz e até mesmo na Sé. Para Rocha, esse fato talvez se explique pelas relações trabalhistas estabelecidas, principalmente nesses bairros mais abastados como Consolação, Jardim Paulista e Campos Elísios. Pois “é muito provável que morar perto ou nessas regiões facilitasse a venda de serviços, como o de lavar e engomar roupas e outros serviços domésticos, hipótese

que aumenta a probabilidade desses sujeitos morarem em casa de seus patrões”⁹³, ou seja, negros e brancos coexistindo e em relação de interdependência.

Essas constatações de Rocha estão em conformidade com as de Raquel Rolnik, segundo a qual, mesmo com as remodelações do espaço urbano, houve a manutenção da população negra nas áreas centrais da cidade. Não obstante, muitos libertos se estabeleceram em regiões contíguas ao centro, adensando sua presença em outros distritos, como no sul da Sé, nos Campos do Bexiga e na Barra Funda.⁹⁴

Rolnik também identificou as relações trabalhistas entre as mulheres negras e as famílias abastadas de bairros do centro e adjacências. Muitas delas trabalhavam nas residências burguesas e podiam se hospedar nas casas de seus parentes que viviam nesses distritos, muitos em cortiços. Dessa forma “o padrão seria então – aos pés das zonas ricas e exclusivas localizarem-se as zonas negras da cidade – o lugar de ajudantes gerais – delineando uma fronteira de extremos”.⁹⁵

Em suma, a presença negra na área comercial e administrativa da Paulicéia permaneceu bastante expressiva pelo menos até o advento da Era Vargas. Não obstante, segundo Rocha, houve crescimento populacional dos afrodescendentes em praticamente todas as regiões da capital paulista exceto no centro, onde declinou em quantidades modestas⁹⁶.

Quanto à “periferização” também é possível problematizar. Se houve aumento demográfico dos libertos em todas as regiões, certamente boa parte deles vieram das áreas centrais de São Paulo. Porém, isso não se explica somente pelos efeitos de uma concorrência implacável com os imigrantes, que redundou na “expulsão” dos negros para as zonas periféricas. Conforme Rocha “os dados sugerem que nessas regiões semirurais [sic] desenvolveram-se laços de solidariedade que puderam *atrair* a migração negra para lá, fato que também deve ter contado para a manutenção da presença negra em outras regiões”.⁹⁷

⁹³ ROCHA, 2018, p. 147.

⁹⁴ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997, p.75

⁹⁵ Ibidem, p.76.

⁹⁶ ROCHA, Op. cit.

⁹⁷ Ibidem, p.151. (grifo nosso).

Se ficou evidente que, a despeito das mudanças na urbe a presença dos libertos foi efetiva em todas as áreas da capital paulista após o 13 de maio, o passo seguinte é investigar em que condições organizaram suas vidas como ex-escravos e potenciais cidadãos. Seguindo a pista deixada por Rocha, levantamos um questionamento de extrema relevância para o nosso objeto de estudo: diante da ausência de direitos sociais formalizados que pudessem subsidiar a inserção social da comunidade negra, qual teria sido o papel dos *laços de solidariedade e amizade* criados na luta cotidiana pela sobrevivência?

Esse será um dos motes que trataremos no próximo capítulo. Além disso, analisaremos outra importante dimensão da cidadania, ligada aos direitos civis e às liberdades individuais.

CAPÍTULO 2: A LUTA DOS NEGROS PELA CIDADANIA EM SÃO PAULO

2.1 As mudanças sociais na Paulicéia no alvorecer da República

Para compreendermos como os negros paulistanos vivenciaram – ou não – as diferentes dimensões da cidadania na ordem republicana é fulcral descortinar suas condições existenciais. Porém, tendo em vista os atributos dessa nova configuração social que emergiu após a Abolição, consideramos pertinente esboçar esse quadro em perspectiva comparada ou relacional. Não basta apenas apreender quais eram as circunstâncias gerais de vida dos ex-escravos, como se inseriram na estrutura ocupacional e quais percalços enfrentaram. É preciso esmiuçar como esse processo se desenrolou na complexa relação de cooperação e concorrência com outros segmentos que compunham o mosaico social em São Paulo, especialmente com os estrangeiros. Entretanto, é preciso salientar que a comunidade negra não era um grupo homogêneo. O mesmo é válido para os imigrantes, pertencentes à diversas nacionalidades e tradições culturais.

Não obstante, entendemos que comparar as circunstâncias gerais de vida dos libertos com a dos imigrantes é uma trilha apropriada, considerando a especificidade de nosso objeto. Contudo, como é evidente, os negros e os adventícios não estavam isolados na cidade, que foi se tornando uma complexa formação social. Nesse período eles coexistiram e interagiram com outros grupos sociais menos numerosos, mas não menos importantes. Segundo Carlos José Ferreira dos Santos, entre 1890 e 1915, durante o auge da imigração para a Paulicéia, os segmentos nacionais pobres eram desprezados socialmente, tanto pelas elites como pelas autoridades.⁹⁸

Ao dissecar com esmero anuários estatísticos, relatos de viajantes e memorialistas, fotos e outros documentos, Santos constatou que caboclos, caipiras, mestiços, índios e negros eram representados de forma bastante tendenciosa: quando não eram omitidos nos dados estatísticos, sua presença era evocada apenas para registrar sua inferioridade diante da valorizada população imigrante. No relato de um

⁹⁸ SANTOS, 1998.

dos representantes do *Anuário Estatístico da Seção de Demografia* de 1911, fica nítida tal proposição: “mesmo o progresso de São Paulo é evidentemente devido à influência do elemento estrangeiro, que concorre com seu espírito adiantado para a multiplicação de nossa população”.⁹⁹

Nesse contexto, esse e outros depoimentos refletiam a mentalidade e as pretensões dos setores dirigentes e do governo paulistano, de modificar não só a composição étnica da urbe, mas sobretudo, em nome do progresso, implantar os padrões culturais europeus por meio dos adventícios. Por isso, a parcela nacional despossuída, com seus modos de vida, tradições, crenças e hábitos de trabalho, estaria em desacordo com o modelo de civilização desejado. Nos documentos oficiais, que buscavam justificar a imigração, idealizava-se o trabalhador europeu, representado como inteligente, apto ao trabalho regular, disciplinado, produtivo.¹⁰⁰

Já os mestiços, índios, caboclos, negros e caipiras eram percebidos de forma depreciativa, como ignorantes, ébrios, preguiçosos, indisciplinados etc. Assim, justificava-se aos olhos da elite e do governo, a predileção pelos estrangeiros nos setores mais dinâmicos da economia paulistana.

De acordo com Santos “esse comportamento, costumeiramente vinculado aos nacionais despossuídos, sugere que faltava a necessária subordinação dessa parcela ao comportamento desejado pelos grupos no poder”.¹⁰¹ Todavia, mais adiante será demonstrado que os nacionais pobres desempenhavam ocupações de enorme importância para o funcionamento dessa ordem urbana moderna, a despeito de serem menosprezados.

Se a presença marcante dos nacionais pobres não pode ser desconsiderada, também não é coerente focalizar os imigrantes de forma unilateral. Por isso é pertinente ressaltar os percalços que os trabalhadores estrangeiros enfrentaram, principalmente nos primórdios de sua chegada. Como se sabe, desde a segunda metade do século XIX, a elite cafeeira e as autoridades políticas patrocinaram a vinda de imigrantes para trabalharem nas lavouras.

⁹⁹ Anuário Estatístico da Seção de Demografia *apud* SANTOS, 1998, p. 31.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 43.

¹⁰¹ Ibidem, p. 46.

O que é relevante para nosso estudo é ilustrar sucintamente dois aspectos que caracterizaram a trajetória dos estrangeiros no Brasil: as dificuldades iniciais ligadas à adaptação ao novo país e ao sistema de trabalho, e as possibilidades de ascensão social.

De acordo com Thomas Holloway, além dos custos da passagem e de moradia que frequentemente os imigrantes arcavam, eles estavam submetidos à uma outra ordem de obstáculos:

Mesmo nos melhores tempos, o trabalho de um colono do café era muito penoso. Os fazendeiros mantinham um controle estrito sobre a rotina diária dos trabalhadores. O cuidado médico era nulo ou proibitivamente caro. As escolas praticamente não existiam nos primeiros anos [...]. Em piores condições, os colonos perdiam salários atrasados quando fazendas marginais quebravam, tinham seus salários reduzidos por multas, eram explorados, tendo que pagar preços exorbitantes por gêneros essenciais nos armazéns das fazendas ou em vendas locais, ou sofriam violência física.¹⁰²

Nessa fase inicial, os imigrantes estavam condicionados a um repertório amplo de adversidades. Contudo, inúmeros colonos conseguiram ascender socialmente ao se tornarem proprietários de lavouras. Segundo Holloway muitos estrangeiros, ao lograrem êxito em atividades comerciais e industriais, puderam adquirir suas propriedades rurais. Por conseguinte, vários colonos, mesmo trabalhando nas lavouras, também podiam poupar dinheiro e comprar pequenos e médios sítios e, a partir daí, propriedades maiores.

Ele também explica que, independentemente da região, conjuntura ou nacionalidade do imigrante, algumas condições gerais favoreciam essa mobilidade social: primeiramente o desejo intrínseco dos colonos, especialmente o italiano, de se tornarem proprietários; segundo, os imigrantes tinham o hábito de trabalhar duro, consumir pouco e saber economizar; terceiro, as famílias eram numerosas e a cooperação entre seus membros favorecia o rendimento do trabalho; quarto, as cláusulas contratuais, em geral, garantiam aos adventícios uma lavoura de subsistência que lhes permitia a produção de alguns gêneros para consumo pessoal ou para negociarem nos mercados locais.¹⁰³

¹⁰² HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café: café em sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p.216

¹⁰³ Ibidem.

Dessa maneira, nota-se que no contexto rural, não obstante as adversidades enfrentadas, os imigrantes tinham possibilidades concretas de melhorar sua condição social, diferentemente dos libertos após a abolição.

Já no contexto urbano, devido a um conjunto de circunstâncias, as oportunidades de ascensão tornaram-se ainda mais favoráveis aos estrangeiros em detrimento dos negros. Alguns dados indicam, por exemplo, a predileção dos proprietários dos empreendimentos urbanos pelos imigrantes.

Segundo George Andrews, conforme o censo de 1893, os estrangeiros ocupavam 72% dos serviços no comércio, 79% nas fábricas, 81% no setor de transporte e 86% no artesanato. Um estudo de 1902 revelou que na indústria paulistana a mão de obra estrangeira correspondia a mais de 90%. Em 1913 o *Correio Paulistano* estimou que no setor de construções 80% dos trabalhadores eram italianos. Já em 1920 os trabalhadores nacionais aumentaram sua participação na indústria (48,9%) e no comércio (37,5%). “Entretanto, permaneciam super-representados nas áreas mal remuneradas do serviço doméstico e nas forças armadas”.¹⁰⁴

É válido mencionar que os imigrantes não eram a força de trabalho preponderante apenas nas indústrias da capital paulista. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, em 1900 eles correspondiam a 92% dos operários industriais no estado de São Paulo, sendo que 81% eram italianos. Em 1912, no mesmo estado, os estrangeiros ainda compunham 80% dos funcionários das indústrias têxteis, e os italianos representavam 65% desse total.¹⁰⁵

Na cidade de São Paulo, conforme as informações de Pinheiro, em 1893 os adventícios compunham 71.468 habitantes, numa população de 130.775, correspondendo a 54,5%. Sobre a ocupação estrangeira na indústria paulistana, ele apresenta os seguintes dados, em três setores específicos, conforme pode se observar na Tabela 6:

¹⁰⁴ ANDREWS, Georg Reid. *Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998. p.111-112.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado Industrial na primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Tabela 6 – Distribuição da mão de obra ocupada na indústria da cidade de São Paulo, Brasil, por nacionais e estrangeiros, por área de ocupação em 1893.

	Nacionais A	Estrangeiros B	Total	Porcentagem B/A
Manufatureiros	774	2893	3667	79%
Artistas	1481	8760	10241	86%
Transportes	1998	8527	10525	81%
Total	4253	20180	24433	82,5%

Fonte: Pinheiro (2000. p.139).

Se esses dados evidenciam que de modo geral, os ex-escravos foram preteridos de vários ramos da indústria, é necessário apurar as explicações existentes para tal fenômeno. Nesse sentido, alguns pressupostos de Florestan Fernandes¹⁰⁶ ainda são úteis para refletirmos sobre esse mote. Com isso, iremos recuperar somente alguns argumentos nevrálgicos para pautar a análise acerca da inserção do negro na emergente sociedade industrial paulistana.

Uma das premissas de Fernandes é que a integração dos negros na sociedade de classes não foi viabilizada, em larga medida, por conta dos efeitos do escravismo. Primeiramente, ele aponta a ausência de garantias e suporte material para amparar os libertos após a Lei Áurea. Sem direito a qualquer tipo de assistência por parte do Estado, da Igreja ou da elite agrária que assegurassem o mínimo de chances para inserção na nova ordem social, o negro foi colocado diante de circunstâncias desoladoras. Em São Paulo, a marginalização desse grupo social neste contexto era ainda mais perceptível do que em outras cidades. Isso porque tinham que competir em desigualdade de condições com os imigrantes pelas oportunidades de trabalho mais valorizadas. De acordo com a análise de Fernandes:

Quando se acelera o crescimento econômico da cidade, ainda em fins do século XIX, todas as posições estratégicas da economia artesanal e dos pequenos comércios urbanos eram monopolizadas pelos brancos e serviram como trampolim para as mudanças bruscas de fortuna, que abrilhantam a crônica de muitas famílias estrangeiras. Eliminado para os setores mais residuais daquele sistema, o negro ficou à margem do processo, retirando dele proveitos personalizados, secundários e ocasionais.¹⁰⁷

Além da falta de assistência, Fernandes postula que a anomia dos negros, herdada do escravismo, foi outro grande obstáculo à sua integração social. A ausência

¹⁰⁶ FERNANDES, 1965.

¹⁰⁷ Ibidem, p.4

das aptidões necessárias para se estabelecerem na sociedade industrial burguesa tornou-se um fator estrutural determinante para sua exclusão. Para o sociólogo, ao contrário dos imigrantes, os negros não possuíam nem os dotes técnicos, nem a mentalidade e a autodisciplina exigidas pelo sistema de trabalho assalariado. Consequentemente, isso impedia que os egressos do escravismo conseguissem cumprir adequadamente as normas prescritas nos contratos de trabalho. Os principais comportamentos “desviantes” dos libertos supostamente seriam: a inconstância na frequência do trabalho; a insubordinação diante de certas funções e tarefas; a tendência a alternar ciclos de trabalho regular com fases mais ou menos longas de ócio; a rebeldia contra o controle direto e a supervisão organizada.¹⁰⁸

De acordo com Fernandes esse desajustamento estrutural ou *patologia social* provocado pelo escravismo explica-se também pela maneira segundo a qual os negros interpretavam sua liberdade. Eles estariam predispostos a resistirem aos padrões e à rotina de trabalho exigida, inviabilizando sua adaptação ao modo de produção fabril. Segundo o cientista social, após a Abolição e já no contexto da vida urbana, os libertos:

Supunham que eram ‘livres’, podiam trabalhar como, quando e onde preferissem [...]. Tendiam a afastar-se dos encargos do trabalho quando dispunham de recursos suficientes para se manterem em ociosidade temporária; e, em particular, mostravam-se muito cílios diante de admoestações, advertências ou reprimendas. Alegando que eram ‘livres’ (ou o ‘tempo de escravidão já acabou’), pretendiam uma autonomia que se chocava, fundamentalmente, com o regime de trabalho assalariado.¹⁰⁹

Contudo, Fernandes pressupõe que os negros até poderiam interiorizar os valores do trabalho livre, se apropriarem das técnicas profissionais e se habituarem à rotina fabril. Para tanto, porém, seria necessário um período de treinamento e aprendizado, além da disposição dos proprietários das indústrias em cooperar com essa adaptação. Todavia “[...] como havia relativa abundância de mão-de-obra, em virtude do volume atingido pela imigração, os empregadores agiram de forma intolerante, demonstrando notável incompreensão diante do negro e do mulato”.¹¹⁰

Entretanto, conforme sugerimos, os pressupostos teóricos de Florestan Fernandes há algum tempo vêm sendo criticados pela historiografia mais hodierna.

¹⁰⁸ FERNANDES, 1965, p. 13.

¹⁰⁹ FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007. p.109.

¹¹⁰ Ibidem, p. 109.

Sidney Chalhoub, por exemplo, já em meados da década de 1980, problematizou a tese da anomia social, que atribuía aos negros e mulatos o despreparo para se enquadrar no sistema de trabalho livre. Para o historiador, o diagnóstico de Fernandes acerca do negro se aproximava perigosamente da visão disseminada pela classe dominante brasileira no fim do século XIX. Assim, os defeitos morais e as inaptidões dos ex-escravos eram, em certa medida, uma construção ideológica da elite branca que pretendia satisfazer “[...] às necessidades desta classe de controlar e disciplinar a força de trabalho num momento crucial da transição para uma ordem capitalista no país, especialmente no Sudeste.”¹¹¹

A despeito da permanência da repressão, violência e discriminação contra os libertos, a historiografia mais recente vem obtendo novas constatações que destoam das premissas de Fernandes. Muitos estudiosos, alicerçados em vasta e consistente documentação probatória, têm revelado que os negros e mulatos foram capazes de manter, adaptar e refazer padrões culturais, bem como vínculos familiares e laços de solidariedade.¹¹² Portanto, os novos estudos sobre o pós-abolição vêm desconstruindo estereótipos e mostrando novas facetas da vida dos agentes negros, especialmente seu protagonismo.

George Andrews também teceu algumas críticas contundentes aos enunciados de Florestan Fernandes. Por exemplo, ele refuta a concepção segundo a qual os imigrantes europeus eram preferencialmente contratados devido às habilidades técnicas trazidas de seus países. Segundo Andrews, a maioria esmagadora dos estrangeiros que aportavam na cidade de São Paulo veio das áreas rurais do sul da Europa. Entre os italianos, os que possuíam experiência no trabalho industrial estavam mais propensos a migrar para as cidades do norte da Europa do que para a América. Isso porque em países como a Alemanha e a Bélgica eles teriam salários mais altos e custos de transporte mais baixos. Por conta disso, presume-se que os colonos aprendiam as técnicas de trabalho aqui no Brasil. Portanto, “brasileiros, africanos e europeus pareciam todos igualmente capazes de dominar as operações básicas do trabalho na fábrica”.¹¹³

¹¹¹ CHALHOUB, 2003, p. 83.

¹¹² Ibidem, p. 84.

¹¹³ ANDREWS, 1998, p. 123.

Outro ponto relevante questionado pelo historiador estadunidense, diz respeito à decadência moral atribuída à comunidade negra. Tendo como lastro jornais operários da época, Andrews sugere que os imigrantes também consumiam imoderadamente álcool, frequentavam e jogavam em botequins, se prostituam, vadiavam, cometiam adultério etc. Do mesmo modo, a fome e a miséria também atingiam os imigrantes, já que muitos deles moravam em cortiços e em condições precárias. Devido aos baixos salários, muitos operários enfrentavam dificuldades existenciais análogas às dos negros e de outros segmentos. Portanto, baseado nos periódicos dos trabalhadores imigrantes, Andrews aponta “[...] a vida industrial moderna, não a escravidão, como a causa dos males sociais que afetavam toda classe trabalhadora, tanto brancos quanto negros”.¹¹⁴

2.2 Discriminação e a luta pela sobrevivência em São Paulo

Neste item pretende-se aprofundar a análise sobre os percalços existenciais enfrentados pelos manumitidos em São Paulo após a abolição. Inicialmente o foco será apreender os significados que foram atribuídos à liberdade dos negros. Isso porque os antigos senhores não reconheceram – pelos menos não todos – os libertos como cidadãos plenamente livres. Buscaremos demonstrar como o preconceito e a discriminação mantiveram-se após a Lei Áurea, gerando enorme obstáculos à efetivação da cidadania negra, principalmente devido à concorrência por trabalho.

Com o fim do cativeiro, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos egressos da escravidão foi a resistência de segmentos da elite agrária, que não reconheciam sua liberdade.

Segundo Hebe Mattos muitos fazendeiros demandaram às autoridades políticas e judiciais a criação de leis para obrigar os libertos a assumirem contratos de trabalho conforme os interesses dos proprietários.¹¹⁵ Eles pretendiam tutelar e

¹¹⁴ ANDREWS, 1998, p. 131.

¹¹⁵ MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

controlar a liberdade dos negros, tendo como justificativa principal o combate à vadiagem, discurso máximo do liberalismo oligárquico durante a Primeira República. Essa postura combativa ao ócio era muito prejudicial aos direitos civis dos cidadãos negros, como o direito de ir e vir, de escolher o trabalho, dentre outros. Mattos pontua que “neste contexto, a repressão à vadiagem facilmente se transfigurava em coerção à liberdade dos cativos emancipados”.¹¹⁶

Por outro lado, a liberdade para os negros era percebida, de modo geral, num sentido totalmente auspicioso, pois tinha-se a perspectiva de adquirir direitos até então inacessíveis. Conforme Mattos os libertos almejavam o direito de poder autonomamente, construir laços de família e amizade, de se locomover livremente, de reivindicar terras, de expressar suas crenças e opiniões sem interdições.¹¹⁷

Entretanto, após o 13 de maio as possibilidades do negro assegurar as condições mínimas para tornarem-se efetivamente cidadãos, também foram restringidas pela ausência de assistência do Estado. Como se sabe, no Brasil, aos libertos não foram garantidos o acesso a terras, moradia, emprego, o mínimo de instrução, dentre outros. Segundo José Murilo de Carvalho, os recém emancipados nos Estados Unidos tiveram muito mais amparo estatal do que seus congêneres brasileiros. Conforme o historiador:

Lá, após a guerra, congregações religiosas e o governo, por meio do Freedmen's Bureau, fizeram grande esforço para educar os ex-escravos. Em 1870, havia 4325 escolas para libertos, entre as quais uma universidade, a de Howard. Foram também distribuídas terras aos libertos e foi incentivado seu alistamento eleitoral. Muitas dessas conquistas se perderam após o fim da intervenção militar no sul. A luta pelos direitos civis teve que ser retomada 100 anos depois. Mas a semente tinha sido lançada e os princípios orientadores da ação estavam lá.¹¹⁸

No Brasil a assistência social nessa conjuntura era oferecida quase exclusivamente por instituições particulares, como irmandades religiosas e associações de auxílio mútuo. A própria Constituição de 1891 não exortava o Estado a promover os direitos sociais aos segmentos desfavorecidos, nem mesmo interferir na legislação trabalhista. Nas palavras de Carvalho “não cabia ao Estado promover a assistência social. A Constituição republicana proibia ao governo federal interferir na

¹¹⁶ MATTOS, 1995, p.310.

¹¹⁷ Ibidem.

¹¹⁸ CARVALHO, 2016, p. 57.

regulamentação do trabalho. Tal interferência era considerada violação da liberdade do exercício profissional”.¹¹⁹ Além da falta de assistência estatal, os cidadãos negros foram afetados pela concorrência por trabalho com os imigrantes.

Contudo, Regina Pahim Pinto, esmiuçando alguns jornais da imprensa negra, mostrou que os negros externavam sua indignação, criticando suas condições existenciais. Denunciavam, entre outras situações, a falta de trabalho, mas também quando conseguiam ocupação, os maus-tratos, a falta de moradias, a exploração, os baixos salários, dentre outras situações. Além disso, “há constantes denúncias também sobre o desamparo em que vivia o idoso, que, embora sem condições, era obrigado a trabalhar para sobreviver”.¹²⁰

Em um artigo do jornal negro *A Liberdade*, de 1918, a queixa era direcionada à especulação imobiliária e ao custo elevado dos aluguéis em São Paulo:

‘Quando a miséria bate à porta, a vergonha sahe pela janella’. Dizem, e é verdade que os proprietários de casas de aluguel tem especulado com as propriedades as misérias da classe desprotegida da fortuna; e a coisa não é só isso: aumentam o aluguel de 40\$ para 100\$, e assim sucessivamente [...].¹²¹

Por meio desses periódicos, as lideranças negras, além de denunciar e propor soluções para as agruras vivenciadas pelo negro, procuravam explicar os motivos dos problemas sociais que enfrentavam. No entanto, o conteúdo dessas explicações entre esses militantes não era consensual. Uma parcela deles procurou eximir o negro da culpa, responsabilizando a escravidão e seus efeitos duradouros. Argumentavam que esse regime de trabalho impediu que os negros tivessem condições dignas de vida, sem acesso a uma formação profissional, educacional e econômica. Por isso, entendemos que não seria exagerado considerar essa postura crítica como o desabrochar de uma incipiente consciência cidadã. Esse pressuposto evidencia-se em uma publicação do jornal *O Kosmos*, em 1924:

Somos viciados, somos incultos, somos atrasados e analphabetos? A culpa não é nossa: interrogae os quatrocentos anos do nosso ferrenho captiveiro, interrogae o miserável regimen de obscurantismo em que fomos creados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade. O nosso livro foi a chibata e a nossa escola foi a senzala!¹²²

¹¹⁹ CARVALHO, 2016, p.67.

¹²⁰ PINTO, 2013, p. 187.

¹²¹ *A Liberdade*, São Paulo, 09/05/1918, p.1.

¹²² *O Kosmos*, São Paulo, 16.11.1924, p.2 apud PINTO, Regina Pahim, Op. cit., p.191.

Nesta mesma linha argumentativa, outros atribuíam as privações que afetavam o negro à falta de amparo e proteção do Estado após a abolição. Essa vertente é defendida no jornal *A Voz da Raça*, em artigo de 1933:

Depois da Abolição o negro se viu com as pernas e os braços livres, porém lhe faltou a iniciativa, porque esta havia sido tirada pelas correntes mentais de pessoas que lhes concederam o desenvolvimento necessário ao labor da vida de perspectiva própria [...]. Desse modo, ficou o negro se batendo no seu território, nu, sem dinheiro, sem lar e sem o conforto material para sua manutenção.¹²³

Por outro lado, muitos militantes atribuíam aos próprios negros a culpa por sua situação precária. Entendiam que alguns segmentos da comunidade negra eram apáticos, não tinham autoconfiança em suas capacidades e por isso eram relativamente conformados com sua realidade social. O supracitado jornal *A Voz da Raça*, em uma publicação de 1934, discorria sobre essa questão:

O negro brasileiro tem tudo, porém lhe falta tudo, porque lhe escasseia confiança nas suas possibilidades, nas suas qualidades objetivas, no seu poder de querer e construir. Urge uma reação, é imprescindível que lutemos contra esse desânimo deplorável, essa onda de pessimismo que nos vem caracterizando e impedindo para longe das civilizações dos povos cultos que vanguardizam as evoluções do mundo contemporâneo.¹²⁴

A despeito dessas percepções de uma parcela da comunidade negra, entendemos que a discriminação racial foi o fator crucial para a marginalização do negro no mercado de trabalho. Nesse sentido, procuraremos demonstrar que o preconceito racial e não o suposto despreparo desse grupo, foi o motivo preponderante para a desigualdade entre negros e brancos na estrutura ocupacional.

Para explicar a exclusão dos ex-escravos do mercado de trabalho em São Paulo nesse contexto, nos alinharemos às premissas de Petrônio Domingues. Segundo ele, o racismo antinegro gestado durante o processo histórico da escravidão manteve-se após a abolição e o advento da República. Arraigado no inconsciente coletivo, os sentimentos de superioridade sustentados pela elite branca colocavam os negros em condições desiguais em todas as esferas da vida social (no acesso à educação, moradia, saúde etc.). Todavia, era na disputa pelas vagas do mercado de trabalho onde percebia-se essa discriminação se manifestar de forma mais contundente. De acordo com Domingues:

¹²³ *A Voz da Raça*, São Paulo, 11/11/1933, p.1.

¹²⁴ *A Voz da Raça*, São Paulo, 17/03/1934.

Quando enfocamos a dinâmica de inserção dos trabalhadores na sociedade de classes da Primeira República em São Paulo, aventamos a hipótese de que as práticas discriminatórias e as desigualdades raciais plasmaram o processo de organização do mercado de trabalho livre, gerando o banimento dos negros das velhas relações de trabalho e impedindo-lhes o acesso às novas oportunidades de empregos.¹²⁵

Nesta conjuntura delineou-se uma política tácita de preferência racial, beneficiando os adventícios, principalmente os europeus. Vários estigmas presentes no imaginário racista geravam obstáculos aos não-brancos, dificultando que disputassem os melhores empregos em condições de igualdade. Em determinadas funções evitava-se com veemência empregar negros, especialmente em serviços de atendimento. Segundo Petrônio Domingues “nas lojas, nos bancos, nos estabelecimentos comerciais, o negro era aceito apenas para realizar os serviços de limpeza. Certos hospitais rigorosamente não admitiam enfermeiras negras”.¹²⁶

A predileção pelos trabalhadores brancos não era um fenômeno exclusivo da capital, já que estava arraigado no imaginário social. Mas, a despeito da discriminação, a comunidade negra – ou parte dela – procurava se posicionar diante dessa situação. Em Campinas o jornal negro *Getulino*, em artigo de 1923, denunciava com enorme consternação os critérios racistas para contratar funcionários em uma tecelagem:

É de lamentar que [...] pretende uma fábrica proscrever – proscrever de seu operariado as moças pretas. Lembremos que se – muito honestamente – haverá muita senhora preta que se vista de seda, injusto é proibir-se que as mãos de moças pretas sejam recusadas para os serviços da fiação ou da tecelagem da matéria-prima.¹²⁷

Na capital paulista as denúncias a respeito da discriminação também eram corriqueiras nos periódicos da imprensa negra. Em 1928, o jornal o *Progresso*, externou sua indignação, ao publicar o artigo *A guarda civil e os pretos*, atribuído à Horácio Cunha.

Há muito tempo que os pretos desta capital e do interior sentiam um pesar em seu coração, pelo motivo de saber que lhes era vedada a entrada nessa corporação de luxo que se chama Guarda Civil. Assim com os corações dilacerado de dor e com os olhos cobertos de lágrimas, sempre murmurava: Como é triste nascer preto nessa terra! Existe um Deus, e a justiça não há de faltar.¹²⁸

¹²⁵ DOMINGUES, 2004, p. 106.

¹²⁶ Ibidem, p. 108.

¹²⁷ GETULINO, 1923, p.1 *apud* DOMINGUES, 2004, p. 109.

¹²⁸ *Progresso*, São Paulo, 19/08/1928, p.2.

No ano seguinte, o mesmo periódico denunciava novamente em outra publicação, o preconceito racial e a política de preferência aos trabalhadores brancos. Essa crítica é muito elucidativa, pois evidencia que o negro era rejeitado profissionalmente, mesmo demonstrando aptidões para todas as modalidades de trabalho:

“Prefere-se branco”. A observação que se vê nos anúncios cria uma onda de desocupados. Entre os sem trabalho, avulta o número de pretos. *Aptos são para todo e qualquer serviço, corteses e educados*, como a maioria dos escravizados de ontem. E, no entanto, vêm-se na contingência de passar por vagabundos. Negam-lhes trabalho.¹²⁹

A desvantagem na competição por trabalho afetava os negros de uma maneira tão abrangente, que eram rejeitados até para ocupar serviços menos valorizados e que, historicamente, já estavam habituados. A preferência pelas imigrantes europeias anunciada no jornal *A plateia* em 1897 é muito reveladora:

Precisa-se de uma cozinheira e uma copeira, 2 pessoas. Paga-se bem, que seja francesa ou alemã. Rua São João, 138.
Precisa-se de uma boa copeira alemã ou portuguesa, alameda Andradas, nº40.
Precisa-se de uma ama com abundante leite fresco; prefere-se italiana. Tratar-se na avenida Rangel Pestana, nº115, Brás.¹³⁰

Dessa forma, o influxo de imigrantes em São Paulo e a formação de um exército de mão de obra provocaram, como principal desdobramento, o que Florestan Fernandes denominou “desajustamento verdadeiramente estrutural”.¹³¹ O cientista social explica que, antes da chegada dos estrangeiros, o negro era considerado o único agente de trabalho possível, pelo menos no que tange aos serviços degradados pela escravidão. Eles eram recrutados com certa exclusividade para determinados tipos trabalhos. Contudo, esse cenário foi rapidamente se modificando à medida que o fluxo migratório se intensificava, tornando-se desfavorável ao negro, devido à competição com os adventícios, mesmo para funções menos qualificadas.¹³²

Todavia, diferentemente de Fernandes, entendemos que a discriminação racial e não a anomia social dos negros foi a causa preponderante para tal fenômeno. Os adventícios europeus, além de serem preferencialmente escolhidos em relação ao negro, também eram favorecidos nesta disputa profissional de outras maneiras. De

¹²⁹ *Progresso*, São Paulo, 26-9-1929, p.5. (grifo nosso).

¹³⁰ *A Plateia*, São Paulo, 16-7-1897, p.4.

¹³¹ FERNANDES, 2007, p. 110.

¹³² *Ibidem*.

acordo com Petrônio Domingues, as possibilidades dos estrangeiros ascenderem socialmente eram bem maiores, considerando-se que ao contrário dos libertos, os imigrantes “[...] recebiam uma série de facilidades ou incentivos para viabilizar seu próprio empreendimento (doações de lotes de terra, incentivos fiscais, créditos agrícolas, empréstimos bancários, anistia de dívidas, etc.)”.¹³³

Essa política tácita de favorecimento possibilitava que, após algum tempo, os imigrantes conquistassem certa mobilidade social. Muitos tornaram-se patrões e puderam reproduzir as mesmas práticas de discriminação e seletividade racial. Desse modo “operava-se um círculo vicioso que privilegiava o branco, provocando, objetivamente, o desemprego estrutural do negro”.¹³⁴

Contudo, a despeito do processo de exclusão mencionado, é fundamental destacar que de modo geral, os negros se empenharam de diferentes formas para sobreviver dignamente. Além dos serviços informais temporários, conforme já referimos, os membros da comunidade negra se engajaram em outros expedientes. Muitos escolheram trabalhar no comércio ambulante, vendendo frutas, verduras, pipocas, quitutes, peixes, carvão etc. Essas modalidades de comércio também eram exercidas por mulheres e crianças negras.¹³⁵

Carlos José Ferreira dos Santos investigou minuciosamente por meio de fotos, relatos de viajantes, memorialistas e documentos oficiais o chamado *mercado caipira*, do qual participavam ativamente o segmento negro. Segundo o historiador, os pobres nacionais que viviam nas regiões periféricas, corriqueiramente traziam suas mercadorias, produtos agrícolas, ervas medicinais e outros artefatos para serem vendidos nas regiões centrais da Paulicéia. Muitos carregavam todos esses itens em carroças de boi, vindos de bairros como Penha, Nossa Senhora do Ó, Santo Amaro, Guarulhos, entre outros. A Várzea do Carmo era o local para onde convergiam a maioria desses comerciantes para negociarem seus artigos.¹³⁶

Ao circularem por diversos espaços de São Paulo, os caipiras, negros e caboclos acabavam incomodando as autoridades e os grupos abastados por conta do seu estilo de vida, pelas roupas ou por andarem descalços. Contudo, paradoxalmente,

¹³³ DOMINGUES, 2004, p.119.

¹³⁴ Ibidem, p.120.

¹³⁵ Ibidem.

¹³⁶ SANTOS, 1998.

apesar de não serem vistos com bons olhos pelas elites, os nacionais despossuídos exerciam funções importantes para cidade. O comércio de rua possibilitava que alguns produtos se tornassem mais baratos devido à sua constante oferta e circulação. Assim, por meio de suas atividades, concatenavam as regiões “semi-rurais” mais distantes com as áreas centrais mais urbanizadas. Ademais, “da mesma maneira, os caipiras contribuíam também para a existência de outras atividades nas ruas e praças, como a do ‘preto lenhador’ e a dos carregadores localizados em torno dos mercados [...]”.¹³⁷

Merece destaque nessa pujante atividade, o comércio dos ervanários, que segundo Santos, eram sujeitos que vendiam folhas secas, raízes, cascas de pau, frutas, figas, amuletos e ervas medicinais, entre outros itens, nas praças e ruas da Paulicéia. No cotidiano, os ervanários eram conhecidos como “curandeiros”, “benzedores” ou “pretos veios” e gozavam de muito prestígio na medida em que influenciavam os hábitos e costumes de muitas pessoas. Suas práticas estavam enraizadas em tradições bastante antigas e mesclavam elementos das culturas indígenas e africanas. Pela reputação e influência que adquiriu, o comércio dos ervanários tornou-se alvo do cerceamento das autoridades paulistanas, tendo como pretexto as concepções higienistas vigentes.¹³⁸

Para Santos, a competição entre “saber popular” e “medicina positiva” talvez indique o motivo das perseguições aos ervanários, pois segundo ele:

[...] em uma cidade cuja assistência médica provavelmente era muito precária, o papel dos ‘ervanários’, ‘benzedores’, ‘curandeiros’, ‘preto véios’ deveria ser de fundamental importância para boa parte da população, além do profundo enraizamento cultural dessas pessoas e suas crenças entres as camadas populares brasileiras”.¹³⁹

Dessa forma, embora com participação discreta nos setores mais dinâmicos da economia, mesmo atuando nas bordas da estrutura ocupacional, os negros e negras desempenhavam uma multiplicidade de atividades profissionais. Por vezes era possível conciliar seu modo de vida e sua cultura com o trabalho. Assim, conseguiam escapar da rígida disciplina das fábricas e, ao mesmo tempo, exercer funções importantes, para si próprios e para os grupos com os quais interagiam.

¹³⁷ SANTOS, 1998, p.107.

¹³⁸ Ibidem.

¹³⁹ Ibidem, p.114-115.

Não obstante, havia uma parcela de negros que não tinha condições de trabalhar, quer por conta da idade avançada, quer por doença ou outros motivos. Para esses, um dos meios alternativos foi pedir esmolas em pontos estratégicos da cidade. Segundo o jornal o *Clarim da Alvorada*:

Foi, pois, no aniversário da Lei do Ventre Livre que no bonde travou conhecimento comigo um preto velho, veterano do Paraguai. Humildemente, me estendeu um papel em que se pedia uma esmola para um miserável veterano da guerra contra Lopes [...]. Dei a esmola ao velho defensor da pátria e ardeu-me dentro da alma um fogo, misto de protesto, de ira e de piedade. Um voluntário e veterano sofrer penúrias quando tantos sinecuristas vivem do erário público.¹⁴⁰

Em conjunturas de crise e dificuldades, muitos negros foram condicionados a engendrar várias táticas argutas para sobreviverem. Tendo em vista os baixos salários e a falta de valorização pelos patrões, vários trabalhadores negros e negras praticavam pequenos furtos no local de trabalho para complementarem sua renda. Em geral, esses pequenos delitos ocorriam no serviço doméstico. Os artigos de primeira necessidade, roupas e os gêneros alimentícios eram os principais itens subtraídos:

Adelina Gonzaga, parda, 26 anos, criada de Léia Monterazzi, à rua Senador Feijó, nº8. À tarde de 5 de junho deste ano, Léia saiu a passear e, na ausência desta, Adelina abandonou a casa, depois de subtrair para si e contra a vontade da patroa, a quem pertenciam, duas saias brancas, rendadas, uma saia preta de alpaca, um par de meias, um par de botinas amarelas, uma blusa, uma camisa de renda e uma capa de borracha. Em poder da criada infiel foi encontrado, cinco dias depois, o produto do furto [...].¹⁴¹

Todavia, conforme Petrônio Domingues, furtos dessa natureza também aconteciam corriqueiramente em oficinas, fábricas e repartições públicas. O historiador explica que devido às contingências enfrentadas por muitos negros e mulatos neste contexto “a rapinagem nos empórios, feiras, mercados de frutas e verduras incorporou-se ao cotidiano da plebe negra como uma *prática paliativa* para enfrentar o flagelo estrutural”.¹⁴²

Desse modo, percebe-se que a situação da comunidade negra neste período, não deve ser abordada de maneira homogênea, esquemática e generalizada. Os homens e mulheres negras estiveram submetidos a um cenário social bastante complexo, plural e multifacetado. Por isso, a partir de diferentes experiências, agiam

¹⁴⁰ O *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 28/09/1928, p.2.

¹⁴¹ AGTJSP, 1º Ofício Criminal, processo nº207, ano 1908 *apud* DOMINGUES, 2004, p. 243.

¹⁴² DOMINGUES, loc. cit. (grifo nosso).

de maneiras diversas, mobilizando expedientes variados para superarem os desafios da vida cotidiana.

2.3 As mulheres negras e os arranjos de família e amizade

No pós-abolição o modelo familiar tradicional – nuclear, monogâmico e patriarcal – não se ajustava ou pelo menos não era predominante entre as famílias negras. Em São Paulo, uma parcela das jovens negras e mulatas optava por ficar solteira, preservando sua autonomia, mesmo após tornar-se mãe. Ainda havia aquelas que gostariam de contrair matrimônio, mas eram preteridas por conta do racismo. Todavia, os valores e os códigos morais em torno da família tradicional não condicionavam a liberdade de escolha da mulher negra.¹⁴³

Por outro lado, segundo Fernandes havia uma tendência nesse período de o negro rejeitar o casamento, pois esse não era um ideal almejado, tendo em vista o caráter sociopático da família negra, herança advinda do escravismo. Conforme o sociólogo “a maior parte da ‘população de cor’ não estava envolvida e identificada com os valores sociais, que incluíam o casamento, a família e as obrigações domésticas na esfera axiológica básica da cultura da sociedade inclusiva”.¹⁴⁴

Entretanto, George Andrews refuta o postulado de Fernandes, ao indicar que as taxas de casamento entre negros não eram tão discrepantes em relação às taxas referentes aos brancos. Examinando os Censos de 1890 e 1950 o historiador verificou que “o índice de casamento entre os afro-brasileiros era de 94,8% daquele dos brancos em 1890, e 92,1% em 1950”.¹⁴⁵ Esses números também ajudam a corroborar a crítica de Boris Fausto aos enunciados de Fernandes. Segundo o historiador, nas décadas seguintes à Abolição em São Paulo percebe-se uma crescente “valorização na ‘sociedade negra’ de padrões vigentes na sociedade em geral, onde se incluem a virgindade e o casamento, se possível com todo o envoltório formal”.¹⁴⁶

¹⁴³ DOMINGUES, 2004, p. 211.

¹⁴⁴ FERNANDES, 1965, p.156.

¹⁴⁵ ANDREWS, 1998, p. 127.

¹⁴⁶ FAUSTO, 2001, p. 70.

Não obstante, acrescentam-se a isso as dificuldades financeiras dos segmentos da população negra para custear os gastos de uma cerimônia de casamento formal nessa conjuntura. Além disso, é preciso considerar o concubinato, um modelo de união estável onde os casais negros nem sempre tinham interesse em formalizar a relação. Essa tendência foi constatada por Silva ao analisar a vida conjugal dos migrantes negros paulistas que se instalaram no Rio de Janeiro nesse mesmo contexto histórico. Para a historiadora, a despeito de gozar de pouco prestígio na sociedade, o concubinato tinha uma vantagem muito evidente e que era levada em conta: ao contrário de um casamento formalizado que esbarraria em várias restrições legais, essa relação podia ser feita e desfeita com certa rapidez.¹⁴⁷

De qualquer modo, é fato assente que existiam vários arranjos familiares dentro da comunidade negra. Segundo Florestan Fernandes o modelo familiar predominante era composto pela mãe e filhos e, eventualmente, por tios, avós e netos. Nessa configuração, a mulher exercia o papel de chefe da família. Elas administravam os recursos do lar, pagavam o aluguel e outras despesas, cuidavam dos filhos, realizavam os serviços domésticos e ainda trabalhavam fora para sustentar a família.¹⁴⁸

Devido aos percalços enfrentados pelos homens negros para conseguirem trabalho regular, as mulheres negras, por terem mais estabilidade no emprego doméstico, acabavam fornecendo a principal renda da família. Conforme relata Andrews “as mulheres negras dessas décadas evidentemente merecem muito, se não a maior parte, do crédito por terem sustentado a comunidade negra durante uma época em que as oportunidades de emprego eram quase inexistentes”.¹⁴⁹

Embora recebessem baixos salários, pode-se supor que por meio de muita poupança e contenção de gastos, muitas negras puderam comprar um lugar próprio para morar, mesmo sendo uma compra parcelada. O relato de Dona Inez, empregada doméstica que viveu na Paulicéia durante a Primeira República, talvez sinalize não apenas para um caso isolado, mas para uma tendência mais abrangente. Assim,

¹⁴⁷ SILVA, 2016, p.152.

¹⁴⁸ FERNANDES, 1965, p.154.

¹⁴⁹ ANDREWS, 1998, p.117.

nesse depoimento sugestivo coletado por Teresinha Bernardo, percebe-se nitidamente o protagonismo exercido pela mulher negra no comando de sua família.

[...] Foi com muito trabalho e muito sacrifício. Eu trabalhava muito e o que eu ganhava quase não dava, mas tirava daqui, escondia ali e consegui juntar um dinheiro que deu para comprar o terreno dessa casa. Aos pouquinhos, comecei, também, depois do terreno pago, a comprar o material para levantar um cômodo e fazer um banheiro; aos poucos, fui fazendo a casa toda. É esta casa que salvou a família inteira. Mora toda ela aqui [...]. Nunca atrasei, paguei sempre no dia certo, marcava na folhinha o dia da prestação. (Dona Inez).¹⁵⁰

Para Teresinha Bernardo, essa reminiscência de Dona Inez não revela apenas um fato excepcional, visto que “a poupança entre as mulheres negras existiu, não para transformar o trabalho assalariado em fonte de independência, mas para a aquisição da casa própria”.¹⁵¹

A despeito da discriminação e da concorrência com as estrangeiras, a mulher negra exercia diversas ocupações, além do trabalho como empregadas domésticas. Desse modo, conseguiam seu sustento e, ao mesmo tempo, preservavam certa autonomia ao não se submeterem a nenhum vínculo patronal específico. Conforme Santos, muitas mulheres negras da Várzea do Carmo sobreviviam lavando roupas para famílias abastadas de outros bairros da capital paulista no Rio Tamanduateí. Porém, com o avanço das políticas sanitárias e de embelezamento da Várzea, essa e outras importantes atividades seculares tornaram-se alvo do controle das autoridades municipais. Não apenas o trabalho em si, mas também o modo de viver e de se relacionar dessas pessoas passaram a incomodar os que estavam imbuídos com a remodelação do lugar. Por isso foram criados estereótipos para desqualificar essas mulheres, descritas como “briguentas”, “barulhentas”, “desagradáveis” etc.¹⁵²

O comércio de doces e quitutes foi outro importante ofício secular no qual as mulheres negras se destacavam em São Paulo. Essa atividade fazia parte do comércio ambulante, também conhecido como mercado caipira, conforme tratamos anteriormente. Segundo o memorialista Ernani Silva Bruno, desde as três últimas décadas do século XIX essa modalidade de comércio vinha florescendo. Neste contexto, estavam inseridas as quitandeiras, que vendiam em praças, ruas e feiras

¹⁵⁰ BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Fundação da Editora da UNESP, 1998, p. 55.

¹⁵¹ Ibidem, p. 56.

¹⁵² SANTOS, 1998, p. 98-99.

suas apetecidas mercadorias. As escravas e libertas que praticavam esse comércio eram popularmente conhecidas como quituteiras, pretas do tabuleiro, caipiras etc. Elas comercializavam verduras, frutas, doces e torradas, entre outras iguarias. Contudo, segundo o memorialista, já nessa época, o poder municipal passou a intervir nesses espaços, deslocando essas atividades de um canto para outro. Isso porque “atrapalhavam” o trânsito que aumentava consideravelmente devido ao adensamento populacional.¹⁵³

É possível apreender a relevância desse comércio para as mulheres negras, considerando o pedido que elas fizeram à Câmara municipal paulistana. Bruno narra esse episódio, que remete ao contexto em que as autoridades municipais procuravam lugares apropriados para a realização dessa atividade após constatarem a insuficiência do Mercado Velho, criado em 1867. Conforme o memorialista:

Em 1876 a municipalidade negou um pedido das Pretas da Nação, quitandeiras de verduras, que queriam se transferir do largo do Carmo para o pátio do Colégio, lugar mais concorrido e onde podiam vender com mais facilidade as suas mercadorias. A Câmara achou que elas deviam ficar era mesmo nos largos do Carmo e São Bento. No ano seguinte, porém, a própria Câmara resolveu que se mudassem para a praça do Mercado ou para o pátio do Colégio [...]. Talvez medidas que além de inspiradas pelas conveniências do trânsito fossem em parte ditadas por motivos bem dizer estéticos.¹⁵⁴

Esse relato, embora anterior ao recorte do nosso estudo, é muito sugestivo, pois essas atividades se mantiveram após o advento da República. Ademais, revela a importância atribuída a esse comércio e, ao mesmo tempo, a disposição das entidades municipais em controlar esse circuito de negócios desde a época imperial. Chama a atenção ainda o fato dessas mulheres negras – mesmo não sendo formalmente cidadãs – terem estabelecido uma interlocução com uma instituição política a fim de pleitear um direito. Tocamos nessa questão, já que segundo Santos, nas décadas seguintes à Abolição, o poder municipal continuaria a vigiar e a cercear, não somente essas atividades, mas também quem as praticava. Para ilustrar essa tendência, Santos cita um artigo do Decreto-Lei nº 1707, de junho de 1913, que procura regularizar a venda de doces, frutas e outros alimentos. Essa resolução foi criada durante a gestão do prefeito Raymundo Duprat:

¹⁵³ BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984. v. 3. p. 1131.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p. 1136-1137.

Lei nº1707, de 21 de Junho de 1913. Dispõe sobre a venda de frutas e outros artigos.

Artigo 1 – É proibida a venda ambulante de doces a não ser em tabuleiros com tampas de vidro, que deverão permanecer fechados, com exceção dos momentos em que estiverem atendendo aos fregueses.

Artigo 5 – Os infratores da presente lei incorrerão na pena de dez mil réis de multa.¹⁵⁵

Nesse documento denota-se dois importantes aspectos que aparentemente são contraditórios. Verifica-se a evidente tentativa das autoridades municipais de disciplinar e controlar esse ramo de atividade em nome da saúde pública, a partir de concepções higienistas. Por outro lado, representava o reconhecimento forçado da relevância deste tipo de comércio para vários setores da população, tendo as afrodescendentes como protagonistas.

De qualquer forma, atuando ou não no comércio ambulante, era fato comum que as mulheres negras prezavam por sua independência econômica, sua liberdade para transitar pelos vários espaços da cidade, despojando-se dos princípios de moralidade vigentes. Investigando o cotidiano das mulheres negras paulistas na cidade do Rio de Janeiro, Lúcia Helena Oliveira Silva constatou o protagonismo exercido por elas na capital da República. A historiadora dissecou vários processos criminais e, nesses documentos, verificou o quanto a presença delas nas ruas e em outros espaços públicos incomodava as autoridades policiais. Muitas eram injustamente acusadas de serem vadias, ébrias, desordeiras e prostitutas. Segundo a autora “no ano de 1892, por exemplo, de 45 prisões feitas entre junho e agosto de mulheres libertas e afrodescendentes, 40 referiam-se à embriaguez e desordem”.¹⁵⁶

Silva também explica que as razões para a detenção estavam menos ligadas a uma responsabilidade criminal do que a uma ação disciplinadora da polícia, principalmente contra as mulheres negras, quando elas circulavam à noite pelas ruas. Ao trabalharem como cozinheiras, domésticas, criadas e comerciantes elas transitavam constantemente por vários espaços públicos, em sua maioria ocupados por homens de todos os segmentos sociais. Dessa forma, elas se distanciavam dos preceitos morais exigidos das mulheres abastadas nessa época, ou seja, não ficavam confinadas ao espaço doméstico sob o controle dos homens (pai, irmão mais velho,

¹⁵⁵ Leis e Atos Municipais de São Paulo do Ano de 1913, 1914, p.73-74 *apud* SANTOS, 1998, p.149-150.

¹⁵⁶ SILVA, 2016, p. 105.

marido). Devido às peculiaridades de suas condições de vida, a mulher negra não podia se submeter plenamente a tais valores. Conforme Silva:

Pela natureza dos serviços que faziam, elas estavam em toda parte e em todos os horários, quebrando os códigos que definiam as regras morais, os padrões sociais de comportamento e valores aceitos que delimitavam a mulher honesta e virtuosa, isto é, a mulher desejável a esta sociedade.¹⁵⁷

Por outro lado, elas estavam submetidas à uma dupla suspeição devido ao fato de circularem sozinhas por diversos locais públicos. As mulheres pobres, especialmente as negras, ao transitarem pelas ruas por conta dos serviços que desempenhavam, eram frequentemente associadas à prostituição. Segundo Livia Maria Tiede, na cidade de São Paulo, os homens de cor preocupavam-se com a vulnerabilidade das mulheres negras por conta dos “olhares e investidas” masculinas, pois “[...] elas estariam sujeitas a se envolver com homens que não as respeitariam, nem a seus corpos, ou elas próprias poderiam utilizar meios ‘imorais’ de sobrevivência, como a prostituição”.¹⁵⁸

Além da desconfiança e tutela dos homens de cor, as mulheres negras tinham que enfrentar os estereótipos da sociedade e as perseguições da polícia. Assim como os negros eram abordados sob a acusação de vadiagem em determinadas circunstâncias e espaços públicos, o mesmo ocorria com as cidadãs negras. Entretanto, a vadiagem, quando atribuída às mulheres, notadamente às negras, era praticamente uma acusação de meretrício. Ainda conforme Tiede “a vadiagem da mulher era considerada quase uma confirmação de prostituição nos processos analisados: se uma mulher fosse negra, logo era vadia, e então prostituída”.¹⁵⁹

Em seu fecundo e instigante estudo sobre a prostituição na Paulicéia, Margareth Rago evidenciou as dificuldades que as mulheres enfrentavam quando circulavam pelos espaços públicos. Segundo ela, no contexto do processo de urbanização da capital, o crescimento e sofisticação do comércio do prazer provocaram reações moralistas de vários setores sociais. Entre os grupos de maior

¹⁵⁷ SILVA, 2016, p. 106.

¹⁵⁸ TIEDE, 2006, p. 124.

¹⁵⁹ TIEDE, loc. cit.

influência estavam médicos, juristas, criminologistas, jornalistas e, certamente, as instituições policiais.¹⁶⁰

Visando à manutenção da moralidade e dos bons costumes, diversos poderes públicos convergiram esforços para, se não impedir, ao menos controlar e regulamentar o meretrício. Assim, nesse contexto, conforme Rago:

Inúmeras reportagens na imprensa, decretos oficiais de fiscalização dos hotéis e tavernas, artigos que defendiam a higienização da cidade manifestavam no nível da sensibilidade, uma forte obsessão em proteger a moralidade das jovens e em restringir a circulação das mulheres pelas ruas e praças.¹⁶¹

Contudo, nesse contexto eram as mulheres pobres, notadamente as negras, que transitavam pelas ruas e praças públicas por conta da miríade de serviços que desempenhavam, conforme indicamos. Desse modo, pode-se presumir que as restrições e o cerceamento comandados pela polícia afetavam mais as cidadãs negras em seu cotidiano, mesmo não tendo qualquer vínculo com a prostituição. Ademais, era difícil para os agentes da ordem discernirem nos espaços públicos, as mulheres que estavam envolvidas com o meretrício. De acordo com Rago, os regulamentos estabelecidos pelas autoridades estatais determinavam que as prostitutas não deveriam vestir roupas muito curtas e decotadas nos locais públicos. Além disso, nos espaços de lazer e diversão, por outro regulamento, exigia-se recato e silêncio das meretrizes pobres.¹⁶²

Por conseguinte, houve uma crescente ampliação do controle das atividades do chamado submundo pelo aparato estatal, e isso incluía outras práticas percebidas como desviantes e ameaçadoras à moralidade vigente. Conforme Rago:

Portanto, além da visível preocupação com a moralização dos costumes – repressão ao jogo, lenocínio, ‘danças desenvoltas’ e ‘bailes tolerados’, alcoolismo e vagabundagem – ocorria uma interferência direta dos setores dominantes na modelização dos espaços públicos em que a mulher poderia atuar.¹⁶³

Para driblar esses e outros percalços homens e mulheres negras tiveram que elaborar várias estratégias de sobrevivência, como estabelecer vínculos de

¹⁶⁰ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹⁶¹ Ibidem, p. 107.

¹⁶² Ibidem, p. 114-115.

¹⁶³ Ibidem, p. 121.

solidariedade. Nesse contexto de precariedade existencial, de preços elevados nos aluguéis devido à especulação imobiliária, muitos laços de amizade e cooperação eram forjados para superação de adversidades. Assim, era corriqueiro amigos, parentes e vizinhos se ajudarem mutuamente, fornecendo algum alimento, emprestando dinheiro, cuidando das crianças na ausência dos pais, dividindo as despesas dos aluguéis, dentre outras. Os elos de solidariedade e os arranjos, ocasionais ou permanentes, estabelecidos no cotidiano da comunidade negra configuravam o que Petrônio Domingues denominou “família ampliada”, caracterizada como “[...] uma família cujos membros constituintes não eram ligados apenas pelos laços consanguíneos, mas também pela relação de deferência e companheirismo¹⁶⁴.

Contudo, os laços de solidariedade e as formas de convivência grupal no pós-abolição não surgiram subitamente nesse período. Maria Wissenbach, investigando os expedientes de sobrevivência de escravos e forros em São Paulo na segunda metade do século XIX, identificou tal fenômeno décadas antes da Abolição. Nesse contexto – em que a Paulicéia ainda era uma cidade relativamente pequena – cativos e libertos viviam muito mais próximos geograficamente, favorecendo os contatos na vida cotidiana. Com isso, a construção de relações sociais baseadas em vínculos de amizade e parentesco tornou-se um artifício corriqueiro e fundamental para o enfrentamento das adversidades do dia-a-dia. Segundo Wissenbach:

A administração da sobrevivência de escravos e forros passava necessariamente pela sociabilidade; da mesma forma que o comer, a moradia, difícil e custosa, era resolvida mediante arranjos de coabitação, em geral determinados por relações afetivas ou fraternais. Ficaram registrados nos autos algumas dessas moradias conjuntas[...].¹⁶⁵

Em grande medida, essas relações também remontam às tradições culturais de origem africana. Para Raquel Rolnik, nessa mesma conjuntura, o espaço do terreiro não era percebido e utilizado apenas como local de culto e de práticas rituais. Era ao mesmo tempo, um lugar sagrado e profano, pois também funcionava como local de residência, permanente ou não, de vários membros da comunidade do terreiro, pais e filhos-de-santo.¹⁶⁶

¹⁶⁴ DOMINGUES, 2004, p.213-214.

¹⁶⁵ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998a. p. 238-239.

¹⁶⁶ ROLNIK, 1997.

No Brasil, como a formação de clãs foi impossibilitada pelo processo de segregação inerente ao escravismo, eles foram recriados na forma de uma “família de santo”, sem vínculos de parentesco. Os integrantes dessa família simbólica passaram a coexistir numa espécie de terreiro/habitação coletiva. Essas relações de cooperação e modos de convivência se mantiveram ao longo da história e foram atualizadas após o escravismo, convertendo-se em um dos importantes expedientes de sobrevivência. É o que sugere Raquel Rolnik:

Às vésperas da abolição, quartos de aluguel, muitas vezes constando de apenas um cômodo e agrupados em torno de um *quintal coletivo*, constituíam a forma predominante de moradia dos negros de São Paulo, que, em 1886, eram em número de 11 mil, sendo escravos apenas 593. Viver em porões e cômodos contíguos em habitações coletivas era forma de moradia acessível aos libertos. Única opção de moradia barata no centro da cidade, a habitação coletiva tinha uma arquitetura que implicava um cotidiano em que, na maior parte do tempo, as atividades relacionadas com o morar aconteciam em um espaço semipúblico, intermediário entre o interior da casa e a rua – os pátios e quintais coletivos[...] Cozinhar, relaxar, conversar, brincar com as crianças, lavar pratos eram atividades desenvolvidas nos quintais.¹⁶⁷

Por outro lado, não se deve ignorar as dificuldades imanentes à convivência coletiva. Em habitações como os cortiços uma das adversidades cotidianas refere-se ao uso compartilhado – por um elevado número de indivíduos – de equipamentos como banheiros, pias, tanques de lavar, dentre outros. Além disso, muitas famílias que moravam em uma mesma casa tinham que se acomodar em cômodos apertados, lidar com o barulho e a falta de sigilo, visto que as conversas de todos podiam ser ouvidas por todos.

A despeito dos percalços e tensões decorrentes dessas circunstâncias, os laços de cooperação e parceria foram essenciais para a sobrevivência do negro na Paulicéia. É possível entrever os aspectos positivos e negativos desses arranjos familiares, em dois depoimentos de mulheres negras que viveram em cortiços nesse contexto. Os relatos foram coletados por Teresinha Bernardo.

Escutava tudo o que diziam, não tinha um momento de paz. Quando tinha briga, era um inferno, era sempre à noite. Ninguém mais dormia. Só tinha uma coisa boa, não tinha solidão. (Maria Antonia).
No cortiço, todos sabiam tudo de todos, era uma coisa muito ruim, um banheiro para mais de trinta pessoas. Mas vou te dizer uma coisa, sempre fui sozinha, e no cortiço sempre tive quem olhasse meus filhos para que eu pudesse trabalhar. (Flora).¹⁶⁸

¹⁶⁷ Ibidem, p.65-66.

¹⁶⁸ BERNARDO, 1998, p. 58.

Todavia, a solidariedade e a cooperação entre os membros da comunidade negra também foram articuladas em outros lugares. Lúcia Helena Silva analisou, na cidade do Rio de Janeiro, o processo de acolhimento de migrantes negros em certos bairros onde residiam parentes e amigos que haviam migrado dos mesmos lugares de origem. Isso significa que os recém-chegados nem sempre vinham aleatoriamente, pois sabiam de antemão os locais da cidade onde poderiam se estabelecer e receber apoio. Assim, quando chegavam podiam conseguir a ajuda de parentes e amigos para adquirirem um emprego ou superarem dificuldades existenciais. Com tal intuito, foram criadas organizações de trabalhadores negros para arranjar trabalho aos migrantes. Esse apoio baseava-se nos laços de amizade, parentesco e religiosidade que foram gerados entre os libertos em suas terras de origem.¹⁶⁹

Conforme Silva, a *Sociedade da Resistência dos Trabalhadores em Trapiche do Café* foi a primeira organização para esse fim no Rio de Janeiro. A respeito da importância dessas associações para o acolhimento dos migrantes negros, a historiadora afirma: “Assim, poderia haver uma comunidade de migrantes negros paulista, onde aqueles que haviam vindo antes recebiam os amigos e parentes, proporcionando um teto e até arranjos de trabalho [...]”.¹⁷⁰

Para finalizar esse item, vale pontuar que as habitações coletivas e os modos de cooperação associados a ela passaram a ser cada vez mais estigmatizados no contexto das reformas urbanísticas. As maneiras de viver, os arranjos familiares e vários aspectos da cidadania dos negros foram afetados, sob o pretexto da necessidade de higienização desses locais. Ao serem classificados como promíscuos, forjava-se a justificativa para as intervenções do poder municipal nesses territórios. Além disso, em nome das concepções estéticas europeizadas, associadas aos interesses da elite econômica, buscava-se apagar traços culturais afro-brasileiros de longuíssima duração, constitutivos e parte integrante da história da cidade de São Paulo. De acordo com Raquel Rolnik:

O fato de uma parte das tarefas e vivências cotidianas se dar em um espaço que misturava famílias, raças, idades e sexos e, ainda mais, que as regras de contatos sociais, posturas corporais e maneiras de expressar afetividade não fosse iguais àquelas que a elite defendia como dignas e respeitáveis, foi suficiente para que o território popular fosse visto e representado como promíscuo e desregrado. Através desse mecanismo, poderoso [...] se adere

¹⁶⁹ SILVA, 2016.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 215.

a precariedade material ao estigma moral, condenando o que é, antes de tudo, diverso e desconhecido, à condição de marginal.¹⁷¹

Não obstante, os laços de solidariedade e os arranjos familiares foram expedientes essenciais para a sobrevivência individual e coletiva do negro nessa conjuntura.

2.4 Polícia, discriminação racial e violação da cidadania negra

Um dos principais desafios que os negros enfrentaram para afirmar sua cidadania no pós-abolição refere-se à luta pelos direitos civis. No artigo 72 da Constituição de 1891 estão reunidos, nos seus 34 incisos, o conjunto de garantias atinentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade. O Estado brasileiro, pelo menos no plano teórico, deveria assegurar a todos os cidadãos, sem distinção, os direitos incluídos nessa categoria constitucional.¹⁷²

Entretanto, nem todas as garantias prescritas nesse artigo foram asseguradas a todos os cidadãos, especialmente os negros. É evidente que os outros segmentos sociais, como os imigrantes e as mulheres em geral, também sofreram violação de seus direitos civis. Contudo, neste subcapítulo nos debruçaremos sobre o cotidiano dos afrodescendentes para demonstrar como, em ocasiões específicas, sua cidadania civil foi violada ou deixou de ser garantida pelo Estado brasileiro.

Assim sendo, verificaremos quais incisos do artigo 72 da Constituição republicana de 1891 foram descumpridos ou não foram plenamente cumpridos. Por exemplo, o 2º inciso estabelece que todos os cidadãos são iguais perante a lei, não admitindo privilégios de nascimento ou foros de nobreza. Contudo, as instituições da ordem, especialmente a polícia, não tratavam todos os cidadãos com isonomia, notadamente o segmento negro. Os abusos de autoridade, as práticas discriminatórias e violentas do aparelho policial contra os negros eram recorrentes. Antes de verificarmos em que situações e circunstâncias do cotidiano esses excessos ocorriam, é necessário tecermos algumas ponderações sobre a instituição policial.

¹⁷¹ ROLNIK, 1997, p. 69.

¹⁷² BRASIL, 1891.

Luís Antônio Francisco de Souza perscrutou com pormenores o processo de formação da Polícia Civil e suas práticas de investigação em São Paulo durante a Primeira República. Segundo o historiador, desde sua criação em 1906, essa instituição teve por incumbência prevenir e combater a criminalidade a partir de uma concepção mais moderna, adotando técnicas racionais. Porém, muitas práticas de caráter inquisitorial não desapareceram subitamente, não obstante o processo de racionalização administrativa e inovação técnica que estava em curso.¹⁷³

Portanto, nessa transição de uma polícia semiprofissional, arcaica e combativa para uma polícia profissional, preventiva e racional, muitos excessos, práticas de corrupção e violações aos novos direitos ainda continuaram ocorrendo. Conforme Luís Antônio Souza:

As indisciplinas, as violências e o abuso de poder sobreviveram às mudanças na polícia de São Paulo. Afinal, as sindicâncias e os inquéritos eram procedidos pelos próprios pares e os resultados parecem ser ambíguos. O monopólio da força física e da autoridade de processar acabava potencializando os conflitos entre as instituições policiais e não serviam como mecanismo de proteção dos cidadãos, submetidos à corrupção ou a violência, características do exercício da ação policial.¹⁷⁴

Os abusos de autoridade e as ilegalidades cometidas não eram práticas exclusivas dos policiais da cidade de São Paulo. Marcos Luiz Bretas estudou com afinco o exercício cotidiano da polícia civil e militar no Rio de Janeiro entre 1907 e 1930. Examinando fontes primárias variadas, como as ocorrências e os processos registrados, Bretas constatou que na capital da República os policiais também cometiam excessos, violando direitos dos cidadãos. Não era raro muitos se envolverem com prostituição, jogos e bebedeiras, aceitarem propinas relacionadas à práticas ilícitas, dentre outros. Contudo, segundo o historiador, o problema mais grave e rotineiro era o uso abusivo de violência pelas patrulhas. Em um dos casos analisados, o historiador evidenciou essa tendência:

Uma patrulha de cavalaria teve que ser substituída às 3:30h da manhã porque se dirigira à zona do meretrício no 13º. DP – fora de sua área de ronda – e começara a esbordoar os transeuntes. Seis pessoas foram à delegacia do 14º. DP apresentar queixa de que tinham sido paradas e revistadas no meio da noite por dois praças da polícia armados, que estavam de folga e à paisana. Dois guardas civis tentaram conduzir os praças à delegacia, mas

¹⁷³ SOUZA, Luís Francisco de. *Lei, Cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889/1930)*. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

¹⁷⁴ Ibidem, p.245.

eles fugiram de armas nas mãos. O comissário observou que não era a primeira vez que isso acontecia, ao contrário, era um incidente comum.¹⁷⁵

Em São Paulo, os negros eram abordados em diversos lugares públicos pelas autoridades policiais, muitas vezes de forma truculenta e sem uma justificativa imediata. Os espaços de lazer eram um dos alvos frequentes de ações dessa natureza. O depoimento de José Correia Leite ilustra muito bem como os negros eram considerados suspeitos em potencial pelo aparato policial:

Nos bailes muitos sujeitos eram procurados pela polícia, mas não dentro do salão, porque aí eles criavam caso. Eram esperados na saída. Eu vi muitas vezes o sujeito ser preso com violência, debaixo de pancadaria. Eram pessoas que a gente muitas vezes nem sabia que tinham problemas com a polícia [...]. Naquele tempo os investigadores eram chamados de polícia secreta. Mas eles eram conhecidos pela maneira de se trajar. Então a gente sabia quando eles estavam rondando. Muitas vezes acontecia que as pessoas tinham problema policial, como roubos e outros tipos de desordem. Mas a polícia com o negro era a mesma coisa: prendiam! Sabiam que não ia dar problema algum [...]. Eu também fui abordado várias vezes por investigador de polícia, pela minha maneira de andar, de agir. Eu andava com bengala com ar de importante [...]. Um dia eu vinha subindo a Rua Santo Antonio e vieram três policiais. Aí eu tive que explicar quem eu era, onde trabalhava...¹⁷⁶

Assim, percebe-se que havia um tratamento tendencioso e de suspeição contra o negro. Em um artigo de abril de 1919 o jornal *O Bandeirante* denunciava com veemência a postura discriminatória da polícia:

Os homens de cor preta nesta terra sempre foram as vítimas dos secretas e agentes de polícia. Dezenas de barbaridades estes mantenedores da ordem pública tem cometido, prendendo, esmurando os pobres de cor que as vezes não tem uma pessoa que lhes possa acudir ou mesmo lavar um protesto contra esses indivíduos bárbaros.¹⁷⁷

Na mesma página desse periódico é reproduzida uma notícia do jornal *O Estado de São Paulo*, da seção de reclamações, onde é relatado um caso de perseguição policial, bastante elucidativo. Um grupo de amigos negros foi acompanhar o enterro de um outro amigo no cemitério *Araçá*.

Na volta, apareceram de súbito aos condutores do morto quatro indivíduos que, sem motivo algum e alegando a sua qualidade de secretas, lhes deram voz de prisão, só porque se tratava de gente de cor, pobre, vezada (acostumada) ao trabalho das oficinas e sem relações nenhuma com a

¹⁷⁵ BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p.152.

¹⁷⁶ LEITE, José Correia. *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.82.

¹⁷⁷ *O Bandeirante*, São Paulo, abril de 1919. p.2.

polícia. Houve protestos das partes dos sitiados, mas os que mais protestaram, em número de quatro, foram presos.¹⁷⁸

É muito esclarecedor a descrição desse fato, em que nitidamente os agentes da ordem foram preconceituosos e prepotentes. Todavia, mais interessante ainda é observar o nível de consciência do denunciante a respeito da violação da cidadania sofrida pelos negros. No trecho a seguir, localizado na mesma página do citado periódico, impressiona a clareza do depoente, quando ele discorre sobre a diferença percebida em termos de direitos, entre a época da escravidão e o momento em que vivia.

É um abuso Sr. redator, que precisa ter um fim, e imediatamente [...]. É uma necessidade com efeito, que o Sr. Dr. Delegado geral ponha termo a semelhante estado de coisas. Os agentes da polícia estão exorbitando dos poderes que lhes foram conferidos. As prisões sucedem-se, sem motivo algum e os que são inocentes nem sempre podem manter a calma necessária ante o vexame a que os submetem. *Os tempos ignominiosos de efetuar prisões por palpite já vão longe.*¹⁷⁹

Além das abordagens injustificadas e dos constrangimentos sofridos, não era incomum os negros serem agredidos pelos agentes da ordem estatal. Conforme assinalamos, eram frequentemente importunados nos locais de lazer, principalmente nos bailes dançantes e nas festas. Nas ocasiões em que os policiais adentravam nesses estabelecimentos, geralmente os direitos civis dos cidadãos negros eram violados. Um artigo do jornal *O Alfinete* de outubro de 1918, relata um desses episódios:

O salão de Bailes Públicos da rua 13 de Maio esquina da rua Manoel Dutra, cujo prédio a nossa digna Polícia da Liberdade mandou fechar devido aos escândalos que ali praticavam, sendo as maiores vítimas os homens de cor preta que por qualquer motivo apanhavam de chicote, facas, cacetes e revolver. Entravam em ação e em seguida a pobre vítima era entregue a polícia de ronda que mandava conduzir no carro de preso sem saber por quê.¹⁸⁰

De acordo com Petrônio Domingues, quando a polícia era acionada para intervir nestes eventos os agentes da ordem agiam energicamente, esvaziando os salões e dispersando os negros de seu entorno. Segundo o historiador “havia casos

¹⁷⁸ *O Bandeirante*, São Paulo, abril de 1919. p. 2.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 2. (grifo nosso).

¹⁸⁰ *O Alfinete*, São Paulo, 12/10/1918. p.2.

de policiais que espancavam e prendiam os negros, sob a acusação de crime de vagabundagem ou de atentado à ordem pública”.¹⁸¹

No instigante estudo de Iêda Marques Britto acerca da gênese do samba na cidade de São Paulo, a historiadora também constatou situações em que as intervenções da polícia ocorreram de modo abusivo. Além das restrições concretas ao uso da rua pelos cordões, determinadas pelo poder público, os agentes policiais entravam em confronto com grupos de sambistas em bairros como o Bexiga. Os principais alvos neste distrito eram os chamados “negros da Glette”, considerados “transgressores da ordem” pelos setores institucionais. Segundo Britto, embora a perseguição aos praticantes do samba tenha se tornado mais frequente apenas na década de 1930, episódios marcados pela truculência policial já eram registrados anteriormente. Denota-se que, à medida em que essa prática cultural protagonizada pelos segmentos negros foi adquirindo notoriedade social, o controle do Estado sobre ela foi aumentando. Conforme a autora:

Quanto aos atos repressivos diretos, atingindo fisicamente os sambistas e quebrando seus instrumentos, embora já existentes naqueles anos, seriam mais frequentes na década dos 30, dentro de um clima de tensões de classe que vinha se acumulando desde períodos anteriores e num quadro maior, que apresentava sérias crises políticas.¹⁸²

De qualquer modo, uma das principais motivações para a perseguição aos negros relacionava-se com a vadiagem. Conforme o Código Penal de 1890, a desocupação voluntária era considerada uma contravenção. O crime de vadiagem estava tipificado no artigo 399, sendo assim caracterizado:

Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes.¹⁸³

A pena prescrita para esse delito era a prisão celular que variava de 15 a 30 dias. É interessante sublinhar, conforme o inciso primeiro do artigo 399 que “pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assignar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do

¹⁸¹ DOMINGUES, 2004, p. 147.

¹⁸² BRITO, Iêda Marques. *Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural*. São Paulo: FFLCH/USP, 1986. p. 91.

¹⁸³ BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm Acesso em 24 jul. 2019.

cumprimento da pena”. Em casos de reincidência, a pena poderia se estender cumulativamente até três anos.¹⁸⁴

Por isso, quando deixava a prisão, o indivíduo era condicionado a conseguir trabalho dentro de um prazo de 15 dias, sob o risco de ser novamente detido. Todavia, no caso do negro, boa parte da população estava ociosa por conta de uma política tácita de preferência aos brancos. Além disso, muitos trabalhavam em serviços informais e temporários, portanto, tinham sérias dificuldades para comprovar que não eram vadios. Devido à essas circunstâncias e, sobretudo, à discriminação racial, os negros tornaram-se os principais alvos da acusação desse delito. Dessa forma, os afrodescendentes, ao não terem o direito de ir e vir plenamente garantidos, ao não serem tratados com igualdade jurídica, eram afetados em seus direitos civis.

Assim, para compreender em que medida os negros podiam ser injustiçados ao serem enquadrados como vadios é crucial examinar como elaboravam-se os processos criminais. Segundo Luís Antônio Francisco de Souza desde a Lei 2033, de 20 de setembro de 1871, houve a separação entre a esfera jurídica e a esfera policial. Até então, a polícia conciliava atribuições judiciais e administrativas. A alçada do Chefe de polícia era tão abrangente que, nos casos de crimes comuns, sua competência se estendia desde as atividades preliminares do auto de corpo de delito até a formação da culpa.¹⁸⁵

Com as reformas introduzidas em 1871 as funções judiciais foram delegadas aos juízes em várias jurisdições. A polícia deixou de ter competência de processar e pronunciar crimes comuns. Desde então, as autoridades policiais tiveram sua competência limitada às diligências necessárias para o descobrimento dos crimes e suas circunstâncias por meio do inquérito policial. Estes eram produzidos pelos policiais na delegacia após prisão em flagrante ou depois de uma autuação por denúncia. Enquanto instrumento auxiliar da justiça, o inquérito deveria ser preparado pela polícia com base nas informações apuradas. Depois era encaminhado às autoridades judiciais (promotores públicos e juízes de direito) para a formação da culpa.¹⁸⁶ A princípio, estas alterações e mais os itens do artigo 72 da Constituição

¹⁸⁴ BRASIL, 1890.

¹⁸⁵ SOUZA, 2009.

¹⁸⁶ Ibidem.

republicana de 1891 favoreceram a consolidação de liberdades individuais na medida em que retirou funções de julgamento dos agentes policiais.

Entretanto, devido às atribuições contidas no inquérito criminal e às deficiências existentes no sistema jurídico, a polícia manteve uma considerável margem de poder, especialmente em crimes comuns do cotidiano. A respeito dos dispositivos do inquérito policial criado em 1871 Luís Antônio Francisco de Souza teceu as seguintes considerações:

O inquérito policial aumentava a zona de livre arbítrio das autoridades policiais para além dos já imensos poderes administrativos que possuíam. Como se praticava no Brasil, com todos os artifícios jurídicos, verdadeira liturgia do *poder extralegal de punir*, o inquérito acabava se transformando numa arma de suspeição sistemática. Embora sem valor jurídico, o inquérito tinha valor condenatório evidente, e era a partir dele que muitos promotores e juízes de direito procuravam entender a lógica do caso que estava em questão e decidiam de sua procedência. Assim, por mais que a lei afirmasse seu caráter extrajudicial, o inquérito continuava sendo forte peça no processo condenatório, quando não era, ele próprio, uma forma de punição.¹⁸⁷

Portanto, os policiais que abordavam e autuavam os transeuntes exerciam enorme influência na formulação dos processos de vadiagem. Contudo, nem sempre eles agiam com a devida imparcialidade, especialmente quando os acusados eram negros. Assim que o suspeito de vadiagem chegava à delegacia iniciava-se a elaboração do inquérito. Os dados deste documento eram bastante concisos, eram compostos por uma descrição sucinta dos fatos e por um questionário elaborado previamente, denominado “Auto de Flagrante”. Este item era preenchido com informações pessoais do acusado como: nome, profissão, estado civil e outros. Em regra, a cor do indivíduo não era uma informação que formalmente devesse ser registrada. Porém, quando o acusado era negro o nome era escrito entre parênteses ou aspas, denotando que esse atributo era um dado adicional relevante. A indicação da cor no inquérito quase sempre só ocorria quando o suspeito não era branco e, muitas vezes o nome do indivíduo era substituído pelos termos “negro”, “preto” etc.¹⁸⁸

De acordo com Livia Maria Tiede, quando os policiais produziam os inquéritos sobre vadiagem habitualmente empregavam vários jargões, tais como “vagar pelas ruas em franca ociosidade” ou “sem meios de sobrevivência”. A utilização desses termos era um artifício para imputar ao acusado a quase certeza da culpa. Segundo

¹⁸⁷ SOUZA, 2009, p. 106. (grifo nosso).

¹⁸⁸ TIEDE, 2006, p. 84.

a historiadora isso ocorria porque, em geral, as práticas policiais eram padronizadas e seguiam uma certa rotina. Quando um suspeito era conduzido à delegacia, os agentes da ordem já tinham a respeito dele um conjunto de referências acerca de seu comportamento. Conforme a autora

Como eram os próprios policiais que andavam nas ruas e encaminhavam as pessoas às instituições, o cotidiano deles influenciava a feitura dos processos. Se um policial reconhecesse um indivíduo como vadio, isso podia ser confirmado por meio de seu testemunho qualificado.¹⁸⁹

Desse modo, como a formulação do inquérito de vadiagem dependia, em larga medida, do arbítrio pessoal dos agentes da ordem, muitos indivíduos podiam se tornar alvos frequentes de perseguições. Esse fato gerava várias implicações para as liberdades individuais dos atores sociais, principalmente quando o sujeito era reincidente. A primeira passagem já gerava um enorme prejuízo, pois a partir de então, a pessoa tornava-se “identificada”, suspeita em potencial. Por conseguinte, caso alguém fosse detido mais de uma vez por vadiagem, acabava sendo classificado “como ‘vagabundo conhecido’ e, mesmo que não fosse possível provar totalmente a acusação, uma outra detenção seria suficiente para confirmar a primeira e enviar o indivíduo à cadeia”.¹⁹⁰

Segundo Tiede, os não-brancos (negros, pardos, mulatos etc.) possuíam as maiores taxas de reincidência na cidade de São Paulo, destacando-se o crime de vadiagem. Os dados levantados sobre a capital paulista são referentes aos anos de 1905 a 1907. Nesse período, 258 pessoas não-brancas foram sentenciadas por diferentes delitos tais como, furto, roubo, latrocínio, homicídios, ferimentos graves, dentre outros.

A historiadora postula que 87% desses 258 condenados cometeram crime de vadiagem. Isso evidencia que havia uma enorme suspeição das autoridades policiais sobre os afrodescendentes, orientada por práticas racistas arraigadas em sua atividade cotidiana. No entanto, “evidentemente o preto não era o único alvo da repressão à vadiagem. Mas é provável que este tipo de crime tenha recaído com maior

¹⁸⁹ TIEDE, 2006, p. 84.

¹⁹⁰ Ibidem. p. 86.

força sobre a população negra, por causa do estigma da cor que associava o negro à vadiagem [...]”.¹⁹¹

O historiador José Carlos Gomes da Silva esmiuçou detidamente os relatórios policiais de 1903 e 1904 da cidade de São Paulo em sua dissertação de mestrado. Em trechos específicos dessa documentação é possível apreender o ideário dos agentes da ordem, bem como aspectos de seu *modus operandi*. Nesses relatórios estão explícitas algumas funções das Delegacias auxiliares. Além disso, possui orientações de como os policiais deveriam agir para coibir e combater as principais contravenções que ameaçavam a ordem pública (vadiagem, embriaguez e desordens):

Evitar que em botequins, tavernas e em outras casas de negócio haja ajuntamentos com algazarra que perturbe o socego público e dispersá-los, dando disso conhecimento à autoridade;

As (pessoas) que vestidas de modo que offendam a moral e os bons costumes transitem pelas ruas e praças, ou nesse estado estiverem a banhar-se em qualquer lugar público, ou assim se apresentarem às portas ou janellas do pavimento das habitações (Relatório, 1903).

O guarda deve deter todas as pessoas que encontrar completamente embriagadas nas ruas, cafés, jardins e, em geral, qualquer lugar frequentado pelo público; As prostitutas que se apresentarem às janellas, portas ou calçadas de suas habitações sem estar convenientemente compostas e sem se comportar corretamente, devem ser admoestadas e intimadas a se recolher; se desobedecerem, conduzi-las à presença da autoridade (Relatório, 1904).¹⁹²

Assim, depreende-se nesses excertos as preocupações das instituições policiais com a manutenção de uma ordem pública urbana idealizada. Tendo como pano de fundo a emergente sociedade capitalista paulistana, verifica-se a disposição das autoridades estatais em controlar e disciplinar os segmentos pobres da população. Orientados pelas concepções moralizadoras, os policiais deviam cercear os elementos dissonantes, que tolhiam a modernização ao não aderir à lógica burguesa acerca do trabalho. Daí o combate implacável ao ócio e às atividades consideradas improdutivas, vistas como indignas, logo, associadas à criminalidade.

¹⁹¹ TIEDE, 2006, p. 88.

¹⁹² SILVA, Jose Carlos Gomes da. *Os sub urbanos e a outra face da cidade: negros em São Paulo 1900-1930, cotidiano, lazer e cidadania*. 1990. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1990. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281637>. Acesso em: 04 abr. 2020. p.79

Entretanto, é preciso problematizar a ideia de vadiagem neste contexto, como fez Kleber Amancio em sua pesquisa sobre o cotidiano dos ex-escravos em Campinas. O historiador revelou que muitos negros optavam voluntariamente por trabalhar em serviços temporários justamente para escaparem à maçante rotina do trabalho assalariado. Desse modo, para desfrutarem de certa “autonomia” em relação ao emprego regular, escolheram ocupações itinerantes, como: pintores, artesãos, vendedores ambulantes, entre outras. Por isso tornavam-se suspeitos de vadiagem, sendo perseguidos não apenas ao circularem pelas ruas, mas também em seus espaços de lazer e sociabilidade.¹⁹³

A respeito do ponto de vista dos idealizadores e defensores da Lei da vadiagem, Kleber Amancio assinala que “[...] o vadio era aquele que não queria se sujeitar a uma lógica de trabalho capitalista, que não estava disposto a deixar domar e a respeitar quem determinassem como deveriam conduzir suas vidas”.¹⁹⁴

Portanto, os segmentos pobres, especialmente os negros em seu cotidiano, estavam propensos a ser enquadrados pelas autoridades policiais. Os dados coligidos por José Carlos Gomes da Silva fornecem informações pertinentes para corroborarmos essa tendência na cidade de São Paulo, como pode ser observado na Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição de dados em números absolutos e percentuais dos detidos pelos postos policiais, de acordo com a cor e ano, em São Paulo, Brasil.

Cor	1902	1905	1906	1915	1923
Branços	9.120	8.094	6.082	7.952	4.330
	72,9%	71,4%	69,3%	77,8%	66,5%
Pardos	1.391	1.314	1.180	753	651
	11,1%	11,6%	13,5%	7,4%	10,0%
Negros	2.007	1.911	1.518	1.513	1.552
	16,0%	17,0%	17,2%	14,8%	23,5%

Fonte: Relatórios dos Chefes de Polícia *apud* Silva (1990, p.82).

¹⁹³ AMANCIO, 2013.

¹⁹⁴ Ibidem, p. 116-117.

Analisando os dados apresentados na Tabela 7 verifica-se que em todos os anos o número de detenções de pessoas brancas era objetivamente maior do que o de pessoas negras e pardas. No entanto, a representação de negros e pardos na população paulistana nesta conjuntura, variava entre 8,5% e 11%, segundo Florestan Fernandes.¹⁹⁵

Em decorrência disso, pode-se inferir que o percentual de prisões de negros e pardos somados era proporcionalmente maior do que o dos brancos. No ano de 1906, por exemplo, 30,7% das prisões foram de afrodescendentes (pretos e pardos). Esse valor representa quase o triplo da representação desses dois segmentos na sociedade paulistana. Essa tendência também é corroborada pelas estatísticas apresentadas por Boris Fausto para os anos entre 1904 e 1916, conforme os dados apresentados na Tabela 8:

Tabela 8 – Distribuição do percentual de prisões realizadas em São Paulo, Brasil, segundo a cor, no período de 1904 a 1916.

Períodos	Brancos (%)	Pretos (%)	Mulatos (%)
1904 a 1908	69,6	17,4	13,0
1908 a 1912	70,8	18,0	11,2
1912 a 1916	74,0	14,8	11,2
Média geral	71,5	16,7	11,8

Fonte: Fausto (2001, p. 64)¹⁹⁶

Segundo Fausto esses dados indicam que negros e mulatos eram presos em proporção mais de duas vezes superior ao percentual que representavam na população paulistana. A quantidade de presos era em média 28,5%, enquanto esses dois segmentos compunham apenas cerca de 10% dos habitantes da Paulicéia nesse mesmo período. Para o historiador, o racismo perpetrado pelas autoridades policiais está implícito em vários documentos, como as transcrições de depoimentos e nos relatórios de delegados. Apesar de não se verificar menção a “cor”, muitas vezes o

¹⁹⁵ FERNANDES, 1965, p. 8.

¹⁹⁶ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

qualificativo “negro” e “pardo” era escrito a tinta em letras bem destacadas na margem das páginas.¹⁹⁷

A despeito de sua ilicitude, Fausto procura ponderar essas atitudes ao afirmar que o racismo não pode ser atribuído somente aos agentes da ordem. Ele influenciava também práticas preconceituosas como a dos juristas, médicos e outros cientistas, por exemplo. O preconceito perpassava todo o tecido social, estando profundamente enraizado no imaginário coletivo. Em decorrência disso, um conjunto de estereótipos e representações negativas eram associadas ao negro, especialmente quando circulavam pelos espaços públicos da cidade:

Na consciência coletiva estão profundamente arraigadas as associações entre o negro e o ócio, a violência, a permissividade sexual. [...] Ser negro é um atributo negativo conferido pela natureza que só se desfaz parcial e excepcionalmente pela demonstração de características positivas: o devotamento ao trabalho, a fidelidade a algum branco protetor, a humildade etc.¹⁹⁸

Os depoimentos de *Zezinho da Casa Verde* ajudam a confirmar aspectos dessa realidade, em que as ações tendenciosas da polícia restringiam os direitos fundamentais da cidadania negra. Os fatos narrados referem-se ao cotidiano do negro na Barra funda, em espaços de lazer como bares e cinema. Contudo, denota-se no relato do informante, que a perseguição sofrida pelos negros era uma experiência comum percebida em todos os lugares da cidade de São Paulo:

Se tinha cinco negros do lado lá (da Rua Souza Lima) e dez brancos do lado de cá, o carrão, a Bunduda, (eles) vinha em cima de nós. Os brancos ficavam, mas os negros não podiam ficar de jeito nenhum. *Não era só aí, era na cidade, em qualquer lugar.* Parava no Largo São Bento, cê parava cinco minutos que já era arrastado. O negro não tinha vez, meu filho, o negro nunca teve vez.

A gente vivia ali na Barra Funda, mas ali havia um delegado, chamava Dr. Carlos Pimenta, o pai dele tinha sido morto pelos escravos [...]. Então, nós na Barra Funda, nós não podia ficar parado, três quatro parados numa esquina, parado num portão que a polícia vinha e levava nós, e o pior é que depois não achava não, porque levava, deportava, mandando para qualquer lugar aí [...]. Se caísse uma negra que fosse pega três vezes... *ele era horroroso, ele raspava a cabeça e passava piche.*

E a gente, quando começamo a ficar hominho, começou o samba, mas não tinha jeito, eles vinham, *davam pancada, davam tudo...* bom, aí nós não sabia onde ficar, não tinha lugar pra ficar, porque o carrão vinha e o carrão passava mesmo. (Depoimentos de Zezinho da Casa Verde).¹⁹⁹

¹⁹⁷ FAUSTO, 2001, p.67.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Depoimento do Sr. Zezinho do Morro da Casa Verde, *apud* SILVA, 1990, p.91-95. (grifo nosso).

Dessa forma, os dados e as evidências apresentados acima reforçam nossa hipótese, segundo a qual a discriminação racial influenciava as práticas policiais. Além de explicitar dimensões importantes da rotina do negro, revelam ações persecutórias da polícia. Os afrodescendentes eram percebidos pelos representantes da ordem como suspeitos em potencial, sendo associados à várias contravenções.

Não obstante, essas práticas também afetavam adolescentes pobres, principalmente negros. Para combater a delinquência pueril na capital foi criado o *Instituto Disciplinar*, com base na Lei nº 844, de 10 de outubro de 1902.²⁰⁰

Segundo Petrônio Domingues essa entidade do governo tinha a função de abrigar menores infratores entre 9 e 14 anos e vadios entre 14 e 21 anos. A atuação dos agentes foi bastante criticada por conta dos métodos violentos de abordar e conduzir os jovens à instituição. O número de casos de prisão sem processo era exorbitante e os negros eram os alvos principais dessa vigilância.²⁰¹

O historiador supramencionado reuniu dados dos secretários da Justiça e Segurança Pública para ilustrar essa tendência. A Tabela 9 compara o número de prisões dos menores detidos nos anos de 1915 e 1921, tendo como parâmetro a cor.

Tabela 9 – Distribuição de frequência em números absolutos e em porcentagem de prisões realizadas em São Paulo, Brasil, nos anos de 1915 e 1921, segundo a cor.

Cor	1915	Porcentagem	1921	Porcentagem
Brancos	68	60,7%	35	59%
Pardos	13	11,6%	12	20,5%
Pretos	30	26,8%	12	20,5%
Amarelos	1	0,9%	0	0%

Fonte: Domingues (2004, p. 146)

As informações indicam que o percentual de negros e pardos somados corresponde a 38,4% em 1915 e 41% no ano de 1921. Conforme assinalamos

²⁰⁰ SÃO PAULO (Estado). Lei n. 844, de 10 de outubro de 1902: auctoriza o Governo a fundar um Instituto Disciplinar e uma Colonia Correccional. 1902. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1902/lei-844-10.10.1902.html>. Acesso em: 05 abr. 2020.

²⁰¹ DOMINGUES, 2004.

anteriormente, nessa época a população paulistana era composta por cerca de 8,5% e 11% de negros e pardos. Considerando isso, a entrada de afrodescendentes nessa instituição disciplinar correspondia a mais que o triplo de sua representação na sociedade paulistana. Assim, Petrônio Domingues constata que “esses dados demonstram que a prática da discriminação racial do aparelho repressivo, amplamente aplicada no adulto negro, era o dispositivo básico de controle do menor negro”.²⁰² Desse modo, todos os segmentos da população negra eram alvos em potencial das práticas discriminatórias da polícia paulistana.

2.5 As estratégias contra os abusos policiais

Tão importante quanto verificar a existência da perseguição policial contra os negros, é conhecer as estratégias forjadas para se esquivar dessas investidas. Um dos expedientes mais comuns era dar nomes falsos aos policiais no momento da abordagem. Tendo em vista as constantes autuações por suspeita de vadiagem, eles sabiam que em caso de reincidência poderiam permanecer na prisão por muito mais tempo. Por isso adotavam esse subterfúgio como uma estratégia de defesa contra os agentes da ordem. Entretanto, segundo Livia Maria Tiede, os policiais em São Paulo conheciam essa prática e, portanto, estavam alertas e procuravam cotejar várias referências sobre o sujeito.²⁰³

Na cidade do Rio de Janeiro expedientes análogos foram acionados neste mesmo período. Conforme Lúcia Helena Silva, não obstante os percalços enfrentados pelos migrantes negros, a luta cotidiana pela sobrevivência proporcionava-lhes um acúmulo de experiência. Com isso conseguiam se esquivar da polícia, evitando sair em certos horários. Em momentos de abordagem, sabiam o que dizer para não serem detidos, como declarar falsos endereços, dentre outros artifícios. Além disso, muitos negros teciam relações de amizade com pessoas brancas que podiam testemunhar a seu favor em certas circunstâncias. Examinando os processos criminais a historiadora constatou que era elevado o número de migrantes negros que não declarava

²⁰² DOMINGUES, 2004, p. 145.

²⁰³ TIEDE, 2006.

endereços. Para a autora “isto poderia significar uma chegada recente que dava a condição de provisoriedade, ou ainda, uma estratégia desenvolvida a fim de não ser encontrado pela polícia”.²⁰⁴

À guisa de conclusão do capítulo, constatamos que em vários aspectos a cidadania negra foi parcial ou totalmente violada, descumprindo-se as determinações constitucionais. Os percalços enfrentados pelo negro foram muito diversificados, especialmente as dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho.

A discriminação advinda do escravismo pôs em movimento uma política tácita de preferência pelos brancos, fossem imigrantes ou nacionais, o que contribuiu para que os membros desse grupo não concorressem às posições sociais mais valorizadas em condições de igualdade. Todavia, evidenciamos que a exclusão não se deveu à falta de inaptidão dos negros ou uma anomia social, mas sim ao racismo antinegro.

A discriminação desencadeou outros obstáculos para afirmação da cidadania negra, como o cerceamento das liberdades individuais, motivado pela suspeição e perseguição policial nos espaços públicos. Sob o escrutínio constante dos representantes da ordem, os negros eram suspeitos em potencial, acusados de serem vadios, ébrios e desordeiros.

Conforme Tiede, “evidentemente o preto não era o único alvo da repressão à vadiagem. Mas é provável que este tipo de crime tenha recaído com mais força sobre a população negra, por causa do estigma da cor que associava o negro à vadiagem [...]”.²⁰⁵ No caso das mulheres negras, pesavam sobre elas vários estereótipos que permeavam a sociedade patriarcal. Por isso, em certos contextos e lugares públicos por onde circulavam, eram acusadas rotineiramente de envolvimento com a prostituição.

Desse modo, alguns itens do Artigo 72 da Constituição da República de 1891, que estabeleciam os direitos civis, foram violados ou, ao menos, não foram plenamente cumpridos. Tendo em vista as situações examinadas nesse capítulo, pode-se, à título de exemplo, questionar a pertinência de no mínimo três itens desse artigo.

²⁰⁴ SILVA, 2016, p. 119-120.

²⁰⁵ TIEDE, 2006, p. 88.

O inciso 2º define que “todos são iguais perante a lei”. Já o inciso 8º determina que “a todos é lícito associarem e se reunirem livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”. E ainda, o inciso 14º estabelece que “ninguém poderá ser conservado em prisão sem culpa formada, salvo as exceções especificadas em lei, nem levado a prisão, ou nela detido, se prestar fiança idônea, nos casos em que a lei a admitir”.²⁰⁶

Portanto, analisando alguns episódios do cotidiano da comunidade negra paulistana, verificamos que esses e outros direitos civis não foram garantidos conforme as prescrições da Constituição republicana. Ao não poderem se reunir e circular individual ou coletivamente em certos lugares públicos com plena liberdade, ao serem detidas inúmeras vezes injustamente, as pessoas negras tiveram sua cidadania cerceada e, no limite, totalmente violadas. Soma-se a isso a discriminação que sofriam no contexto da disputa por trabalho em todos os ramos e atividades profissionais. Não obstante, por meio da imprensa negra e de outras estratégias variadas de resistência, homens e mulheres negras não deixaram de lutar pela sua sobrevivência, por seus ideais, incluindo a própria cidadania.

²⁰⁶ BRASIL, 1891.

CAPÍTULO 3: A LUTA PELA CIDADANIA PELO VIÉS DA EDUCAÇÃO

3.1 As origens da luta pela educação no período pré-abolição

Escolas, e sempre escolas é que devemos reclamar, gritar, e exigir dos nossos governantes, porque por ela e nela tornar-nos-emos homens dignos, respeitados e altaneiros. A escola nos dá o ensinamento preciso para sermos o *cidadão consciente* de nossas prerrogativas e deveres sociais, ao par da consciência [sic] de nossos *direitos* pátrios legais. A escola conduzir-nos-á ao apogeu da civilização e intelectualidade, porque a *nossa inteligência* é lúcida, precisando apenas instruí-la e educa-la suficientemente. [...] A escola nos chama, meus patrícios. Vamos para ela. (Progresso, São Paulo, 30 de abril de 1932).²⁰⁷

Nesse artigo de um dos jornais da imprensa negra, atribuído à Eusébio de Oliveira, apesar de extrapolar em dois anos o limite de nosso recorte, torna-se muito elucidativo. Depreende-se que a percepção da importância da educação escolar para o negro, conquanto fosse um direito de todos os cidadãos, não emergiu subitamente nesse contexto, mas já vinha sendo gestada em anos anteriores. Portanto, o amadurecimento dessa consciência coletiva deve ser focado numa perspectiva processual, embora não linear.

Contudo, segundo Regina Pahim Pinto, as discussões mais incisivas acerca da instrução escolar na imprensa negra paulistana alcançam relevância somente a partir de 1918, com o jornal *O Alfinete*. Segundo a socióloga “até 1918, praticamente não se observa, na imprensa negra, propriamente uma discussão sobre questões educacionais. Se bem que não se possa dizer que essa data represente um marco no que diz respeito à preocupação com o tema [...]”.²⁰⁸

Dessa forma, Pinto evidencia que as origens da valorização e da luta pela instrução escolar na comunidade negra, possuem origens muito mais remotas. Não obstante, é válido analisar o trecho do jornal *O Alfinete*, de 22 de setembro de 1918, cujo conteúdo atesta o despontar de uma consciência mais crítica acerca da necessidade de superar a ignorância e o analfabetismo:

²⁰⁷ DOMINGUES, Petrônio José. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. IN: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio José. *Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizontes, MG: Fino Traço, 2013, p. 269-304 p. 278.

²⁰⁸ PINTO, 2013, p. 213.

O estado lamentável em que jazem os homens de cor no Brasil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas que de todo não desapareceram do nosso meio social e de outro pela nefasta *ignorância* em que vegetam este elemento da raça brasileira, impõe uma reação salutar para que possam em dias futuros ter a consciência lúcida, de que para eles, os seus *direitos* são compuscados [sic] a lei asfixiada e a justiça vilipendiada. [...] Esta antítese completa de tudo o que é orgânico tem como causa principal, o *analfabetismo* que predomina em mais de dois terços de tão infeliz raça.²⁰⁹

Assim, como veremos mais adiante, será possível identificar nos discursos dos líderes negros a partir da década de 1920, que de fato o engajamento de segmentos dessa população em busca da escolarização acentuou-se. Contudo, consideramos relevante ainda, demonstrar que a inclinação pela educação era uma aspiração preexistente à Abolição. Entretanto, é preciso pontuar que neste contexto, educação era entendida apenas no seu sentido específico, como instrução escolar. Segundo Domingues, somente com a ascensão das associações negras após a Abolição, o termo educação passou a se referir também a uma formação cultural mais ampla, envolvendo atividades com teatro, músicas, danças, dentre outros.²¹⁰

De qualquer modo, nos alinhamos aos pressupostos de Surya Aaranovich Pombo de Barros, que refuta a tese segundo a qual o interesse do negro pelo letramento teria emergido apenas na década de 1920, a partir das iniciativas das associações negras. Segundo a historiadora:

Apesar das dificuldades e percalços encontrados por essa camada da população no processo de escolarização, entendemos que indivíduos deste grupo percebiam a importância do acesso a tal cultura, principalmente como maneira de alcançar uma maior inserção social. Desejamos debater uma posição na historiografia que considerava o pequeno nível de escolaridade entre os negros como uma acomodação destes, identificando que houve mudança de comportamento apenas após a década de 20 do século XX, quando a união da população negra dentro de um movimento teria finalmente trazido a consciência da importância da escola.²¹¹

De acordo com Barros, desde os primórdios do século XIX é possível encontrar evidências do interesse de escravos e libertos pela educação. No entanto, é a partir da Lei do Ventre Livre de 1871 que as possibilidades de o negro ter acesso à instrução elementar tornam-se mais factíveis. No imaginário dos grupos dominantes emergiu a preocupação acerca de como os libertos agiriam após tornarem-se formalmente livres.

²⁰⁹ O *Alfinete*, São Paulo, 22 de setembro de 1918, p.1. (grifo nosso).

²¹⁰ DOMINGUES, 2013, p. 279.

²¹¹ BARROS, Surya Aaranovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. p. 107.

Neste contexto, muitos fazendeiros temiam a falta de mão de obra por conta da libertação dos escravos e, nessa perspectiva, para manter a ordem social vigente inabalável era preciso oferecer a eles um mínimo de instrução a fim de “prepará-los” para a liberdade e para o trabalho livre.²¹² Por isso, a lei de 1871 orientava os senhores, sempre que possível, a assegurar a educação aos ex-cativos, como consta no primeiro inciso do primeiro artigo da Lei do Ventre Livre:

Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mãis, os quaes terão obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei [...].²¹³

Desse modo, está implícito nesse documento que os proprietários de escravos deveriam assumir a responsabilidade de oferecer educação elementar aos filhos das cativas. Discorrendo sobre a Lei do Ventre Livre, Barros explica que “[...] a Lei aprovada troca os termos *educar* ou *instruir* por *criar* ou *tratar*: os senhores das escravas teriam a obrigação de criar-os e tratar-os até a idade de oito annos completos”.²¹⁴

Outro ponto relevante é que, apesar da lei estabelecer tal obrigação aos proprietários, essa determinação de garantir instrução nunca foi exigida na prática. Não obstante, conforme a historiadora, essa exortação oficial tinha um efeito positivo para os libertos na medida em que provocava esse entendimento geral na sociedade.²¹⁵

Nesse contexto, vários segmentos sociais, cada qual com sua perspectiva, concordavam com a necessidade de garantir à população pobre, incluindo os egressos do cativeiro, uma escolarização elementar, que abrangeria o domínio da leitura, escrita e das quatro operações básicas de matemática. De modo geral, os grupos que protagonizavam esses debates eram os políticos liberais, especialmente os vinculados ao Partido Republicano, abolicionistas, intelectuais e os proprietários de

²¹² BARROS, 2005, p. 55.

²¹³ BRASIL. *Lei nº2.040, de 28 de setembro de 1871*: declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

²¹⁴ BARROS, 2005, p. 57. (grifo da autora)

²¹⁵ Ibidem.

terras e escravos. No caso desses últimos, oferecer instrução “em doses controladas” aos libertos, seria uma estratégia para manter a hierarquia social. Nesse sentido, segundo Barros, a escolarização seria manejada pela elite econômica como um instrumento para disciplinar, moralizar, incutir obediência no trabalho e, de modo mais amplo, civilizar os ex-escravos.²¹⁶

O amadurecimento dessa estratégia dos grupos de elites pode ser apreendido nos discursos e discussões que emergiam nos jornais da década de 1880. Lília Schwarcz, dissecando alguns desses periódicos, verificou que na iminência da abolição os setores de elite preocupavam-se com o destino dos ex-escravos na ordem do trabalho livre.²¹⁷

Contudo, a inquietação não se restringia apenas à manutenção da mão de obra dos libertos nas fazendas. Para além das questões econômicas, na ótica da elite, era necessário moralizar e civilizar os egressos do cativeiro. Essa pretensão fica evidente em um artigo do Jornal *A Província de São Paulo*, de maio de 1884:

Não há no paiz quem não queira a emancipação da escravatura. A escravidão é um grande mal que somos victimas por herança, mas não se pode acabar com o mal produzindo outro ainda maior, porque além de atender grandes questões econômicas e sociais há um outro princípio ainda maior: o *moral*. Não é possível libertar repentinamente 1 400 000 homens não *preparados* para a liberdade, é necessário um prazo razoável.²¹⁸

Conforme Schwarcz, nesse ambiente repleto de expectativas, para a elite “[...] o negro aparecia não tanto como o elemento violento e feroz que as notícias do período retratavam, mas antes como indivíduo ordeiro e pacífico e por isso mesmo educável”.²¹⁹

Ao mesmo tempo, as concepções idealizadas acerca da necessidade de escolarizar os libertos e prepará-los para a vida civilizada, não ficaram somente no plano das intenções. A historiadora demonstra, por meio de um caso paradigmático, que de fato, no contexto anterior à Abolição, segmentos da elite estavam promovendo ações efetivas para a consolidação desse ideal de escolarização.

²¹⁶ BARROS, 2005, p. 56.

²¹⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²¹⁸ *Província de São Paulo*, 17 de maio de 1884 *apud* SCHWARCZ, 1987, p.180. (grifo nosso).

²¹⁹ BARROS, 2005, p. 180.

Schwarcz nos apresenta um texto do mesmo jornal, onde um “admirador anônimo” destaca a iniciativa do Barão de Almeida Lima, que fundou uma escola para educação de escravos na cidade de Capivari:

CAPIVARY – *Um benemérito*

Há factos honrosos, actos tão dignos de louvor e imitação que o maior elogio que se lhe pode fazer é publicá-lo simplesmente sem comentários.

O exmo. Sr. Barão de Almeida Lima depois de ter feito vários benefícios ao município de Capivary taes como dois altares da Igreja matriz, um elegante edifício onde funciona uma das escolas públicas ter declarado todos os escravos livres por sua morte, acaba de fundar uma *escola primária* para seus ingênuos escravos. Edificou uma casa espaçosa e com todas as comodidades precisas para a escola.

Contratou como professor o Sr. Francisco José Vaz do Amaral Júnior que com toda a dedicação rege a escola.

No dia 4 do corrente foi inaugurada e abertas as aulas; durante o dia são frequentadas pelos ingênuos e à noite pelos adultos em número superior a 40.

Reina nas aulas a boa ordem e a disciplina recomendada pelo exmo. Sr. Barão e executada com todo cuidado pelo digno professor. É bonito e comovente quando a tarde os escravos voltam do trabalho, trocam as roupas e com todo aceio apresentam-se às aulas! Sente-se um grande prazer quando se entra no salão onde funciona a aula, todo iluminado a ahi vê-se uns 40 homens de trabalho que tendo largado a enchada e a machada empunham a penna e o livro! Nota-se no semblante de todos um ar risonho cheio de prazer e com todo o silêncio e atenção ouvem as explicações do professor. Terminada as aulas vão fazer suas refeições e descansar até o outro dia.

Oxalá que todos os fazendeiros imitassem o exmo. Sr. Barão *preparando* seus míseros escravos para gozarem de sua liberdade quando raiar o dia da redenção. Parabéns ao exmo. Barão de Almeida Lima, parabéns a humanidade, parabéns ao município de Capivary por um grande feito.

Um admirador.²²⁰

Apesar da historiadora não mencionar a data da publicação do artigo, pode-se presumir que se trata de um texto da década de 1880, período no qual Schwarcz empreendeu sua análise dos jornais paulistanos. Embora o espanto do “admirador anônimo” com a escola fundada pelo Barão insinue que essa foi uma iniciativa excepcional, há evidências de que existiam ações análogas em toda a província de São Paulo, notadamente na capital. Todavia, tão importante quanto identificar essas iniciativas da elite é perceber em que medida os negros manifestaram ou intensificaram seu interesse pela escolarização a partir da Lei do Ventre Livre.

Esmiuçando os Livros de Matrículas das Escolas da capital paulista, referentes à essa conjuntura, Barros identificou a presença de crianças negras, incluindo filhos de escravos, em várias instituições educacionais, públicas e privadas. Vale salientar

²²⁰ A Província de São Paulo apud SCHWARCZ, 1987, p. 180-181.

que nesses documentos examinados pela autora não constavam informações explícitas sobre a origem racial dos alunos. Nas Listas de matrícula, os principais dados a serem preenchidos eram: “nome”, “filiação”, “naturalidade”, “idade”, “nacionalidade” e “observações”. Contudo, apesar da ausência da categoria “cor”, a historiadora empregou diversos métodos de interpretação para inferir que existiam estudantes afrodescendentes matriculados. “Uma pista importante da origem racial das pessoas naquele período é a ausência de sobrenomes, ou sobrenomes tipicamente de escravos como os de santos católicos, como de *Jesus*, ou do *Espírito do Santo*”.²²¹

O que importa salientar é que, se existiam estudantes negros matriculados, isso evidencia não apenas que muitos senhores estavam cumprindo as orientações estipuladas pela lei de 1871, mas, sobretudo, que os próprios negros estavam interessados em participar do processo de escolarização formal. Porém, é preciso considerar que neste contexto, a cultura letrada não era acessível exclusivamente pela via da escolarização formal. Maria Wissenbach, em sua esmerada investigação dos arranjos de sobrevivência dos escravos e forros, constatou que nesse contexto (1850-1880), esses agentes sociais não estavam estanques ao universo da cultura letrada.²²²

A historiadora verificou que as condições de vida e as estratégias de sobrevivência do negro na Paulicéia não eram homogêneas. A economia citadina informal oferecia-lhes inúmeras possibilidades de sustento. Esquadrinhando os autos criminais, Wissenbach descobriu que uma parcela deles possuía bens materiais e até recebiam salários, como os “escravos de ganho” ou de “aluguel”.²²³ Para além disso, muitos escravos e libertos adquiriram o domínio da leitura e da escrita, seja por conta das relações de compadrio, como os que pertenciam às ordens religiosas e ao Clero, ou também devido à algumas funções especializadas que desempenhavam no cotidiano.

O caso de Teodora e de Claro, ambos eram amigos e escravos, exemplifica o quanto os afrodescendentes estavam imersos na cultura letrada, ainda que nem todos dominassem efetivamente os códigos da escrita. Segundo Wissenbach, a escrava

²²¹ BARROS, 2005, p.65-66. (grifo da autora).

²²² WISSENBACH, 1998a.

²²³ Ibidem. p. 228-230.

Teodora, após seu marido ter sido vendido para um senhor de Campinas, forjou uma estratégia para tentar reverter tal situação. Como não era letrada, mas possuía algumas economias, Teodora decidiu pagar para Claro escrever cartas a seu companheiro e ao seu senhor, com intuito de comprar sua alforria. Por meio dessas missivas a escrava estabeleceu uma interlocução com o proprietário para negociar os valores acerca da libertação de seu conjugue.²²⁴

O que vale destacar é que, apesar de não dominar os códigos escritos, Teodora não estava totalmente apartada da cultura letrada. Muito pelo contrário, ela soube se valer dela, para tentar alcançar seus objetivos por meio da aliança estabelecida com Claro. Assim, conforme Wissenbach, esse escravo letrado teve uma participação

[...] toda especial nos sonhos de Teodora: escravo alfabetizado, manipulando os códigos do mundo branco oferecia-lhe o expediente mais acessível que dispunha a mesma escrava em suas tentativas de localizar o marido, reestruturar a família rompida pela escravidão, expressar suas angústias ou cooptar seu senhor em suas lutas pessoais.²²⁵

Ao que tudo indica, as relações de compadrio que possibilitavam escolarização aos escravos e libertos não eram tão raras no período anterior à Abolição. É o que Barros pressupõe, ao aludir as trajetórias de negros que conquistaram notoriedade no campo intelectual, como Luís Gama, José do Patrocínio e José Rubino de Oliveira. Para a historiadora, ainda que nem todos os cativos e libertos tivessem as mesmas oportunidades e padrinhos influentes como esses personagens, presume-se que muitos manumitidos também se beneficiaram de apadrinhamento. Entre outros relatos nessa direção, Barros examina um depoimento de uma mulher negra nascida na capital paulista em 1907. Filha de um escravo, nascido sob a Lei do Ventre Livre em 1884, ela relata:

Então. O meu pai era filho de escravo como já te disse. E o padrinho dele, era genro do senhor. E era professor, em Tietê, só tinha uma escola. E a minha avó levou esse professor para batizar o meu pai. Quando ele tinha nove anos, o padrinho dele pediu para minha avó que queria levar ele para ensinar a ler. Ela deu. Aí chegou lá, diz que era muito inteligente[...]. (O menino se desentende com a mulher do padrinho, que bate nele, ele foge de volta para a fazenda. O padrinho volta para buscá-lo). Então a mãe dizia: 'Ele tem que voltar lá para acabar de aprender a ler'. [...]. Ficou pouco tempo lá mas diz que era muito inteligente e aprendeu. Era eleitor, na... na eleição do

²²⁴ WISSENBAACH, 1998a.

²²⁵ Ibidem, p.237.

Hermes eu lembro que ele ia daqui, de a cavalo, em Tietê. Lá tinha o coisa eleitoral, lá que ele ia votar.²²⁶

Nesse depoimento esclarecedor, percebe-se a relevância das relações de compadrio para inserção dos negros no universo da cultura escrita, bem como a valorização atribuída à instituição escolar. Revela-se também o enorme interesse e persistência da mãe, insistindo para seu filho finalizar sua alfabetização. Denota-se ainda, o orgulho manifestado pela filha, ao destacar que o pai tinha o direito de votar, distinção adquirida graças ao letramento.

Por conseguinte, esmiuçando esse e outros relatos análogos, Barros constata que as trajetórias bem-sucedidas de Luís Gama e de José do Patrocínio não devem ser pensadas como casos excepcionais. Embora nem todos tenham alcançado o mesmo patamar e influência social que esses negros notáveis, é fato que muitos outros tentaram. Assim, ainda que com oportunidades escassas “[...] quantos deles não aproveitaram o ambiente, a proteção e a estima de pessoas importantes como trampolins para jogar o jogo dos brancos, transformando, segundo o postulado de Certeau, um *acontecimento em ocasião*”.²²⁷

Não obstante, havia outro caminho alternativo para se adquirir um mínimo de letramento, para os que não contavam com apadrinhamento ou estavam fora do circuito de escolarização formal. Muitos manumitidos que aprenderam a ler e escrever, principalmente a partir do ensejo criado pela Lei do Ventre Livre, podiam transmitir tais habilidades a seus pares, inclusive seus filhos. Ainda segundo Barros, esse foi o caso da depoente mencionada acima, que foi alfabetizada pelo próprio pai. Assim, essa modalidade de “escolarização doméstica” foi mais um dos expedientes mobilizados pelas famílias – tanto antes quanto depois da Abolição – para proverem instrução elementar aos seus descendentes. “A realidade encontrada nesses relatos pode ser vista em diversos outros depoimentos do mesmo período, mostrando que nem sempre o fato de não ter frequentado a escola significou o alheamento ao universo das letras”.²²⁸

²²⁶ CENTRO DE APOIO À PESQUISA EM HISTÓRIA “SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA *apud* BARROS, 2005, p. 104-105.

²²⁷ BARROS, 2005, p. 107. (grifo da autora).

²²⁸ *Ibidem*, p. 123.

O intuito primordial desse subcapítulo foi evidenciar que, mesmo antes da Lei Áurea, houve interesse explícito de setores da população negra pela escolarização. A busca pela instrução elementar, seja em uma escola formal ou não, foi perseguida por escravos e libertos em diversas condições, a despeito das adversidades. Essa possibilidade tornou-se ainda mais tangível após a instituição da Lei do Ventre Livre em 1871. Neste documento orientou-se os proprietários de escravos a proverem o letramento inicial aos libertos.

Desse modo, refutamos teses que apontam no sentido de uma suposta acomodação do negro e desinteresse pela cultura letrada antes do 13 de maio. Por meio de alguns exemplos, tentamos ilustrar que a disposição pelo letramento não emergiu na década de 1920 com as associações negras. Verificamos que essa preocupação já era compartilhada por muitos negros e negras desde meados do século XIX.

No entanto, isso não significa desconsiderar o enorme protagonismo que essas agremiações galgaram ao longo da Primeira República. Muito pelo contrário, é justamente esse, um dos objetivos do nosso próximo tópico. Se fizemos uma breve incursão ao período “pré-abolição”, foi justamente para evidenciar o caráter processual e cumulativo da conscientização e luta pelos direitos de cidadania, incluindo a educação. Por isso, não se pode perder de vista que nesse processo longo e sinuoso, as experiências do negro, já vinham se avolumando antes mesmo do fim do escravismo. A importância dessa perspectiva teórica é ressaltada por Maria Wissenbach:

Embora a Abolição tenha sido fato histórico decisivo, rompendo vivências pregressas, os ex-cativos traziam de suas experiências anteriores um aprendizado social que instruía o sentido da liberdade, constituído muitas vezes a partir de noções de subsistência e padrões de organização social distintos dos que eram imaginados pelas classes dominantes. A pecha de vagabundos e ociosos, desorganizados social e moralmente, que lhes foi atribuída [...] impede a princípio a interpretação de suas trajetórias enquanto movimentos singulares, vivenciados nos limites do que era possível, mas com base em escolhas e valores próprios.²²⁹

²²⁹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível*. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras: 1998b. v. 3, p. 49 - p.130. p. 52.

Assim, daremos ênfase tanto aos discursos das lideranças negras publicados nos jornais, quanto às iniciativas promovidas pelas associações para oferecerem instrução escolar aos membros da comunidade negra.

3.2 Os discursos do negro acerca da importância da escolarização

Conforme sinalizamos, a ideia de experiência, relacionada a um aprendizado social acumulado, é de suma importância para abordar a trajetória de luta do negro pela escolarização.

Nesse sentido, algumas premissas teóricas de Edward Palmer Thompson podem ser bastante fecundas para pensarmos esse processo.²³⁰ Em sua contundente crítica ao rígido e inflexível aparato conceitual de Althusser, o historiador inglês postula que nem sempre a consciência social é absolutamente “determinada” pelo ser social. Para Thompson as circunstâncias estruturais às quais um indivíduo ou grupo social estão submetidos, não definem *a priori* o seu modo de agir e pensar. Isso significa que, dentro de certos limites, o ser social possui relativa autonomia para agir contra as determinações de um certo contexto histórico. Por isso, as experiências do “mundo real” historicamente adquiridas, como as que são mediadas pela cultura e pelos movimentos grupais, possibilitam não somente enfrentar condicionamentos materiais, mas se opor às representações sociais dominantes. Daí a importância de se verificar empiricamente, e não apenas idealmente, o diálogo entre essas duas dimensões da realidade e a maneira como se influenciam. Ao criticar o idealismo teórico do filósofo francês, com sua concepção estática e determinista da história, Thompson assinala:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo [...] O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados.²³¹

²³⁰ THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

²³¹ Ibidem, p. 16-17. (grifo do autor).

Dessa forma, esses pressupostos oferecem subsídios para refletir sobre os papéis, especialmente o intelectual, desempenhado pelos jornais da imprensa negra paulistana. No pós-abolição, principalmente a partir de 1915, quando surge na capital paulista o periódico *O Menelik*, os jornais tornam-se um importante instrumento de conscientização social. De acordo com Roger Bastide esse foi o primeiro jornal da capital de São Paulo e “[...] tomou esse título em homenagem ao grande rei da raça preta (da Etiópia), Menelik II, falecido em 1913”.²³²

Os negros letrados, autodenominados homens de cor, passaram a exercer uma influência significativa no comportamento e nas atitudes de parte da população negra. Partindo da perspectiva de Thompson, pode-se dizer que o esforço dos negros para obter instrução escolar no período anterior à Abolição converteu-se em uma experiência modificada, possibilitando, décadas depois, a organização de vários jornais comandados por descendentes de ex-escravos. O alcance desses periódicos era bem restrito por conta da incipiente estrutura técnica e pela escassez de recursos. Todavia, os intelectuais negros passaram não somente a refletir sobre a condição do negro na sociedade, mas também a propor ações efetivas para modificar o quadro social vigente.

Segundo Bastide, no pós-abolição os homens de cor enxergavam na escolarização do negro, um expediente essencial, tanto para superar o preconceito, quanto para proporcionar sua ascensão moral e social. Esmiuçando os discursos de vários periódicos dessa época, o sociólogo constata que “todos os jornais fazem apelo à instrução, assim como muitas associações abrem escolas noturnas; é pelo livro que o preto subirá, que se tornará igual ao branco e será recebido por ele”.²³³

Para Bastide, os negros letrados que escreviam na imprensa negra estavam imbuídos por certo moralismo, denominado puritanismo pelo autor. Por isso, a escolarização seria um meio para formar o caráter do negro, fazendo-o abandonar hábitos “condenáveis” pelos brancos, como o ócio, a bebedeira e as danças “lascivas”.²³⁴

²³² BASTIDE, 1973. p.131.

²³³ Ibidem, p.150.

²³⁴ Ibidem, p.150-151.

No entanto, não se pode conceber que as perspectivas acerca da educação desse grupo social se restringissem a um viés moralizante. De acordo com Petrônio Domingues, a instrução escolar para o negro nessa conjuntura (1889-1937), além de se tornar uma poderosa ferramenta de combate à discriminação, reverberava também em outras aspirações. Isso porque “acreditava-se que os negros, à medida que progredissem no campo educacional, teriam mobilidade social, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente”.²³⁵ Ademais, a alfabetização tinha para esse segmento, uma conotação simbólica, visto que “como símbolo de distinção, fazia o negro se sentir bem, capaz, orgulhoso de si próprio e conectado com a gramática da civilização e do mundo moderno”.²³⁶

De qualquer modo, para se compreender o amadurecimento da consciência social do negro no pós-abolição, especialmente no que concerne à educação, consideramos profícuo esquadrihar alguns discursos publicados na imprensa negra. Em um artigo de junho de 1924 intitulado *De que necessitamos* e publicado no *O Clarim da Alvorada*, José Correia Leite indica a necessidade de se criar sociedades beneficentes para, entre outras funções, combater o analfabetismo reinante na população negra. O militante, um dos fundadores do jornal, relembra os leitores das promessas reunidas em um programa, feitas em edições anteriores.

Dentre taes promessas, que os senhores leitores tiveram a oportunidade de ler, em nossos números passados, é que sempre temos preocupado em proclamar que necessitamos formar sociedades beneficentes, educativas para que, não vivamos por mais tempo em completo atrazo, como até presentemente. Portanto, quanto antes devemos pensar que não temos sociedades que tratem de nossos interesses, que é necessário para todos nós: a beneficente para todos e a educativa instructiva para os que são analphabetos [...] Ainda que tarde devemos levar a efeito esse necessário desiderato, para que as outras raças vejam que também *nós pensamos* e trabalhamos para o reerguimento de nossa geração [...]. Senhores: a vida é curta devemo-nos divertir; mas devemos *pensar em nosso futuro e no dos nossos descendentes* [...].²³⁷

Denota-se, nesse excerto, que a necessidade de instrução era evocada tanto numa perspectiva de curto prazo quanto na de médio e longo, pois como observa-se no texto supracitado “devemos pensar em nosso futuro e no dos nossos descendentes”. Assim, pode-se relacionar esse discurso e suas aspirações coletivas,

²³⁵ DOMINGUES, 2013, p.282

²³⁶ DOMINGUES, loc. cit.

²³⁷ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 22/06/1924. Ano 1, p.1. (grifo nosso).

com as categorias de espaço de experiência e o horizonte de expectativa de Koselleck²³⁸, conforme tratamos no primeiro capítulo.

Em outro artigo do mesmo jornal, escrito cerca de dois anos depois, a convicção acerca do papel da educação para ascensão social do negro continua inabalável:

O que nos falta para alcançarmos o zenith da glória, que é justamente, o que a Esperança nos promete, é o muito capricho; tenacidade fervorosa pelos estudos e urnirmos, enfim para fins instrutivos. Com taes predicados, mudaremos de apparencia, conquistaremos immortavelmente, o mimo que que a Esperança nos conserva. [...] tratemos, pois, de cultivar o nosso espírito, a nossa razão, para compenetrarmos bem com as grandezas que se hão de explanar ante nossos olhos desvendados da ignorância [...] o livro primeiro das nossas obrigações, o das letras mais tarde se a tanto chegar os nossos conhecimentos.²³⁹

Segundo Miriam Nicolau Ferrara, os periódicos da década de 1920, além de tentar conscientizar os negros sobre a importância do letramento, passam a fazer reivindicações. Com isso inicia-se a organização do movimento negro e o começo de sua representação e participação política.

Os periódicos que mais se destacam pelo seu engajamento político são *O Clarim da Alvorada*, criado em 1924, e *A Voz da Raça*, criado em 1933, pelos membros da *Frente Negra Brasileira*, associação fundada em 1931. Assim sendo “essas reivindicações se voltam, do mesmo modo que nos jornais do primeiro período, para a educação e a instrução para a moral, para o combate do alcoolismo e outros vícios e, inclusive, para o preconceito”.²⁴⁰

Se nessa conjuntura, parece haver certo consenso acerca do papel transformador da educação na trajetória histórica do negro, não há, entretanto, concordância sobre a responsabilidade do próprio negro nesse processo. Muitos intelectuais negros, a despeito de promoverem a escolarização dos seus coirmãos, atribuíam a eles próprios uma parcela da culpa por sua situação. Em um texto, intitulado *Instrução* publicado no *O Clarim da Alvorada* em março de 1924, pode-se observar claramente o quanto a educação é valorizada no seu sentido mais amplo. Ao mesmo tempo, destaca-se o papel do professor, cuja função é associada metaforicamente ao sacerdócio. Em seguida, chama atenção o apelo feito aos pais

²³⁸ KOSELLECK, 2006, p.305.

²³⁹ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 22/08/1926. Ano 3, n. 24.

²⁴⁰ FERRARA, 1986, p.121.

para que incentivem seus filhos a estudarem, enviando-os à escola, percebida como o recinto sagrado. Mas não somente isso, os próprios pais são exortados a buscarem aperfeiçoamento:

[...] A escola é o recinto sagrado onde vamos em comunhão buscar as sciencias, artes, música, etc. É na escola que encontramos os meios precisos para nos fazer entendidos pelos novos irmãos. Somos seus fiéis discípulos e os mestres sacerdócios amáveis que nos dão a luz do saber. Para eles devemos a nossa educação em geral. Esta é a perfeição da educação. [...] Oh paes! Mandaes vossos filhos ao templo da instrução intelectual – ‘a escola’ não os deixei analphabetos como dantes! Hoje temos tudo, aproveitae as horas noturnas si os trabalhos vos impedem. Ides a escola! Aproveitae o precioso tempo para engrandecer a nossa raça e o nosso querido Brasil!²⁴¹

Se alguns intelectuais procuravam estimular a escolarização, outros assumiam uma posição muito mais crítica a segmentos da própria comunidade negra. Eles partilhavam a opinião de que muitos negros estavam resignados e acomodados diante do comando e da proteção do branco. Conforme o artigo do Sr. Alcides Costa:

O preto até hoje, não cuidou de sua melhoria social; não tem cuidado de sua instrução; não tem cuidado absolutamente de sua educação; e finalmente, parece querer viver sob a direção e proteção do branco, na ilusão insensata de que nada vale, de nada pode!²⁴²

Em outro artigo da mesma época, José Correia Leite também parece atribuir alguma responsabilidade a segmentos da própria população negra. Ele demonstra especial preocupação com a mocidade negra e seu futuro. No seu entendimento muitos jovens preferiam se entregar aos vícios de todas as espécies, ao invés de se dedicarem à sua formação escolar:

Os negros de senso que devem pensar e estudar a situação da mocidade negra trabalham despreocupadamente, e entregam-se aos vícios de todas as espécies, isto é de ambos os sexos, vão para os bailes vão para toda a parte, e raramente contemplamos um jovem negro com livros debaixo dos braços vindo das tantas escolas noturnas, a exemplo dos jovens filhos de italianos e outras nacionalidades que saem das oficinas para irem para os escritórios comerciais, bancos e etc.²⁴³

Já no artigo *Os homens pretos e a evolução social*, atribuído a Horacio Cunha, verifica-se como o intelectual negro relaciona escolarização e qualificação para a disputa das melhores profissões. Essa percepção fica mais evidente quando o autor corrobora seu ponto de vista, citando homens negros que conquistaram posições de

²⁴¹ O *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 03/02/1924. Ano 1, p. 2.

²⁴² O *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 01/07/1928. Ano 5, n. 6, p.1-7 *apud* FERRARA, 1986, p.118.

²⁴³ O *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 09/06/1929. Ano 6, p.4.

destaque social por intermédio do letramento. Assim, para superar o preconceito vigente no mercado de trabalho e a falta de capacitação, Cunha sugere:

Para combater esses obstáculos, nós os pretos, precisamos mandar educar nossos filhos, dando-lhes uma educação conforme a nossa força; assim eles estarão preparados para tomar parte em qualquer cargo que dependa de exame ou curso. [...]

O Dr. Sylvio Romero no seu livro *Moral e Civil*, diz: 'Todos os homens que têm o seu preparo intelectual ou profissional estão aptos para ganhar sua vida honestamente[...]'

Vedes, meus patrícios, que bello quadro de homens pretos que ocupam lugar de destaque em nossa gloriosa terra de Santa Cruz! O orgulho para a nossa raça negra brasileira. Eis aqui a phalange de pretos que nos orgulha:

Padre Dr. José Joaquim Lucas (Inventor da Machina de escrever música);

Dr. Alcides Bahia, Deputado Federal pelo Amazonas;

Dr. Evaristo de Moraes Jurisconsulto;

Dr. Cassimiro da Rocha, Médico e Deputado Estadual;

Dr. Cuba dos Santos, juiz de Direito de Bananal;

Dr. Francisco de Assis, Lente de Latim do Gymnasio de Campinas;

Professor Hemeterio dos Santos, Lente de Portuguez da Escola Militar.

E muitos mais que não posso citar em virtude de não se julgarem negros.

Patrícios! O que vos desejo são os melhores dias para a nossa raça. Estes são os votos do último dos brasileiros preto.²⁴⁴

Contudo, como a oferta de Educação Pública ainda não era um dever formal do Estado, fazia-se necessário encontrar expedientes dentro da própria comunidade negra para reduzir o analfabetismo entre os afrodescendentes. Nesse caso, a solidariedade grupal, acionada para atender várias demandas circunstanciais, também era evocada para ajudar a suprir essa necessidade endógena. Assim, além de idealizar a criação de instituições beneficentes para prover educação elementar, solicitava-se que os negros letrados ajudassem a alfabetizar os que não eram. Esse engajamento voluntário – ou simplesmente altruísmo – deveria ser encarado pelos aderentes dessa causa, como um dever cívico:

É a prática da instrução o verdadeiro dever cívico, que deve cumprir todo brasileiro que almeja sua pátria um futuro brilhante, digno dela; e para tanto não dispensará grande esforço, bastando apenas um pouco de força de vontade. [...]

Qual de vós, que tendo a felicidade de saber ler e escrever não dispõe de tempo suficiente para *fazer um bem a outrem*, sem prejuízo pecuniário e sem atrapalhar os seus *affazeres habituaes*?

Apenas trinta minutos diários bastarão para que se possa ministrar as primeiras letras, e o interessado por si só se encaminhará, pois, os poucos conhecimentos recebidos, animá-lo á prosseguir sozinho, para saciar a sede do saber que em todos os seres humanos se observa.

[...], o analfabeto, *auxiliado por alguém*, encontrará também a luminosa vereda do saber.²⁴⁵

²⁴⁴ O *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 20/02/1927. Ano 4, n. 30, p. 2.

²⁴⁵ O *Patrocínio*, São Paulo, 20/10/1929. Ano 4, n. 46 *apud* FERRARA, 1986, p.122-123. (grifo nosso).

Não obstante, essa atitude voluntária deveria ser iniciada já em casa, com os pais letrados alfabetizando seus filhos e filhas. Em um artigo do jornal *Elite* pode-se apreender com clareza tal preocupação. Todavia, o que mais chama atenção nesse pequeno excerto é a consciência da relação entre escolarização, formação do cidadão e um futuro mais auspicioso: “[...] eduquemos os nossos filhos, sacrifiquemos tudo para elevá-los à altura de perfeito *cidadão* e dia virá em que, proclamarão bem alto, para todo universo, que são brasileiros tão dignos como os demais o são”.²⁴⁶

Dessa forma, esses discursos da década de 1920 indicam que, de modo geral, havia uma crescente conscientização do negro acerca da relevância da escolarização. Com isso, por meio dos exemplos que selecionamos e dos pressupostos de Thompson, é possível refutar teses que apontam para a acomodação ou anomia do negro no pós-abolição. Assim, para corroborar nossa argumentação, escolhemos um trecho da obra de Florestan Fernandes, no qual o sociólogo expressa sua interpretação geral acerca da situação do negro em São Paulo após a Abolição:

Diante do negro e do mulato abrem-se duas escolhas irremediáveis, sem alternativas. Vedado o caminho da classificação econômica e social pela proletarianização, restava-lhes aceitar a incorporação gradual à escória do operariado urbano em crescimento ou abater-se penosamente, procurando no ócio dissimulado, na vagabundagem sistemática ou na criminalidade fortuita meios para salvar as aparências e a dignidade de HOMEM LIVRE.²⁴⁷

Nesse sentido, os dados que apresentamos nesse item destoam das premissas de Fernandes. Todavia, é possível também refutar a argumentação de José Murilo de Carvalho, segundo a qual não houve continuidade no engajamento do negro por direitos após a abolição. Segundo Carvalho:

O ponto fraco do abolicionismo veio do fato de ter acabado logo após a abolição, em parte, talvez, pela concepção de razão nacional que, como visto, predominava em sua motivação. Ele não prosseguiu a luta, como queria André Rebouças, para quem a abolição era apenas o primeiro passo na transformação dos ex-escravos em cidadãos.²⁴⁸

Como demonstrou-se, os discursos e as reivindicações nos jornais evidenciaram que muitos negros estavam dispostos a estudar e buscar uma melhor inserção social. Entretanto, as lideranças do movimento negro não se restringiram a fazer críticas, exigências e discursos idealizados sobre a educação. Como veremos

²⁴⁶ *Elite*, São Paulo, 20/10/1924. Ano 1, n.2. (grifo nosso).

²⁴⁷ FERNANDES, 1965, p. 12. (grifo do autor).

²⁴⁸ CARVALHO, 2016, p. 71.

no próximo tópico, as associações negras, apesar dos percalços e da falta de suporte do Estado, colocaram em prática várias ações para oferecer instrução escolar aos membros da comunidade negra.

3.3 As ações do negro para promover a escolarização

Segundo Regina Pahim Pinto nas décadas seguintes à Abolição, várias associações mantiveram regularmente a oferta de cursos de alfabetização e complementação cultural à população negra. Além do letramento mais elementar, essas entidades promoviam atividades como palestras, sessões de declamação e encenação de peças teatrais com intuito de ampliar o repertório cultural do negro. Em geral, essas ações e eventos eram divulgados nos periódicos da imprensa negra.

De acordo com Pinto, a primeira dessas iniciativas no campo educacional foi noticiada no jornal *O Propugnador*, em 6 de outubro de 1907. Nessa ocasião informava-se a respeito da permanência das aulas no curso diurno e noturno, ofertados pela Irmandade da Nossa Senhora do Rosário. Eram aceitos todos os alunos que buscavam instrução, independentemente da cor, nacionalidade ou crença religiosa e, “segundo o jornal, o ensino era bem distribuído e, diariamente crescia o número de matriculados, que já ‘era elevadíssimo’”.²⁴⁹

Petrônio Domingues também identifica o esforço das associações negras para escolarizar os ex-escravos desde os primórdios do século XX. Segundo o historiador essas entidades surgiram após a Abolição para reforçar o espírito de união, solidariedade e autodeterminação da comunidade negra. Um dos objetivos primordiais era reagir ao quadro mais geral de preterições e discriminações raciais.²⁵⁰

A iniciativa para criar tais instituições partia sempre de um grupo de “pessoas de cor” portadoras de alguns atributos diferenciados, como o domínio da escrita. Essas associações tinham características distintas, pois se organizavam na forma de clubes, instituições beneficentes, grêmios literários, centro cívicos, jornais e até

²⁴⁹ PINTO, 2013, p. 218.

²⁵⁰ DOMINGUES, 2004.

entidades políticas. As pioneiras na capital paulista foram: *Sociedade Cooperativa dos Homens de Cor* (1902); o *Centro Cultural Henrique Dias* (1908); a *Sociedade Cívica dos Homens de Cor* (1915).²⁵¹

Essas associações tinham em comum o fato de denunciarem o analfabetismo e a falta de incentivo estatal para promover a escolarização da população negra e pobre. Entretanto, várias se engajaram e fizeram mais do que somente denunciar tal situação: “muitas delas empreenderam algum tipo de ação educativo-cultural em suas dependências, como apresentações musicais, encenações teatrais, saraus, sessões de recitais de poesias, cursos, palestras.” Outras decidiram criar bibliotecas e oferecer aulas noturnas, visando a atender os trabalhadores negros.²⁵²

Analisando as informações publicadas no jornal *O Progresso*, de setembro de 1929, Domingues discorre sobre uma escola fundada na Paulicéia em 1908, pela *Sociedade Amigos da Pátria*. Apesar da escassez de detalhes a respeito de seu funcionamento, sabe-se que o nome da escola era *Progresso e Aurora*. Nela estudavam crianças de ambos os sexos e ao longo de dez anos atendeu mais de mil pessoas. Segundo Domingues, esses dados

[...] permitem supor que Progresso e Aurora foi talvez o estabelecimento de ensino voltado para a ‘população de cor’ de maior longevidade da capital paulista, durante as primeiras décadas do século XX. Por dificuldades financeiras, encerrou suas atividades.²⁵³

Desse modo, é possível entrever que, mesmo sem contar com recursos do Estado, essas associações comandadas por negros conseguiam se desdobrar para tentar oferecer instrução primária à sua comunidade. José Correia Leite, nascido no ano de 1900, em um breve relato de sua infância, menciona o engajamento da maçonaria na criação de escolas para crianças pobres. Leite, que também era pobre e desde muito cedo sonhava em estudar, principalmente depois que conheceu Jayme de Aguiar, revela: “um dia descobri que a maçonaria tinha formado um conjunto de escolas pela cidade para meninos impossibilitados de pagar. Consegui entrar em uma delas e passei a me inteirar um pouco mais. Até que a escola terminou”.²⁵⁴

²⁵¹ DOMINGUES, 2013, p.274.

²⁵² DOMINGUES, loc. cit.

²⁵³ DOMINGUES, loc. cit.

²⁵⁴ LEITE, 1992, p.26.

Não obstante, apesar de não sabermos os motivos que levaram ao fechamento da escola e nem como ela funcionava, ao menos esse depoimento sugere que essa instituição (maçonaria) promoveu, por algum tempo, escolarização às pessoas pobres, aceitando a presença de negros.

Por outro lado, temos informações pormenorizadas sobre algumas experiências de José Correia Leite na busca pelo letramento durante sua mocidade. Segundo ele, após o fechamento da escola dos maçons, anos mais tarde decidiu se inscrever em um curso de alfabetização criado por um abade do Mosteiro de São Bento, situado na Rua Florêncio de Abreu.

Em suas palavras José Correia Leite relata: “a escola era destinada a jornaleiros. Mas, como ninguém sabia se eu era ou não (nunca fui), consegui entrar. No entanto, nunca chegava a aprender o suficiente para dizer que sabia ler e escrever”.²⁵⁵

A obstinação de Leite pela escolarização é sugestiva, visto que certamente esse era um ideal perseguido por muitos negros. Conforme temos sublinhado, na ausência de suporte estatal, a solidariedade grupal era mobilizada entre os pares para satisfazer necessidades circunstanciais, como a instrução elementar. A amizade entre Jayme de Aguiar e José Correia Leite possibilitou, não somente que o primeiro alfabetizasse o segundo, mas também a construção de uma parceria duradoura e profícua na militância por direitos para a comunidade negra.

Jayme Aguiar, que fundou em 1924, junto com José Correia Leite, *O Clarim da Alvorada*, nasceu em uma família “protegida” por antigos senhores de escravos. Em função disso teve acesso a uma escolarização mais refinada, pois segundo Leite “era matriculado no Coração de Jesus, um colégio que não entrava qualquer um naquele tempo”.²⁵⁶

Não obstante, o que nos interessa aqui é apenas enfatizar o acordo firmado entre ambos para prover o letramento elementar a José Correia Leite. De acordo com seu próprio relato:

Um dia ele (Jayme de Aguiar) me disse:

²⁵⁵ LEITE, 1992, p.26.

²⁵⁶ LEITE, loc. cit.

– Zé, você não vai se ofender, mas eu posso te dar umas aulas de português para ajudar a melhorar?

Eu respondi prontamente:

– Me ofender? Não. Você me faz um grande favor. É só marcar. Ele marcou o dia e passou a ir lá onde eu morava, no Bixiga, no porão da casa de uns italianos. Ele ia duas vezes por semana e me dava aulas de matemática e português. Comecei a melhorar.²⁵⁷

Para além dos esforços individuais como esses, é preciso destacar também ações coletivas de maior envergadura na busca pela educação. Em meados de 1928, num contexto em que os jornais negros já faziam reivindicações mais contundentes, foi aventada a possibilidade de organização do primeiro Congresso da Mocidade Negra. O próprio José Correia Leite, um dos fundadores do jornal *O Clarim da Alvorada*, foi um dos idealizadores desse projeto. Segundo ele, a ideia começou a maturar quando os membros do grupo passaram a divulgar a proposta por meio de cartazes e com artigos publicados no próprio jornal. A repercussão não demorou a acontecer pois “a imprensa se movimentou criticando, metendo o pau, achando que era um absurdo, ‘Que necessidade há nisso? O que se vai falar nesse congresso?’”.²⁵⁸

Contudo, Leite e seus companheiros perceberam que, a despeito do entusiasmo inicial demonstrado por muitos, era necessária a participação de outras associações. Por isso, eles buscaram angariar o apoio dos homens de cor que tinham certa notoriedade social, como o professor do Ginásio Bento, Arlindo Veiga dos Santos e o advogado Dr. Evaristo de Moraes. Entretanto, nem todos os negros que dispunham de alguma influência aderiram imediatamente à causa. Nesse período de arregimentação, Argentino Celso Wanderlei, que tinha presidido o Cordão Carnavalesco Campos Elíseos, decidiu participar ativamente dessa iniciativa. Ele sugeriu que o Congresso tivesse como um dos seus motes centrais uma homenagem ao centenário de nascimento de Luís Gama, que ocorreria em 1930. Idealizou-se também nas discussões que surgiram a edificação de um busto do abolicionista. Logo em seguida, Lino Guedes também se dispôs a participar ativamente do projeto, ao propor o lançamento do jornal *Progresso*, cuja função seria divulgar o evento.²⁵⁹

O que consideramos pertinente esmiuçar, não são os pormenores da preparação do Congresso, mas as aspirações em torno da escolarização da comunidade negra, que se expressam nos textos de divulgação publicados nos

²⁵⁷ LEITE, 1992, p. 29.

²⁵⁸ Ibidem, p. 83

²⁵⁹ LEITE, 1992, passim.

periódicos no decorrer de 1929. Por meio de alguns discursos podemos perceber os objetivos mais emblemáticos do Congresso da Mocidade Negra e as representações dos líderes acerca do papel da educação para o progresso da população negra. Desse modo, o primeiro aspecto a ser notado é como o público-alvo para o qual o evento se destinava foi recrutado. Na primeira página do *O Clarim da Alvorada*, de março de 1929, essa informação aparece com clareza:

O Clarim d'Alvorada, simplesmente, faz o apelo, e o Congresso será feito pela coesão de todos os jovens sensatos. Assim sendo, dentro de poucos dias, serão convidados para assumirem seus postos, nesta nobre cruzada, os moços de mais evidência e prestígio em nosso meio. Desses esperamos o apoio franco e decidido para o avanço da MOCIDADE NEGRA DE S. PAULO E DO BRASIL.²⁶⁰

Nesse discurso de convocação, destaca-se o emprego do termo “nobre cruzada”, indicando o nível de seriedade com o qual essa campanha estava sendo pensada.

Já no texto do mesmo periódico publicado no mês seguinte, denota-se nitidamente o desabrochar de uma consciência histórica vinculada à cidadania. O autor (sem identificação) evoca “certos direitos” que não foram concedidos aos ex-escravos após a Abolição, incluindo a educação:

Em quarenta anos de liberdade, além do grande desamparo que foi dado aos nossos maiores, temos a relevar, com paciência, a negação de *certos direitos* que nos assistem, como legítimos filhos da grande pátria do cruzeiro. Se os conspícuos patriotas desta República não cuidaram da *educação dos negros*, o nosso congresso tratará desse máximo problema que está latente na questão nacional. Para os relegados filhos e netos dos épicos e primitivos plantadores do café, que foi e é a base de toda riqueza econômica do nosso país, essa é a marcha do porvir.²⁶¹

É possível entrever também na expressão “máximo problema” o quanto a educação nessa conjuntura se apresentava como um grande desafio que estaria “latente na questão nacional”, ou seja, tratava-se de um direito abrangente, uma necessidade coletiva envolvendo todos os segmentos sociais da nação. Por outro lado, valoriza-se o papel histórico de seus ancestrais, os escravos, responsáveis pela edificação da “riqueza econômica do nosso país”.

No parágrafo seguinte do mesmo texto pode-se entrever a consciência do grupo, no sentido de que a negação de um direito – no caso o da escolarização –

²⁶⁰ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo 03/03/1929. Ano 6, p.1. (grifo do autor).

²⁶¹ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo 07/04/1929. Ano 6, p.1. (grifo nosso).

impediria o acesso a outro, como o direito de votar. Além disso, critica-se a facilidade com que os estrangeiros alcançavam direitos e oportunidades em detrimento dos negros:

Enquanto o negro fica parado na estrada larga do progresso, com seu título de eleitor embrutecido [...] o estrangeiro avança usurpando direitos que nos assistem. Sim, antes de se nomear um negro brasileiro para uma repartição pública, é preciso ver se os estrangeiros já estão colocados. E assim fez-se uma guarda civil na terra onde não há preconceito de cor [...] estrangeiros indesejáveis sim, negros não.²⁶²

Um pouco mais adiante, no mesmo discurso, mais uma vez o tema da educação é retomado. Enfatiza-se a importância da realização do Congresso, especialmente para exigir uma certa reparação histórica devido às limitações da Lei Áurea, que não garantiu instrução aos libertos. É mencionado ainda, a ausência de comprometimento dos governos republicanos que se sucederam no poder, sem dar conta dessa demanda social:

Neste caso ao nosso ver, completaremos com a realização deste congresso as falhas que a Lei de 13 de Maio não reparou, pois, não podemos procurar outro programa a não ser o da *instrução* e o da *educação* da nossa massa abandonada, até os dias de hoje, pelos governos que tem passado pela República.²⁶³

No mês seguinte foi publicada uma edição comemorativa, no dia 13 de maio de 1929, celebrando o quadragésimo aniversário da Abolição da escravidão. Os textos dessa tiragem são muito sintomáticos, pois revelam como os homens de cor encaravam essa conjuntura, na qual seria organizado o Congresso. Pode-se depreender, em vários trechos de um discurso (sem autor), a consciência de que aquele momento era percebido como uma inflexão histórica. Ao longo do texto é recorrente o uso de termos apontando para um tempo auspicioso que estaria iminente. Por isso é constante o emprego de palavras “novo” e “nova”, prenunciando as expectativas da época vindoura e, concomitantemente, presumindo uma ruptura de mentalidade. “Agora, a geração que passa deve sustentar com galhardia o estandarte das *novas realizações*, acompanhar o progresso dentro do progresso, de acordo com a época”.²⁶⁴

²⁶² *O Clarim da Alvorada*, São Paulo 07/04/1929. Ano 6, p.1. (grifo nosso).

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 13/05/1929. [última página]. (grifo nosso).

Em outra passagem do manifesto, mais uma vez é tratado sobre o futuro da “nova geração”, de ideias que estavam sendo defendidas e semeadas provavelmente referindo-se à educação. A despeito do olhar estar voltado para o futuro – cujo Congresso seria o grande marco – percebia-se também o enaltecimento da memória dos ancestrais e de sua importância na construção de uma “nova era”:

O elemento negro já sabe que precisa trabalhar para sua integralização moral e material. [...] É uma necessidade inadiável que se nos apresenta; é a maior consagração que se pode oferecer a memória do nosso antepassado. E será também a segurança do futuro da nova geração que vem surgindo e precisa, por força, encontrar o exemplo da nossa vitalidade moral, envolta em tantas ideias sãs que temos defendido e semeado na seara do bem e do bem viver.²⁶⁵

Um dos aspectos emblemáticos que se pode inferir nesse e em outros trechos do discurso, é a convicção de que as gerações vindouras colheriam o fruto daquilo que estavam semeando com tanto esforço no presente. Ou seja, a luta árdua para conquistar acesso à educação em pouco tempo alcançaria os resultados esperados. Assim, em outro excerto, em meio às críticas que se fazia à falta de união e camaradagem grupal, tal perspectiva aparece de forma muito mais nítida:

Porque, enquanto os nossos irmãos de sangue, que possuem dois vinténs, assistem ao retrocesso da raça, fugindo de sua própria sombra, nós temos certeza que a *nossa iniciativa* não perecerá em nossa gente... Ela viveu e viverá latente, servindo de alicerce e gáudio para uma *alvorada nova* – a geração que há de vir – porque é para ela que estamos *plantando* este carvalho imenso que tem de florescer – formando negros *instruídos* – para a maior grandeza do Brasil.²⁶⁶

Por outro lado, é preciso considerar que essas perspectivas – por mais salutareis e pertinentes que fossem do ponto vista social – não devem ser tomadas como iniciativas desprovidas de interesse. Os homens de cor que protagonizavam e dirigiam esses jornais estavam imbuídos de uma certa moralidade, tecendo severas críticas a comportamentos reprováveis e, portanto, estavam numa posição de influência e poder. Segundo Roger Chartier, as representações sociais são elaboradas por cada segmento ou classe – entre outros motivos – para tornar uma determinada realidade social inteligível, apreensível em termos de divisões e classificações.²⁶⁷

²⁶⁵ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 13/05/1929. [última página].

²⁶⁶ *Ibidem*. (grifo nosso).

²⁶⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

Assim, embora as representações aspirem legitimidade por estarem fundamentadas numa certa racionalidade, elas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que a constroem. Partindo dessa premissa, é essencial que o historiador examine, para cada caso abordado, a relação entre os discursos proferidos e a posição de quem se apropria e se beneficia dessas representações. Isso porque, de acordo com Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, *escolares*, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas *menosprezados*, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.²⁶⁸

Portanto, não se pode desconsiderar a influência dos discursos dos homens de cor, quando eles propunham aspirações e ideais que eram dirigidos à toda comunidade negra. No contexto das discussões do 1º Congresso da Mocidade Negra, é bastante recorrente a desqualificação de práticas e comportamentos percebidos como desviantes. As publicações dos jornais estão repletas dessas críticas, que eram especialmente direcionadas às práticas de lazer, como os bailes dançantes e ao consumo de bebidas alcoólicas. Ao mesmo tempo, podem ser observada as lutas de representações que, por vezes, emergia entre as associações negras, disputando a posição de legítimas defensoras dos interesses da população negra:

E, esta folha que, de uma feita, adquiriu a confiança da classe e tornou-se o *legítimo arauto* da nossa mocidade, que ainda não está integralmente aparelhada, dada a falta de coesão daqueles que, até essa data, festejam o 13 de maio nas reuniões dançantes, e não numa reunião reivindicadora e nacionalista, esta folha espera que os moços de cor sensatos cumpram com seus deveres, alistando-se no I Congresso da Mocidade Negra no Brasil.²⁶⁹

Este excerto é bastante elucidativo, pois também evidencia outras dimensões dos discursos proferidos pelas lideranças negras. Nesse caso, os jovens que iriam aderir à participação no evento seriam considerados “moços de cor sensatos” e, ao se alistarem no Congresso, estariam cumprindo “com seus deveres”. Por essa perspectiva, os jovens que não se vinculassem à campanha seriam percebidos de outra maneira pelos visionários que orientavam o movimento. Na edição de julho do

²⁶⁸ CHARTIER, 2002, p. 17. (grifo nosso).

²⁶⁹ O *Clarim da Alvorada*, São Paulo, 13/05/1929. [última página]. (grifo nosso)

mesmo ano é possível entrever a preocupação com a educação da mocidade negra, mas também como, a partir de um viés moralizador, certos aspectos do seu modo de vida eram classificados:

E assim prosseguiremos a nossa rota, sem ligarmos a importância dos negros que vivem tutelados e pensam estarem instalados na vida, e vivem a tremer de medo, mas propositadamente, não percebem a decadência moral da nossa mocidade que, despreocupadamente, vai descendo cotidianamente para o lamaçal da ignorância, dançando sempre e sempre dançando. Temos que combater até o fim esse criminoso desperdício de tempo que a nossa mocidade consome, desorientada pelos homens degenerados, que não se preocupam com a desorganização da família negra, que vive entre palpitações, confiando nos lutadores de hoje. E os lutadores de hoje deverão ser todos chefes das famílias, prezados e honrados, que não devem e não podem ficar alheios a esta nossa cruzada em defesa dessa geração forte, porém desviada do caminho retilíneo.²⁷⁰

A despeito das dissensões envolvendo a luta pelas representações, é preciso valorizar, de modo geral, o engajamento das lideranças que idealizaram tal evento. Apesar de o Congresso não ter sido concretizado tal como foi pensado, essas iniciativas ampliaram as discussões e a conscientização da população negra acerca do papel da escolarização. De tal modo que, nos anos seguintes, o número de escolas organizadas por negros obteve crescimento quantitativo e qualitativo, como veremos mais adiante. No momento, temos que discorrer sobre os principais motivos que inviabilizaram a realização do 1º Congresso da Mocidade Negra.

Segundo os relatos de José Correia Leite, as comemorações e homenagens programadas para Luís Gama foram realizadas conforme o planejado. No centenário de seu nascimento, em 21 de junho de 1930, um busto esculpido do abolicionista foi inaugurado numa “festa muito bonita” no Largo do Arouche. Leite relata que nessa ocasião o local ficou abarrotado de negros, incluindo pessoas distintas. Conforme suas palavras “houve também a presença de políticos e intelectuais brancos, como por exemplo, o Dr. Macedo Soares, um político de família tradicional. Foi impressionante aquela manifestação”.²⁷¹

No entanto, com relação ao Congresso, que seria um fórum para discutir temas relacionados aos interesses e necessidades da população negra – especialmente a educação –, não pôde ser realizado. De acordo com Leite a falta de apoio de intelectuais de relevância, capazes de “fazer teses importantes” teve um peso

²⁷⁰ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 14/09/1929. p.1.

²⁷¹ LEITE, 1992, p.88.

decisivo. A escassez de recursos para convidar e arcar com as despesas de participantes de outros estados foi outro obstáculo apontado. Por fim, Leite apresenta mais um empecilho que surgiu nesse percurso, de caráter mais conjuntural: o início da campanha eleitoral envolvendo a disputa entre Getúlio Vargas e Júlio Prestes:

As eleições até então eram feitas com todo mundo indo votar de cabeça baixa. Mas daquela vez as pessoas estavam vendo que alguma coisa ia mudar. E isso absorveu muito, a gente teve de desviar a atenção para esses assuntos. Porque o entusiasmo dos negros foi muito grande na campanha eleitoral, pois em grande maioria eles eram cabos eleitorais. [...]1929 tinha sido o ano de uma recessão muito grande e as consequências na situação do negro foram graves, muito mais do que está acontecendo hoje. Então, o movimento político fez a gente ir esmorecendo a ideia do congresso.²⁷²

Não obstante o malogro do congresso, é preciso ressaltar que as iniciativas em prol da escolarização da população negra, pelos próprios negros, já existiam antes da idealização desse evento e se ampliaram na década de 1930. Assim, a título de exemplo, vamos mencionar uma escola criada antes de 1928, quando floresceu a ideia do Congresso, e iniciativas que emergiram depois dessa época, a partir da *Frente Negra Brasileira*.

Em 26 outubro de 1926, um conjunto de ativistas negros criou o *Centro Cívico Palmares*, cujo intuito inicial era combater a discriminação racial a partir de uma perspectiva política. Esses militantes integravam o grupo mais amplo de negros que se autodenominavam homens de cor. Como um de seus atributos marcantes, valorizavam as letras e práticas culturais mais refinadas em detrimento dos bailes dançantes. Imbuídos dessa perspectiva, eles criaram um curso de alfabetização em uma escola, cuja estrutura era diferenciada, tendo em vista as condições da época. Segundo Carlos Eduardo Dias Machado, nessa instituição funcionava uma biblioteca, um departamento feminino, havia um grupo de teatro e semanalmente eram ministradas palestras sobre conscientização racial, que foram mantidas até 1929.²⁷³

Além desses departamentos “tinha uma estrutura pedagógica como corpo docente e biblioteca. Há indicações de que aulas ocorriam nos períodos diurno e noturno. Ensinavam-se prendas domésticas para mulheres e diversas disciplinas para

²⁷² LEITE, 1992, p. 91.

²⁷³ MACHADO, Carlos Eduardo Dias. *População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930*. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. p. 95.

homens”.²⁷⁴ Petrônio Domingues acrescenta que nessa mesma escola também “ensinava-se a ler, escrever e contar, bem como gramática, geografia, história, aritmética, geometria, entre outras disciplinas”.²⁷⁵ Analisando o modo como essa instituição escolar foi organizada o historiador afirma que “[...] o Centro Cívico Palmares reverberou o amadurecimento do ‘movimento associativo’ dos afro-paulistas”.²⁷⁶

Contudo, há indícios, embora não abundantes e nem conclusivos, de que a referida escola oferecia bem mais do que instrução escolar e um repertório de práticas culturais aos seus educandos. De acordo com o jornal *Progresso* o Centro Cívico Palmares também oferecia uma espécie de curso preparatório para facilitar o ingresso dos jovens negros no Ensino Superior: “dali pra cá, São Paulo seguiu passo a passo o progresso do Brasil, criou bibliotecas. Fundou escolas. De seu curso secundário que contava com um afinado corpo docente preto, existem alunos nas escolas superiores do país”.²⁷⁷

Já a *Frente Negra Brasileira* (FNB) foi outra importante associação que surgiu neste contexto de crescente valorização da instrução escolar. Tendo como referência um histórico de reivindicações e iniciativas de outras entidades negras, avançou nas perspectivas e concretizou muitos dos ideais antes elaborados. Em larga medida, isso ocorreu devido ao fato de seus fundadores serem integrantes de alguns jornais e associações já existentes. Segundo Flávio Gomes, a FNB foi criada em outubro de 1931 sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, apoiado por colaboradores como José Correia Leite, Isaltino Veiga dos Santos, Gervásio de Moraes, Jaime de Aguiar e militantes provenientes do *Centro Cívico Palmares* entre outros ativistas.²⁷⁸

Conforme Gomes, a FNB instituiu vários departamentos, tais como: instrução e cultura, jurídico-social, imprensa, esportivo, música, doutrinário, artes e ofícios, médico, entre outros. Oferecia-se vários serviços sociais aos seus associados, como: tratamento dentário, salões de barbearia e cabelereiro. Não obstante, atribuía-se ao

²⁷⁴ MACHADO, 2009, p. 96.

²⁷⁵ DOMINGUES, 2013, p. 277

²⁷⁶ DOMINGUES, loc. cit.

²⁷⁷ *Progresso*, São Paulo, 24/03/1929. p. 2.

²⁷⁸ GOMES, 2005, p. 48.

setor de instrução e cultura, destaque especial, que pode ser notado por algumas de suas realizações. De acordo com o historiador:

Realizava festivais de música e promovia cursos de alfabetização e oficinas de costura. Chegou a propor a criação de uma instituição escolar chamada Liceu Palmares. A ideia era ministrar o ensino dos cursos primário, secundário, comercial e ginasial a alunos-sócios da FNB. Em sua sede, realizavam-se palestras e seminários. Posteriormente passaria a funcionar ali uma escola noturna.²⁷⁹

Além disso, essa vocação para valorizar e promover ações na área da educação, já se explicitava em trechos do estatuto da FNB. Certamente havia um entendimento acerca da relação entre formação intelectual, conscientização política e luta por direitos. Essa predisposição era um atributo que diferenciava a FNB das associações negras que a precederam. Ainda conforme Gomes, em seus estatutos estava visível alguns dos objetivos idealizados pela entidade nessa direção:

A ideia fundamental era realizar ‘a união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude de sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus *direitos sociais e políticos*, atuais, na comunhão brasileira’”.²⁸⁰

No que tange à qualidade do ensino oferecido, pode-se afirmar que o curso primário era o que dispunha de melhores condições estruturais. Segundo Regina Pahim Pinto, inicialmente funcionou de forma extraoficial, sendo ministrado por professores arregimentados na própria FNB. Contudo, a partir de julho de 1934 obteve o reconhecimento oficial, o direito de receber docentes e subsídios do Estado. Desde então “o Estado, além de remunerar as professoras, também forneceu mobiliário escolar e material didático. As despesas referentes aos demais cursos eram todas por conta dos sócios da entidade, que se cotizavam para cobrir os gastos necessários”.²⁸¹

O curso primário da FNB, ao que tudo indica, não beneficiava somente as crianças. Conforme Pinto, segundo as informações dos jornais, a alfabetização funcionava nos períodos diurno e noturno. Assim, presume-se que neste último turno as aulas eram destinadas aos adultos. Em relação à quantidade geral de estudantes atendidos, estima-se que em 1934 cerca de 90 alunos estavam matriculados. Já em 1936, esse número teria se elevado para 200. Com base nas informações de depoentes, a historiadora considera a hipótese de que, nos quatros primeiros anos,

²⁷⁹ GOMES, 2005.

²⁸⁰ Ibidem, p. 52. (grifo nosso).

²⁸¹ PINTO, 2013, p. 218.

por volta de 350 alunos e alunas tenham sido alfabetizados. Além disso, crianças brancas de origem nipônica foram atendidas, já que a escola estava instalada em um bairro de grande concentração da comunidade japonesa.²⁸²

Vale destacar ainda que a FNB não era uma associação apenas local, pois tinha filiais em várias cidades e estados do país. Segundo Pinto, há notícias no jornal da FNB (*A Voz da Raça*) informando sobre escolas e atividades culturais que eram mantidas por várias delegações da Frente, em cidades como Brotas, São Carlos e Campinas.²⁸³

Apesar de todas essas importantes iniciativas voltadas para a educação da população negra, a FNB não durou muito tempo. Segundo Gomes, quando atingia o ápice de sua militância, tornando-se um partido político em 1936, cogitando lançar candidatos nas eleições, o Estado Novo de Vargas extinguiu todos os partidos e associações políticas em 1937. Conforme o historiador “foi um duro golpe para a FNB. Houve mesmo um refluxo nas associações negras existentes”.²⁸⁴

O que importa pontuar é que a FNB, assim como outras associações, elaborou várias ações e estratégias para promover instrução formal. Por isso, destacamos iniciativas que ocorreram antes, durante e depois do nosso recorte (1891-1930). Nosso escopo foi demonstrar o caráter processual da luta pela educação e, de forma mais ampla, por direitos de cidadania, independentemente das conjunturas políticas e sociais. Em relação ao significado da FNB, considerada a mais proeminente associação negra da primeira metade do século XX, Petrônio Domingues assinala:

A Frente Negra Brasileira foi resultado do acúmulo de experiência organizativa dos afro-paulistas. De 1897 a 1930, calcularam-se cerca de 85 associações negras funcionando na cidade de São Paulo, sendo 25 dançantes, 9 beneficentes, 4 cívicas, 14 esportivas, 21 grêmios recreativos, dramáticos e literários, além de 12 cordões carnavalescos.²⁸⁵

Assim, diante da falta de engajamento do Estado para promover instrução elementar aos segmentos pobres durante a Primeira República, os líderes negros se

²⁸² PINTO, 2013, p. 219.

²⁸³ Ibidem.

²⁸⁴ GOMES, 2005, p. 66.

²⁸⁵ DOMINGUES, Petrônio José. Um “TEMPLO DE LUZ”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016, p. 329-362. p.335.

mobilizaram por si mesmos para conquistar um mínimo de acesso a esse direito. As várias associações e entidades negras não ficaram esperando, passiva e resignadamente, iniciativas do governo para garantir instrução básica à comunidade negra. Rebatendo a tese da anomia social e da desilusão coletiva nesse período, Flávio Gomes asseverou: “mas a população negra não estava ‘apática’ ou imobilizada e nem ficou à espera de dádivas e de integração das políticas públicas [...]”.²⁸⁶

Nesse sentido, todas as iniciativas e ações, inclusive a proposta do Congresso da Mocidade Negra, evidenciam a relevância do movimento negro no pós-abolição, especialmente a partir de meados da década de 1920. O esforço para conscientizar e encorajar os negros a estudarem e a melhorarem sua condição social, a despeito do racismo, foram bastante significativos no processo de construção da cidadania negra. Assim, o conjunto combinado de todas essas ações conscientes, pode ser relacionado ao conceito de “agência humana” de Thompson, tendo em vista a capacidade dos agentes negros de intervirem na realidade social, não obstante os condicionamentos enfrentados.²⁸⁷

Desse modo, se não resta dúvida quanto ao engajamento de uma parcela importante da comunidade negra, falta ainda apresentar o outro lado dessa realidade, ou seja, identificar quais percalços esses atores sociais tiveram que superar para estudarem nesse contexto. Essa será a empreitada do último subcapítulo dessa dissertação.

3.4 As dificuldades para promover a escolarização do negro

Como se pode imaginar, vários obstáculos estiveram diante do negro na sua luta pela educação durante a Primeira República. De acordo com Domingues as dificuldades mais relevantes foram: escassez de recursos, inexistência de apoio do Estado, formação precária dos gestores envolvidos nos projetos educativos e, principalmente, a discriminação racial.²⁸⁸ Este último aspecto, paradoxalmente,

²⁸⁶ GOMES, 2005, p. 47.

²⁸⁷ THOMPSON, 1981, p. 179.

²⁸⁸ DOMINGUES, 2016, p. 334.

acabou motivando a formatação de grupos escolares com base no corte racial. Conforme o autor, tais grupos emergiram no contexto do processo de urbanização e industrialização da Paulicéia. Nessa época houve uma significativa expansão da rede de ensino graças à criação de diversos modelos de escolas: pública, particular, leiga, religiosa, profissionalizante, de prendas domésticas.²⁸⁹

A atmosfera de disputa entre vários grupos étnicos pelas melhores posições do mercado de trabalho, teria motivado as diversas nações estrangeiras a criarem suas próprias instituições escolares. Nessa conjuntura de concorrência, tensões e lutas relacionadas à identidade cultural, setores da comunidade negra também sentiram a necessidade de fundarem escolas destinadas ao próprio grupo. Para Domingues não há consenso sobre os fatores que levaram o negro a fundar suas próprias escolas, já que existem várias hipóteses. Não obstante, além das disputas envolvendo melhores condições de vida “uma outra explicação é que essas escolas foram uma resposta da população negra à discriminação racial que vicejava na rede de ensino. Havia escolas que dificultavam e outras que simplesmente vetavam a matrícula de negros”.²⁹⁰

Os dados fornecidos por Machado, ajudam a corroborar a diversidade de iniciativas educacionais empreendidas pelos adventícios. Em 1917 existiam cerca de 192 escolas estrangeiras distribuídas no interior e na capital paulista. Desses estabelecimentos de ensino, 51 eram de italianos, 37 de alemães, 2 de portugueses e 1 era de árabes. Incluía-se nessa lista o colégio Mackenzie e Americano, o Franco Brasileiro, o de São, além da escola inglesa, Annie Elizabeth School. Para serem reconhecidas como escolas estrangeiras tinham que receber subvenção do governo estrangeiro, serem dirigidas por gestores estrangeiros e usar o idioma do país de origem. Outra informação relevante é que “as escolas estrangeiras não se dedicavam apenas ao ensino primário, possuindo várias delas curso secundário. O total de estudantes do ensino primário dessas escolas em 1917 era de 10.386 alunos”.²⁹¹

Desse modo, como nem sempre os negros eram aceitos nessas instituições escolares, especialmente devido ao preconceito racial, isso ajudaria explicar o motivo dos afrodescendentes organizarem suas próprias escolas na Paulicéia. Ao longo das décadas iniciais do século XX, esse fenômeno dificultou enormemente o acesso do

²⁸⁹ DOMINGUES, 2016, p. 333.

²⁹⁰ Ibidem.

²⁹¹ MACHADO, 2009, p. 71.

negro às diversas modalidades de escola. Há algumas evidências que atestam como a discriminação racial estava disseminada por toda sociedade, inclusive e especialmente nas instituições de ensino.

Conforme as notícias do jornal *Progresso*, a filha do famoso dramaturgo Procópio Ferreira teve sua matrícula recusada no Colégio Sião em 1929. Mesmo seus pais afirmando que tinham condições de custear as mensalidades exigidas, a menina não pôde estudar na escola. Isso porque, segundo a supervisora da instituição, havia um estatuto com critérios definidos para efetivar as matrículas. Desse modo, a filha de Procópio Ferreira não poderia ser inscrita no referido colégio, tendo em vista que “não é nesse ponto, apenas, que se tornam rigorosos os nossos estatutos. Também não recebemos pessoas de cor, embora oriundas de famílias de sociedade”.²⁹² Assim, percebe-se que independentemente da classe social, nível de renda ou prestígio, o negro não era aceito por conta da cor de sua pele.

Mas essa prática não era exclusiva das escolas leigas, já que muitas instituições religiosas de ensino também adotavam esse critério admissional. Em um artigo do jornal *A liberdade*, de 1893, fazia-se uma denúncia contundente a esse tipo de discriminação:

Nos institutos religiosos que atualmente existem em São Paulo, nos diversos colégios que sempre abrem 2 ou 3 lugares para os pobres, os filhos de *preto* não são admitidos.

Alegam como razão que os brancos é que sustentam esses estabelecimentos e, como os brancos ricos são antigos escravocratas, não consentem nesses estabelecimentos os filhos de *preto*.

Há escolas modelos, mas não se vê nelas um *preto*. O escândalo chega até o ponto de o Sr. Arcoverde fazer o regulamento do Seminário Episcopal com o seguinte artigo: Art. 10º. – Para ter lugar entre os gratuitos e meio pensionistas do Seminário é preciso o pretendente não ser de cor *Preta!!!*

Note Oh! Caifazes meus, que no artigo 7º. Do mesmo regulamento o meio pensionista é aquele que paga duzentos mil réis por ano. De sorte que o *preto* nem mesmo pagando, pode ser aluno do Seminário.²⁹³

Assim, denota-se que a mentalidade escravocrata ainda estava firmemente arraigada no pensamento dos “brancos ricos” visto que “não consentem nesses estabelecimentos os filhos de *preto*”. Chama a atenção também o fato de a denúncia ter sido publicada no dia 13 de maio de 1893, quando se completava, oficialmente, 5 anos do fim da escravidão. Aos olhos dessa elite era inconcebível, não somente o

²⁹² *Progresso*, São Paulo, 24/03/1929, p. 2.

²⁹³ *A liberdade*, São Paulo, 13/05/1893, *apud* BARROS, 2005, p.86. (grifo nosso).

negro querer estudar em condição de igualdade com seus filhos, mas também o próprio fato de os descendentes de escravos pretenderem desfrutar de tal direito.

Outro episódio em que essa percepção se manifesta mais explicitamente foi narrado por uma das entrevistadas de Teresinha Bernardo.²⁹⁴ De acordo com Dona Francisca, as meninas negras do bairro Pinheiros sofriam discriminação em um Colégio da Vila Prudência. Nessa escola havia um internato onde estudavam alunas brancas e negras. Essas últimas eram impelidas a terem a cabeça raspada, já que era dito a elas que sangue de preto era quente e, por isso, morada de piolhos. Ademais, isso também seria justificável pois as “pretas” não deveriam “perder tempo” penteando os cabelos. O colégio recebia regularmente a visita de senhoras chamadas “benfeitoras”, as quais, quando necessitavam de apoio no serviço doméstico, iam buscar as meninas negras, enquanto as brancas continuavam estudando.²⁹⁵

A respeito desse fato, Teresinha Bernardo destaca a exploração da mão de obra das estudantes negras, tendo em vista que “dessa maneira, percebe-se que tal internato era continuação do regime anterior, pois o salário, frequentemente não passava de casa e comida”.²⁹⁶ Já Domingues, referindo-se ao mesmo caso, aborda outro aspecto da mesma realidade:

Um dos mecanismos daquele tipo de pensamento racista era produzir mitos, lendas, representações simbólicas, de modo que pudessem ser manipuláveis para justificar virtuais imperfeições do sujeito discriminado: ‘sangue de preto é quente’. Identifica-se também outra característica da ideologia racista: a ridicularização do sujeito discriminado. Mantendo as negras com as cabeças tosadas, seria mais fácil estigmatizá-las como seres anormais.²⁹⁷

Domingues ainda descreve mais um caso, no qual a discriminação racial partia do próprio professor. No depoimento de João dos Santos, que viveu sua infância em São Paulo nos primórdios do século XX, ele compartilha sua amarga experiência em uma escola, relatando que a professora, em certa ocasião:

[...] meteu a régua na minha orelha que cortou! Me cortou minha orelha viu? Aí toca fazer curativo! Depois os menino, lá, aquele tempo, né, xingava a gente: “Tição”, tal, até que peguei o menino na rua e dei uma surra nele e me expulsaram do colégio, não deixaram mais eu estudar.²⁹⁸

²⁹⁴ BERNARDO, 1998.

²⁹⁵ Ibidem, p. 67-68.

²⁹⁶ Ibidem, p. 68.

²⁹⁷ DOMINGUES, 2004, p.155.

²⁹⁸ SANTOS *apud* DOMINGUES, 2004, p.153.

Para além das barreiras atinentes à discriminação racial, muitos negros tinham que enfrentar outros percalços para estudar, um dos quais foi conciliar estudo e trabalho dentro da mesma rotina. Nos depoimentos coligidos por Teresinha Bernardo são raras as lembranças de pessoas negras descrevendo experiências de escolarização, ao contrário dos inúmeros relatos fornecidos pelos italianos. Contudo, em dois desses depoimentos é possível entrever duas adversidades distintas que uma parcela da população negra encarava no tocante à busca pela alfabetização. Um dos entrevistados relatou: “Trabalhei desde 8 anos. Aquele trabalho por um prato de comida. Queria estudar, sempre quis, mas não conseguia um emprego que podia contar no final do mês; as escolas que queria fazer eram pagas”.²⁹⁹ Já outro depoente, descreve como seu cotidiano era sobrecarregado devido à necessidade de dar conta de vários desafios na lida diária:

Como eu já disse eu era engraxate. Com 5 anos, já tinha a minha caixa, andava perto de casa engraxando sapato da vizinhança. Conforme fui crescendo as distâncias que eu andava eram maiores e aí eu comecei a engraxar e a entregar jornais. Fiz ponto até na Estação da Luz. Aos 10 anos, minha mãe me mandou para escola. Então, eu mesclava escola – engraxate – jornaleiro.³⁰⁰

É evidente que tais dificuldades não eram exclusivas dos afrodescendentes, já que afetavam, em geral, todos os segmentos pobres da Paulicéia nesse contexto, incluindo os estrangeiros. Todavia, como evidenciamos, além do preconceito, a falta de recursos para custear as matrículas em colégios particulares e o desafio, para muitos, de conciliar estudo e trabalho eram obstáculos adicionais à escolarização das crianças e jovens negros. Muito por conta disso e pela ausência de subsídios estatais, as lideranças negras perceberam desde cedo que, para oferecer um mínimo de escolarização à sua própria comunidade era preciso se engajarem. Daí surgirem iniciativas de várias entidades do movimento negro, visando à criação de escolas para atender a população negra.

Entretanto, essas ações voluntárias esbarravam, de igual modo, na falta de recursos. De acordo com Regina Pahim Pinto foram as próprias associações que arcaram com os projetos escolares idealizados. Por isso, também é preciso levar em conta as limitações da infraestrutura das escolas e do próprio ensino que era ofertado, como por exemplo, a falta de professores especializados, que tornava-se um fator

²⁹⁹ BERNARDO, 1998, p. 119.

³⁰⁰ Ibidem, p. 120.

diferencial em relação à qualidade das aulas ministradas em escolas regulares, principalmente as particulares. A FNB foi a associação que mais investiu na escolarização do negro e suas escolas. Contudo, conforme Pinto, elas tinham professores formados e regularmente pagos apenas no ensino primário. Já “os demais cursos eram ministrados por pessoas leigas que se prontificavam a auxiliar e ministravam as aulas graciosamente”. Não obstante, “parece que alguns guarda-livros, negros que estavam cursando escolas superiores ou outros cursos regulares, e mesmo autodidatas lecionaram na escola.”³⁰¹

No que tange à estrutura física das escolas, com seus equipamentos e instalações, um artigo de Raul Joviano do Amaral, publicado em *A Voz da Raça*, traz indicações importantes sobre essa questão:

A nossa campanha pró-instrução, iniciada a não sei quanto tempo, vem trazendo inúmeros benefícios, quer na capital, quer em Minas, Baía ou Rio Grande do Sul, graças aos esforços das Sociedades Benéficas ou Clubes Instrutivos da gente de cor, que também se ressentem da falta de apoio material e, muito lógico, essas aulas são ministradas em salinhas acanhadas, com bancos toscos e mesas de caixão, isso mesmo custeado por bolsa de particulares. Estes escasseiam-se e faz-se investir o auxílio do governo, somente fornecendo bancos e carteiras.³⁰²

Apesar de o texto se referir ao ano de 1934, escapando um pouco do limite do nosso recorte, ele nos permite fazer algumas inferências. Primeiramente, lidar com a precariedade das instalações e a falta de recursos parece ter sido um desafio comum à todas as entidades que se engajaram com a criação de escolas e projetos educacionais. Se a FNB, no ápice do movimento negro e contando com subsídios do governo estadual, tinha dificuldades para manter suas escolas, pode-se supor que as iniciativas anteriores também enfrentavam problemas semelhantes.

Por outro lado, como evidenciou-se no artigo acima, também era recorrente a organização de campanhas para levantar verbas e receber equipamentos para a manutenção das escolas e das atividades culturais. Quando a entidade conseguia receber qualquer tipo de doação que fosse significativa, como materiais pedagógicos, por exemplo, logo o fato era divulgado com enorme entusiasmo nos jornais. O intuito era demonstrar o sucesso dos programas educacionais e, concomitantemente, ensejar novas doações à associação.

³⁰¹ PINTO, 2013, p. 223.

³⁰² *A Voz da Raça*, São Paulo, 23/06/1934, Ano 2, p.1.

O Sr. Deocleciano Nascimento, acaba de doar à Biblioteca da Frente Negra Brasileira [...] livros, na maioria clássicos, nas línguas francesa e inglesa e portuguesa. [...] São vinte e quatro livros que vêm engrossar a biblioteca da FNB e ao seu doador a direção sumamente agradece. (Biblioteca da FNB).³⁰³

Isso ajuda a corroborar uma das teses que temos defendido ao longo desse estudo, qual seja, a extrema relevância da solidariedade grupal como um dos expedientes fundamentais para a construção da cidadania negra no pós-abolição. Assim como em outras situações relacionadas à luta pela sobrevivência, a união e os esforços coletivos dos próprios negros, também foram cruciais para concretização dos projetos na área da educação. Os membros dessas entidades podiam cooperar de diferentes maneiras, conforme suas possibilidades, visando a atingir um objetivo comum. Segundo Pinto “além daqueles que ministravam as aulas, havia as pessoas que se ocupavam das atividades burocráticas necessárias à manutenção dos cursos, à organização e divulgação das atividades culturais, isso sem contar os que se ocupavam das campanhas [...]”.³⁰⁴

Todavia, é preciso ressaltar que, a despeito de todo empenho das associações negras para oferecer escolaridade e atividades culturais, nem todos os negros manifestavam interesse em aproveitá-las:

Escolas há em todos os bairros, noturnas, diurnas, gratuitas, mantidas pelo nosso governo, por associações diversas: - alunos há de todas as nacionalidades; mas de côr, não sei qual a razão de se contar as dezenas! Possuímos associações nossas que para facilitar criaram cursos elementares para os filhos de seus associados e de todos que desejassem receber os primeiros conhecimentos de instrução, porém, os seus esforços fracassaram, ante o grande esmorecimento, a falta de alunos frequentes.³⁰⁵

Nota-se, neste e em outros artigos publicados nos periódicos, que uma parcela da população negra era fortemente criticada pela falta de disposição em estudar. Além disso, era recorrente a censura promovida pelos homens de cor a esses segmentos, relacionando o suposto desinteresse pelo letramento com o apego excessivo pelos bailes dançantes e o consumo de bebidas alcoólicas. No caso das crianças, responsabilizava-se as famílias pelo descaso com a educação de seus filhos.

Entretanto, para Barros, esse presumível desprezo pelos estudos precisa ser relativizado, pois diversos percalços se apresentavam no caminho da alfabetização

³⁰³ *A Voz da Raça*, São Paulo, 08/04/1933, Ano 1, p.4.

³⁰⁴ PINTO, 2013, p. 224.

³⁰⁵ *O Clarim da Alvorada*, São Paulo, 24/10/1926. Ano 3, p. 2.

do negro. A historiadora, ao investigar a escolarização da população negra entre 1870 e 1920, também identificou alguns obstáculos análogos aos que foram indicados: a necessidade do trabalho das crianças para complementar o orçamento familiar; escassez de recursos para obter material e vestimentas; e ainda, a enorme distância espacial entre as escolas e o local de moradia dos estudantes. Essas informações foram obtidas por meio de diversas fontes, como documentos administrativos de várias instituições públicas, não somente escolas. Assim,

Cruzando esses documentos com outras fontes, percebemos que não era apenas descaso por parte das famílias, como deixam transparecer os relatos de professores e autoridades da instrução pública. Podemos ver que a população negra enfrentava *dificuldades reais* para frequentar a escola.³⁰⁶

Além disso, não se tratava, em muitos casos, simplesmente do desinteresse de setores da comunidade negra pelo letramento. Segundo a interpretação de Barros, haveria níveis diferentes de valorização da educação por parte desse grupo social que, como se sabe, não era homogêneo. Sobre essa questão a pesquisadora apresenta a seguinte hipótese:

Uma explicação possível é que uma parte dela estaria inserida na realidade das populações mais pobres que, preocupadas com a sobrevivência mais imediata ou ainda com uma apreensão diferente da importância da escolarização, não buscavam a escola da maneira como esperavam os responsáveis por ela (professores, inspetores, Estado).³⁰⁷

A despeito de todas as dificuldades apontadas, o engajamento do movimento negro e a solidariedade grupal foram elementos determinantes para superação de pelo menos algumas dessas adversidades. Contudo, apesar do esforço de conscientização e das denúncias na imprensa negra, não foi possível vencer naquele contexto, um dos principais obstáculos à escolarização do negro: a discriminação racial. Muito por conta disso, as associações decidiram criar suas próprias escolas, mesmo contando com poucos recursos e sem apoio de verbas estatais, exceto a FNB a partir da década de 1930.

De qualquer modo, o que importa sublinhar para concluir esse último capítulo, é que a construção da cidadania negra no pós-abolição esteve umbilicalmente ligada à busca pela escolarização. Assim, à medida que crescia a valorização da educação

³⁰⁶ BARROS, 2005, p.132-133. (grifo nosso).

³⁰⁷ Ibidem, p. 133-134.

escolar ao longo desse período, gradualmente maturava também a consciência do negro acerca de alguns direitos e deveres que afetavam sua existência.

Portanto, para ilustrar essa nossa hipótese, será reproduzido mais uma vez um trecho do artigo que escolhemos para iniciar esse terceiro capítulo. Consideramos esse discurso um exemplo muito elucidativo para revelar o nível de conscientização que o movimento negro havia alcançado décadas depois do fim oficial da escravidão. Nesse trecho pode-se observar o conhecimento de algumas noções ou princípios essenciais relacionados ao complexo conceito de cidadania: “direitos”; “deveres”; “cidadão consciente”; “reclamar”; “exigir dos nossos governantes” etc.

Escolas, e sempre escolas é que devemos reclamar, gritar, e exigir dos nossos governantes, porque por ela e nela tornar-nos-emos homens dignos, respeitados e altaneiros. A escola nos dá o ensinamento preciso para sermos o cidadão consciente de nossas prerrogativas e deveres sociais, ao par da conscioidade [sic] de nossos direitos pátrios legais. A escola conduzir-nos-á ao apogeu da civilização e intelectualidade, porque a nossa inteligência é lúcida, precisando apenas instruí-la e educa-la suficientemente. [...] A escola nos chama, meus patrícios. Vamos para ela.³⁰⁸

³⁰⁸ *Progresso*, São Paulo, 30/04/1932, p. 2.

CONCLUSÃO

No decorrer deste estudo constatamos, entre outras coisas, que a historiografia acerca do pós-abolição tem reafirmado o protagonismo do negro. Por meio de novas teorias, abordagens, metodologias e a exploração de novas fontes, tem sido possível romper com as narrativas tradicionais cristalizadas. Ao invés de dar relevo apenas para os percalços que os libertos estiveram submetidos após o fim do cativeiro, passa-se a valorizar mais as estratégias e ações, individuais ou coletivas, para o enfrentamento das dificuldades. Nesse sentido, essas obras recentes forneceram o quadro teórico e conceitual que subsidiou nossa pesquisa. Portanto, a luta do negro pela cidadania em São Paulo se insere nesse contexto de mudança nos paradigmas da historiografia do pós-abolição.

Já por meio das fontes documentais – especialmente os jornais da imprensa negra paulista – esmiuçamos os discursos e as representações dos negros que dirigiam esses periódicos a partir de 1915. Nesse material percebemos a gradual mudança de orientação no decorrer dos anos. Inicialmente sua função primordial era divulgar eventos ligados à vida societária da comunidade negra, como bailes, festas, casamentos, batizados etc. Contudo, principalmente a partir de meados da década de 1920, esses jornais foram adquirindo um caráter mais politizado. Além de suas funções iniciais, tornaram-se também um valioso instrumento de reivindicação de direitos, conscientização e luta contra a discriminação racial. Segundo Miriam Nicolau Ferrara “é através de sua imprensa que o negro desenvolve uma consciência e solidariedade étnicas”.³⁰⁹

Ao mesmo tempo, pudemos evidenciar que a comunidade negra não formava uma camada social homogênea. Existiam diferenças marcantes no que tange às condições existenciais, nível de instrução, inserção profissional, padrões de comportamento, valores etc. Tanto é assim, que os jornais da imprensa negra eram elaborados pelos homens de cor. Essa “pequena elite” letrada se autoconsiderava a legítima representante dos interesses da população negra em geral. Por conta disso, difundiam normas e padrões de comportamento com intuito de “doutrinar” o negro,

³⁰⁹ FERRARA, 1986, p. 25

visando a sua ascensão moral e social. Assim, censuravam certas atitudes e práticas, como o ócio, a bebedeira, os bailes dançantes, a prostituição etc.

Por outro lado, esses mesmos intelectuais denunciavam as situações de discriminação no cotidiano, como a predileção pela mão de obra imigrante no mercado de trabalho, comprovada em várias circunstâncias. Além disso, criticavam as ações preconceituosas dos policiais contra o negro em diversos espaços da cidade, violando seus direitos civis. Era recorrente os cidadãos negros serem abordados de forma truculenta pelos agentes da ordem nos locais públicos e de lazer. Em geral eram acusados – inúmeras vezes de forma injustificada – de serem ébrios, desordeiros, vadios etc. Essa tendência ficou evidente em algumas denúncias da imprensa negra, bem como nos relatos e memórias de José Correia Leite.³¹⁰

No caso das mulheres negras que transitavam pelas ruas da Paulicéia, a suspeição de vadiagem, geralmente estava associada a outro estereótipo. Conforme Tiede “a vadiagem da mulher era considerada uma quase confirmação de prostituição nos processos analisados: se uma mulher fosse negra, logo era vadia, então prostituída”.³¹¹

Contudo, também constatamos que, a despeito do preconceito racial, os afrodescendentes elaboravam várias estratégias de sobrevivência. Mesmo diante da concorrência com os imigrantes – que tendia a excluí-los de certas funções do sistema ocupacional – os homens e as mulheres negras conseguiram obter seu sustento trabalhando honestamente em uma multiplicidade de profissões. O comércio ambulante, também denominado “mercado caipira”, ofereceu uma série de ocupações aos negros, assim como a outros segmentos pobres da população paulistana. As mulheres negras destacavam-se nesse ramo vendendo doces, quitutes, ervas etc.³¹² Muitas atuavam em outras atividades profissionais, lavando e engomando roupas para as famílias abastadas. De modo geral, elas eram protagonistas no comando de seus lares, pois, além de desempenhar várias funções no âmbito doméstico, forneciam a principal renda da família, segundo Andrews.³¹³

³¹⁰ LEITE, 1992.

³¹¹ TIEDE, 2005, p. 124.

³¹² SANTOS, 1998.

³¹³ ANDREWS, 1998.

Não obstante, dar conta dos enormes desafios de sobrevivência neste contexto, demandava também uma rede de apoio e cooperação. Verificamos a extrema importância dos laços de amizade e solidariedade para lidar com as agruras da vida cotidiana. Era corriqueiro no dia-a-dia que amigos, parentes e vizinhos se ajudassem mutuamente, fornecendo algum alimento, emprestando dinheiro, cuidando das crianças na ausência dos pais, auxiliando um recém-chegado a conseguir trabalho, dividindo as despesas dos aluguéis, principalmente em um contexto de enorme especulação imobiliária. Tais arranjos, fossem esporádicos ou permanentes, bem como todas as formas de camaradagem grupal, configuravam o que Petrônio Domingues denominou “família ampliada”.³¹⁴

As iniciativas das associações negras na área educacional estavam imbuídas desse mesmo espírito de irmandade. Conforme pudemos constatar, houve um esforço hercúleo das entidades negras para promover escolarização elementar e um repertório de atividades culturais para sua população. Assim, a despeito da escassez de recursos e dos limites da infraestrutura pedagógica, várias escolas, cursos de alfabetização e projetos educacionais foram criados. Esse foi um expediente alternativo encontrado pelas lideranças negras, tendo em vista a baixa oferta de escolas públicas, e a discriminação sofrida em escolas regulares, fossem estatais ou particulares.

No que tange às perspectivas acerca da educação, além do poder de conscientização e combate ao preconceito, as entidades traziam em seu bojo outros auspícios, segundo Petrônio Domingues: “acreditava-se que os negros, à medida que progredissem no campo educacional, teriam mobilidade social, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade mais abrangente”.³¹⁵

Dessa forma, todas as iniciativas realizadas ou encorajadas pelas associações negras nesse contexto, permitem refutar teses que sugerem a passividade ou a apatia geral do negro. Além disso, consideramos pertinente relacionar todas as ações dos setores engajados pela educação da comunidade negra com os conceitos de “experiência” e “agência humana” formulados por Thompson.

³¹⁴ DOMINGUES, 2004.

³¹⁵ DOMINGUES, 2013, p. 282.

Por fim, ao longo dessa pesquisa, essas duas categorias elaboradas pelo historiador inglês nos ofereceram o aparato teórico que nos permitiu chegar a duas conclusões mais específicas.

Primeiro, diante da ausência de políticas estatais para garantir o mínimo de condições para a inserção social dos egressos do cativeiro, a solidariedade grupal foi um fator preponderante para a sobrevivência coletiva do negro após a Abolição. Os laços de amizade, as redes de apoio que se formavam em várias circunstâncias, foram essenciais para lidar com as dificuldades do cotidiano. Essa noção de solidariedade grupal, dentro de certos limites, se assemelha aos valores coletivistas inscritos na consciência dos trabalhadores, no contexto da formação da classe operária inglesa. Thompson evidenciou como as diversas tradições e sociedades de auxílio mútuo influenciaram enormemente a cultura operária nas décadas iniciais do século XIX. Assim, ele demonstrou que havia uma disposição comum entre os trabalhadores, no sentido de se auxiliarem reciprocamente, especialmente em circunstâncias de crises, desemprego, greves, doenças, partos etc. Segundo o historiador inglês:

Pode-se dizer que os valores coletivistas já dominavam em diversas comunidades industriais nos primeiros anos do século 19: havia um código moral definido que impunha sanções contra os fura-greves, os “testas de ferro” dos patrões e as pessoas pouco solidárias, demonstrando intolerância em relação aos excêntricos ou individualistas. Os valores coletivistas eram defendidos conscientemente, sendo propagados na teoria política, no cerimonial dos sindicatos e na retórica moral.³¹⁶

Desse modo, conforme sinalizamos, no cotidiano dos cortiços e de outras habitações coletivas, dividir as despesas do aluguel, cuidar dos filhos do vizinho na ausência dos pais, emprestar algum dinheiro, ajudar um recém-chegado a conseguir serviço, eram atitudes que fortaleciam a identidade grupal do negro. Ademais, as diversas iniciativas das associações negras no campo da educação favoreciam a construção de uma consciência histórica, abarcando noções de cidadania, ainda que de forma incipiente.

A segunda conclusão obtida nesse estudo foi que, o acúmulo e a ampliação de todas essas experiências coletivas no decorrer do tempo levaram ao amadurecimento da consciência cidadã do negro. Isso ficou bem perceptível quando analisamos o teor das reivindicações dos jornais da imprensa negra. Principalmente

³¹⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2. p. 317.

a partir de 1924, com a criação do *O Clarim da Alvorada*, os periódicos tornam-se mais politizados, denunciando com mais veemência situações de discriminação racial, reivindicando também mais direitos. Contudo, não perderam suas funções iniciais, como divulgar eventos recreativos de interesse da comunidade.

Percebemos ainda que as entidades negras não se restringiram a fazer reivindicações. Elas promoveram ações e iniciativas acerca da educação, como a criação de escolas e de outras atividades culturais. Tanto é assim que, nessa conjuntura, surgiu o *Centro Cívico Palmares* (1926) e brotou a ideia do 1º Congresso da Mocidade Negra em fins de 1928. Todo esse movimento de debates, propostas e ações culminou – ou ao menos favoreceu – a criação da *Frente Negra Brasileira* em 1931. Como já foi colocado, essa associação representa o apogeu do movimento negro nesse contexto, tanto pelas suas realizações no campo da educação quanto por sua militância política.

REFERÊNCIAS

Fontes

BRASIL. **Código Penal dos Estados Unidos do Brazil**. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm Acesso em 24 jul. 2019.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 26/12/2019

_____. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**: declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annaul de escravos. 1871. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 22 jan. 2020.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**: Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**: Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 01 abr. 2020.

PERIÓDICOS IMPRENSA NEGRA PAULISTA. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/impresanegra/index.php/periodicos/>

Bibliografia

AMANCIO, Kleber Antonio de Oliveira. **Pós-abolição e cotidiano**: ex-escravos, ex-libertos e seus descendentes em Campinas (1888-1926). São Paulo: Alameda, 2013.

ANDREWS, Georg Reid. **Negros e brancos em São Paulo, (1888-1988)**. Bauru: EDUSC, 1998.

BARROS, Surya Aaranovich Pombo de. *Negrinhos que por ahi andão*: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). 2005. 163 f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BASTIDE, Roger. **Estudos Afro-Brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BERNARDO, Teresinha. **Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo**. São Paulo: EDUC: Fundação da Editora da UNESP, 1998.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade: o exercício cotidiano da atividade policial no Rio de Janeiro:1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo (1900-1930): um exercício de resistência cultural**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

BRUNO, Ernani Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1984. v. 3.

CAMPOS, Candido Malta. **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio José. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizontes: Fino Traço, 2013. p. 269-304.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. p. 329-362.

_____. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1965. v. 1.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. **Nas Constituições dos discursos sobre afro-brasileiros: uma análise histórica da ação de militantes negros e dos documentos oficiais voltados a promoção do negro brasileiro (1978 a 2010)**. 2017. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

GOMES, Flávio dos Santos. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio José. **Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil**. Belo Horizontes: Fino Traço, 2013.

HOLLOWAY, Thomas. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LEITE, José Correia. **...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

MACHADO, Carlos Eduardo Dias. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03022010-174218/publico/CARLOS_EDUARDO_DIAS_MACHADO.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020. p.95.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

MORSE, Richard M. **Formação histórica de São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1970.
MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. **Revista de História**, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, 1955.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. O proletariado Industrial na primeira República. In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano, tomo III: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PINTO, Regina Pahim. **O movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Ponta Grossa: Editora UEPG; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROCHA, Fábio Dantas. Saindo das sombras: classe e raça na São Paulo pós-abolição (1887-1930). Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano**: São Paulo e pobreza (1890-1915). São Paulo: Annablume, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SILVA, José Carlos Gomes da. **Os suburbanos e a outra face da cidade**: negros em São Paulo (1900-1930): cotidiano, lazer e cidadania. Dissertação de mestrado, Campinas: Unicamp, 1990.

SILVA, Lúcia Helena Oliveira. **Paulistas afrodescendentes no Rio de Janeiro pós-Abolição (1888-1926)**. São Paulo: Humanitas, 2016.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 2.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIEDE, Livia Maria. Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. 2006. 188p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279798>. Acesso em: 01 abr. 2020.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Da escravidão à liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida privada no Brasil**: República: da Belle Époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras: 1998b. v. 3.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos Africanos, Vivências Ladinhas:** Escravos e forros em São Paulo (1850-1880). São Paulo: Editora HUCITEC, 1998a.

ANEXO A – RECORTES DA IMPRENSA NEGRA

ANNO I | São Paulo, 3 de Setembro de 1918 | NUM. 2

ORGAN LITTERARIO, CRITICO E RECREATIVO

Alfinete

DEDICADO AOS HOMENS DE COR

Publica-se quinzenalmente | COLLABORADORES DIVERSOS | DIRECTOR A. Oliveira

— EXPEDIENTE: —
 ANNO.....\$4000
 SEMESTRE.....\$2000
 AVULSO.....\$100
 PAGAMENTO ADIANTEADO
 Todas as collaborações devem ser enviadas á rua Tibirapá, 6 — (Luz).

Nos nossos leitores
 Nas leis psicologicas das evoluções dos povos, o papel da raça negra, embora seja inferior em alguns paizes como nos da Affrica, é tão importante e mancha em igualdade de condições moral e intellectual quanto as outras raças.
 Nos Estados Unidos a sua capacidade creadora é assombrosa. Ella distingue-se em todos os pontos de vista na agricultura, e na industria, o despertar de sua energia vital, aliada a umasolidadacultura intellectual desenvolveu mara villiosamente o progresso dessa grande nação, cujo commercio suplantou os das maiores potencias da Europa. No proprio paiz ella impoz-se ao respeito de sua rival, a branca, com a qual trilha paralelamente no caminho da civilisação.
 E no Brazil? Em tempo não remoto exestiram homens de cor, verdadeiramente orgulhosos de sua classe. José do Patrocínio espirito combativista no jornalismo brasileiro, sustentou e defendeu com brilho a companhia abolicionista até quebrar as ultimas elos que nos prendiam ao ferrete da ignominia — a escravatura.
 Luiz Gama, tambem de cor, trabalhou infatigavelmente em defesa de sua classe até o surgir, a 13 de Maio de 1888 da aurora triumphal da nossa liberdade.
 Pois bem, desde esse dia que devia abrir a senda para o primeiro passo de um futuro melhor eis que a nossa raça, cae e desaparece incensivelmente no borborinho da civilisação da branca, atropeliando-se todos as suas energias, despauperando se moralmente, sem nunca impor-se a nenhuma questão quer de ordem social quer intellectual.
 Parece que vive com o pensamento accorrençado, ou si se julga na realidade inferior, e neste caso, petulante si se introduzir em assumptos que lhe não competem.
 Mas de que serviu finalmente a lei do abolicionismo no Brazil? Unicamente para mostrar ao estrangeiro a nossa apparente civilisação, porque se ella aboliu a escravatura official, implantou o servilismo particular; se derrubou o regimen de escravos obrigatórios impoz o de servos voluntarios.
 Quem são os culpados dessa negra mancha que macula eternamente a nossa frente? Nós, unicamente nos que vivemos na mais vergonhosa ignorancia no mais profundo abscamento moral, que não comprehendemos finalmente a angustiosa situação em que vivemos.
 Cultivemos, extirpemos o nosso analphabetismo e veremos se podemos ou não imitar os nort-americanos.
 OLIVEIRA

Preconceitos de raça
 Ao bom e dedicado amigo
 Candido Lopes de Siqueira
 Cumpriremos o nosso dever para com a nossa raça, os nossos sentimentos e a nossa patria, se soubermos estabelecer as necessarias proporções do nosso saber e das nossas virtudes, nas manifestações das nossas sympathias e affeições.
 Sim, se isto fizermos, realisaremos a harmonia e a tolerancia, porque o meio em que as vezes nos achamos, não nos permite os arrouchos das mais felizes e puras explosões da nossa consciencia.
 Precisamos, portanto, usar do discernimento, afim de captar a amizade e a consideração daquelles que não pensam como nós.
 Para isso convem calarmos-nos, por meio dos nossos exemplos, na pratica de tudo quanto possa revelar o espirito, de bondade, de carinho, de doçura de perseverança e de abnegação, podemos fallar mais alto e melhor do que as palavras que poucas vezes actuam na nossa razão.
 E' na calma das nossas meditações que podemos apreciar o justo valor dos nossos conhecimentos, acções e affectos.
 Tudo no mundo tem a sua utilidade, tudo gira na escala da evolução, tudo contem em si o germen de uma vida que se manifesta como vibração, luz e calor.
 Compreender isto é penetrar no mysterio da criação, quero dizer, e ter encontrado a chave do verdadeiro conhecimento que é a unidade na diversidade ou a essencia divina circulando em todo o universo.
 O que nos amamos e veneramos nos nossos semelhantes não é a sua forma corporea, nem tão pouco temos a ideia das suas virtudes pelo seu vestuario e celçado, assim tambem não deveremos olvidar ou desprezar um homem de cor preta, porque muitos dessa raça poderiam ser o estímulo na pratica do Bem e do Dever, e muitos brancos ou a esses moços bonitos que são verdadeiros parasitas sociais, cerebros ócos sem ideias, não tendo um fim nobre e elevado a attingir na vida.
 Todos os homens que mais se tem distinguido no Brasil, como sejam José do Patrocínio, Luiz Gama, dois vultos que se esforçaram em prol do ideal da abolição da escravatura; Coelho Netto, illustre escriptor e poeta; Calixto Cordeiro, o querido caricetista; Armando Prado notavel advogado e orador; e muitos outros são a gloria e o talento dessa raça martyr; a nossa patria infelizmente, tem essa mancha que os seculos não limparão, porque é monstruosa, provando a decadencia e ignorancia em que jaziamos — A escr

Redactor : Gastão Silva Secretário : Frederico B. de Souza Oerente : Joaquim Domingues	A LIBERDADE	ASSIGNATURAS Anno 5\$000 Semestre 3\$000 M.o do dia 100 Atrazado 200 Pagamento adiantado
---	-------------	---

Organ dedicado á classe de cõr, critico, literario e noticioso

ANNO I

SÃO PAULO, 14 DE JULHO DE 1919

NUMERO I

Toda a correspondencia deve, ser enviada, para o Largo do Riachuelo 56 sob teleph. 4133 Central; os originaes, mesmo não publicados, não serão devolvidos. Publica-se quinzenalmente

"A Liberdade"

Devido á iniciativa do sr. Gastão Rodrigues da Silva, apparece hoje mais um jornal para tratar da defeza dos homens de cõr, quando no direito dessa defeza.

Gastão da Silva, homem alegre, onde a tristeza não tem morada, apreciador da ordem, apregoando a moral social, possuindo fulgurante radiação de espirito, elevando assim a conquista pelo seu ideal, apparentando sempre uma soberania, é de esperar-se que sua penna não vacilará para dizer a verdade, seja ella recta e penetrante, contando que sua desenvoltura dão-lhe forças para combater, e elogiar aos que se tornarem dignos de sua attenção ou desprezo.

Nas sociedades em que convive, tem abrihantado, concorrendo para a elevação social, os nomes das que elle pertence e outras que por sympathia, hypotecou tambem uma parcella de seu amor proprio.

Parece-nos, um consultor juridico, quando se lhe pede um conselho associativo, e porque ? porque elle dedica-se, estuda as questões sociaes, para reverter em beneficio das que lhe pedem o conforto de suas luzes.

O seu pensamento e acção, indica a sua entusiastica apreciação das cousas que se passam, não escapando-lhe a menor cousa, como um grande observador; dotado de principios liberaes, amigo do trabalho, admirador da classe dos homens de cõr, sente-se as vezes elevado na sua fé de regeneração dos homens sociaes a que pertence, sem contar com as desillusões.

Com o apparecimento do jornal «A Liberdade», era justo que rendesemos uma homenagm a Gastão, porque, possuindo dotes tão elevados, tambem saberá nos dar occasião de admirar seus escriptos, o que para

nós será uma ventura, tendo muito que aprender nos seus artigos, combatendo os erros, tornando-se invejavel, uma vez que venha com o cultivo da verdade; então as columnas da «A Liberdade» serão uma escola para a classe a que pertencemos.

Gastão que tem sido uma fulgurante personalidade nas sociedades de homens de cõr, não deixará de o ser agora quando vê o seu ideal realisado, porque agora é que sua esphera de acção mais campo lhe proporciona para observar melhor os usos e costumes dos nossos caros irmãos.

Cabe-lhe a primazia da fundação deste jornal, espirito preparado, argumentador inflexivel, de uma logica transparente, «A Liberdade» nada tem a perder; todos conhecem Gastão, com a sua palavra elevada, elle traduz a nobreza de seu coração, as attensões que lhe prestamos, indica a amizade que soube colher em todos os auditorios onde se faz ouvir, e onde tem colhido as maiores e profundas manifestações de apreço.

Que «A Liberdade» consagre o seu surto de energia, a favor do levantamento moral da classe, no meio deste desalento em que vivemos, não desalentando dos ardorosos deveres de combate em prol da Patria - são os votos que apresentamos ao seu incançavel fundador.

S. Paulo-Junho de 1919.

F. B. de Souza

Procurando sempre defender a classe de cõr, vem demonstrando um dos abolicionistas que muito trabalhou pela mesma classe, o incansavel Luiz Gama.

Este era natural da Bahia, foi vendido com outros escravos para o Rio de Janeiro, ali foi elle comprado pelo mercador de escravos da cidade de Lorena, Antonio P. Cardoso. R. R. mettido a cidade de Campinas, onde não encontrou quem o compra-se por ser bahiano, e tendo aprenddo a ler, escrever e contar, dotado de rara intelligencia, em breve tempo poudo adquirir sua liberdade.

Declaro dar no proximo numero a continuação.

J. Domingues.

Alma morta

I
Estava a Morte ali, em pé, deante, Sim, deante de mim, como serpente. Que dormisse na estrada, e de repente Se erguesse sob os pés do caminhante

II
Era de ver a funebre bacchante ! Que torvo olhar que gesto de dementel E eu disse-lhe : Que buscas, impudente Loba faminta, pelo mundo errante ?

III
— Não temas, respondeu (e uma ironia Sinistramente extranha, atroz e calma, Lhe torceu cruelmente a bocca fria).

IV
Eu não busco teu corpo... Era um [trophéu] Glorioso de mais. Busco a tua alma. Respondi-lhe: A minha alma já morreu

14-7-919 Eponina R. da Silva

Pelos Salões

Gremio Dramatico e Recreativo Kosmos

Realisou-se a festa da fundação do quadro de «Damas» daquela sociedade, em 21 de Junho do corrente anno. Foi levado o drama «Amor louco» em 3 actos e a comedia «Quincas Teixeira». Os personagens que fizeram parte no drama e na comedia.

Personagens :

Snr. Benedicto Braga
 » Mario Franco
 » José Martinho
 » Joaquim Domingues
 D.na Maria Honorina
 Snr. Luiz Henriques

A Comedia

Personagens :

Snr. Joaquim Domingues
 » Mario Franco
 » Luiz Henriques
 D.na Anathalia dos Santos
 » Euphrosina Nascimento

Pelo sr. Luiz Mascarenhas foi cantada as cançonetas «Zelinda» e «Canção do Carreiro», que cooperou ainda mais para realçar o festejo daquelle sociedade.

«Aqui em São Paulo nunca faltou um ponto de concentração... Os jornais da época, os pequenos jornais, circulavam nesse tipo de concentração de rua, mas o forte da distribuição eram os bailes.»

Assignaturas Anno 5\$000. Semestre 3\$000 N. avulso \$200	O KOSMOS	Redactor Abilio Rodrigues Gerente Joaquim Domingues Secretario José M. M. Baptista
---	----------	--

ORGAN DO GREMIO DRAMATICO E RECREATIVO «KOSMOS»

ANNO I

S. PAULO, OUTUBRO DE 1922

NUM. 5

EXPEDIENTE

Toda a correspondência deve ser enviada para a rua Vergueiro, 116 casa 9. Só se aceita colaboração de assignantes. Os originaes, mesmo não publicados não serão devolvidos. Publica-se uma vez por mez.

— A typographia encarregada da impressão desta folha, deixou por motivos imperiosos, atinentes ao serviço, de attender as emendas suggeridas nos autographos; obrigando por essa forma, de sahir publicado novamente as quadras: — «*Passagens da vida*».

Razão pela qual, pedimos desculpas aos amáveis leitores e leitoras, e o mesmo tempo; fazer sciente, que a começar deste numero serão feitas as cobranças das assignaturas.

O pagamento deverá ser feito, mediante recibo assignado pelo Gerente desta folha, sem o que, não terá valor.

NO BOSQUE

Passeio agradável, com suas arvores copadas e verdejantes, com seus logares apropriados para uma palestra intima; lago onde deslizam patos grandes; onde mamíferos quadrumanos saltam de um lado a outro; enfim, cercado de mil atrativos, alli está o Bosque Campineiro, convidando o viajante a um descanso, que, na retirada, terá a saudade, essa saudade que não se pode olvidar, essa saudade que traduz a verdade.

Ainda mais, quando em nossa companhia temos um Benedicto Florencio, alegre, brincalhão e expansivo, não admittindo um pequeno signal de tristeza.

Entre as voltas dadas nas ruas, verdadeiros bosques, tudo nos encantava, chamava a attenção, aqui um tiquiqui formando um caramanchão, mesas expostas etc.; alli o enorme Itequibá com enorme piasta de cimento, posta pela mão do homem, procurando remendar os extragos feitos pelo tempo na obra da natureza; mais além, o bar, convidando o visitante a um descanso, a um refresco artificial; e tudo nesse dia parecia uma historia do paraizo; sim, um paraizo porque conjunctamente em nossa companhia existia duas senhoras, mas... voltando nosso olhar para as grandes galolas, calculamos para um cercado, onde em redor as arvores davam a sombra consoladora a um pobre penitente; alli, dormindo em um caixão, estava uma enorme "gibola", enrolada, esquecida de tudo, dormindo serenamente, sem se incomodar com os rumores em redor; a um lado, sobre uma pequena latada numa pouca d'agua, com os olhos imensamente abertos, sem um pequeno movimento, olhando firme para o lado da "gibola", lá estava um pobre "sapo", esperando a hora fatal.

Um, dormindo placidamente, o outro, sem um recurso de salvamento, encarando o algoz, esperando a hora para ser devorado por tão temível inimigo!

Que contraste! Quiz eu ficar triste, mas o Florencio, percebendo isto, contou a historia do criador de cobras, e... esquecemos o sapo...

São Paulo, Outubro 1922. X.

O TEU RETRATO

(A. MARIO FRANCO)

Recebi o teu retrato com a seguinte dedicatória:

Ao meu amigo, Abilio Rodrigues.
— 19 — 9 — 922.

Está sobre a minha mesa, cheia de papeis, de livros, numa perfeita desordem, que eu mesmo em determinadas occasiões, julgo estar na dessa nossa amizade, nascida sobre lharas; onde os artigos, acham-se dispersos e não discriminados.

Mas, onde deixar o teu retrato, senão sobre a mesa? Numa cadeira, dentro de um armario, pregado a parede sem o competente quadro? Creio não ser natural.

O lugar mais apropriado que pude offerecer ao teu retrato, foi a minha modesta mesa.

Não se zangará por isso, nem irá fazer um mau julgo e tão pouco, julgará ser isto um desprezo da minha parte.

Pela franqueza destes meus rabiscos, o amigo verá em tudo a perfeita amizade que ha muito nos prende. Se fosse outro, jogava a um canto, no fundo de uma mala, abandonado, a uma gaveta, entregues a ganancia das baratas e das traças; e quando fosse revolver os guardados, lá o encontrava amarratado, sem cor, não percebendo mais os traços physiognomicos, tão bem gravados pela machina photographica.

Deixal-o! Onde o colloquei está muito bem. Quando deparo com o teu retrato, recordo-me dos tempos que lá se vão. Lembro-me com saudades presença de um bazar de quinqui, o tablado de um pequeno palco; que cada um compenetrados do seu papel, gozamos os momentos de maior prazer; sentindo a mesma emoção da scena. E quantas vezes trabalhando no mesmo drama, com a mesma amizade que ainda hoje nos une, não fomos adversarios?

Eu sendo a victima e tu, o algoz! Coisas de theatro!...

Vou comprar um album e collocarei com o maximo cuidado, conservando-o intacto, até quando mais não possa cuidar do teu retrato.

Agradeço essa prova. Offerecer o retrato a um amigo, é a verdadeira prova de amizade e de confiança.

Guardal-o-hei como reliquia!
Outubro - 922 — Abilio Rodrigues

O FERREIRO

(Conto Infantil)

Conta-se que um fazendeiro levantou-se um dia muito cedo e foi inspecionar sua fazenda.

No... encontrou uma ferraria... já estava trabalhando para trat

"O Kosmos, na época, localizado na Rua Florêncio de Abreu, era a sociedade que não aceitava de jeito nenhum a permanência de pessoas de moral duvidosa no seu meio. Quando a entidade se mudou, passando a realizar suas festas num salão conhecido como Itália Fausta, chegou a ter um corpo cénico e um jornal."

O CLARIM D'ALVORADA

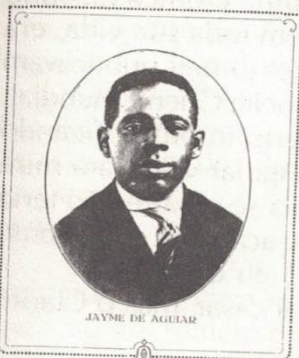
ORGÃO LITERÁRIO, NOTICIOSO E HUMORÍSTICO

Direção: JIM DE ARAGUARY & LEITE

ANNO IV

SÃO PAULO, 15 DE JANEIRO DE 1927

NUM. 28



JAYME DE AGUIAR

Apezar dos pezares...

É felizmente, hoje, com entusiasmo, ante os aplausos daqueles que nos têm ouvido, admiradores de hoje e sempre, que apressamos o presente número comemorativo ao nosso aniversário.

Em se tratando de uma data significativa, compre-nos, pois, antes de qualquer outra asseveração, deixar bem acentuados os nossos efusivos agradecimentos a todos os nossos prezados leitores e assinantes e bem assim a aqueles que se deixam ainda dominar pelo desquite ou mais intencionalmente inqualificável; os seus ideais, embora circundados de imagens bem representativas, pelo pincel de um artista de pulso, jamais tão de salutar ao lado das grandiosas e soberbas paizagens que se nos deparam nestes últimos tempos de um encantamento admirável, de uma evolução assombrosa, feitas e baseadas num critério, com arte; nelas há o encantamento, a atração, tudo bem norteado na combinação das cores! Não podemos representar os nossos sentimentos de satisfação e de entusiasmo sem os imprecindíveis pezares; aos fidedignos idealizadores de farsaria que se julgam compreendidos dos seus deveres sociais e dos impostos pelo Criador. Entramos no 3º ano de vida; já não nos esqueçamos das promessas passadas, das ideias por nós combatidas, nem tampouco do evoluir da nossa gente nestes últimos tempos.

Compre-nos, pois, embora contrateitos, em primeiro lugar identificar os nossos sentimentos de agradecimentos a todos os nossos prezados colaboradores, admiradores seniores, pelas ajudas constantes e dignas de reconhecimento profundo; mas estas as nossas sinceras demonstrações de gratidão que lhes endereçamos, aos despretados por excelência, também os nossos agradecimentos, pelas grandiosidades dos seus feitos de desprestigiadores da boa ordem, do bom senso e das constantes irregularidades. Há dois anos passados virgimos com este pequeno jornal, idealizando a nossa gente, demonstrando-lhe o caminho a trilhar, para que se realizassem quanto breve o nosso tão falado problema racial, que de há muito já deveria ter sido posto em prática.

Permitta-nos, o Redentor, que outros tantos anos de existência se nos apresentem conquistando o apoio de todos aqueles que reconhecem as nossas labutas, a nossa boa vontade para elevar sempre ao triunfo merecedor, se conseguirmos o apogeu da nossa identidade moral e social.

Então, todos nós, em coro entoaremos em alta voz, o solenne Te-Deum, ante o altar magestoso do grande templo do Dever da nossa digna Ascensão, harmoniosamente, com amor próprio dos nossos sentimentos de alegria, entusiasmo, creantes no poder valioso que será por certo, o pulso rítmico dos idealizadores seniores de hoje, e da mocidade estudiosa e luctadora de amanhã!

J. DE AGUIAR.

Anno Velho e Novo!

A noite está magnífica. Diante de mim não muito longe vejo uma linda criança morena, que com um suave sorriso a brincar-lhe nos lábios, pede gentilmente ao velho tremulo e cansado que se retire.

Adens, o velho de barbas brancas e rosto enrugado. Os homens esperam ansiosamente o teu último suspiro. Vac-de.

Foste bom ou mau? Querido ou amaldiçoado? Deixas bías ou más recordações?

Tu roubaste o avô ao neto, o neto ao avô; o pai ao filho, o filho ao pai; o irmão ao irmão; o amigo ao amigo. Tu desprestigiaste cadeias de amor delicaste corações enamorado... Velho fatal, parte!

Mas em compensação, espalstaste também pelo mundo muitas alegrias. Encheste bergeiros vastos, uniste corações apaixonados, desticaste novos amigos e encheste-nos de alegria o coração e a alma. Vae, pobre velho parte e leva contigo dores e alegria, risos e prantos, friezas e esperanças.

E tu ó linda criança vem! Ouves? Um grande barulho anuncia a tua chegada; os homens saudam-te com gritos de alegria dizendo: — «Bom Anno!»

Vem, ó linda criança a tua vida é breve. Hoje és festejado e abençoado; mas daqui a doze mezes o que acontecerá?

Vem, ó criança! Eu te saúdo e te peço: auxilia os pobres e os desamparados, dá pão a quem tem fome, consola a quem sofre. Protege os velhos, a criança, os pobres e os ricos.

Sê bom para todos...

E vós, ó leitores do Clarim d'Alvorada ó amigos gentis, ó irmãos não sentir, junta a vossa voz à minha e digamos:

«Sê propio, ó Anno Novo, a quem fundou este querido jornal que espalha por todos os lados belas paginas cheias de conselhos e instruções; fazei que Elle resoe por todo o nosso querido Brasil que encerre em si o triumpho da raça preta o amor santo da Patria e de Deus.»

EVANGELINA XAVIER DE CARVALHO.

BOAS FESTAS

O nosso jornal O Clarim d'Alvorada, pelo motivo de comemorar hoje o seu aniversário occorrido á 6 do corrente, embora já sejam decorridos quinze dias das tradicionais festas do Santo Natal, Anno Bom e Reis, vna cumprir-nos todos os seus admiradores, e as associações danantes desta capital que lhes têm emprestado auxilios quanto a sua distribuição, augurando-lhes immensos progressos, felicidades no decorrer do NOVO ANNO, da sociedade abaixo mencionada:

Auri-Verde
Bricco de Princezas
Campes Elyseus
Etille da Liberdade
15 de Novembro
28 de Setembro
6 de Maio
13 de Maio
Barão do Rio Branco
Eden Juvenil
Paulistano
Kosmos
Cravos Vermelhos
Princeza do Norte
União Militar
União da Moridade
Barra Funda.

As associações: Centro Civico dos Palmarens, e C. H. José do Patrocínio, que tanto têm trabalhado com verdade e amor e caridade para elevar ao triumpho, intervir e a educação imprescindível, de todos aqueles que, de bom grado, concorrerem para a evolução civil e social da nossa gente, nestes tempos de um evoluir de progresso, assimilem-se!

São estes os ardentes votos, sinceros, desde pequeno mensageiro das brasileiras de cor, no dia de hoje.



JOSÉ CORRÊA LEITE

Muito agradecido...

Completo mais um anno inteiro, o nosso pequeno porta-voz, que fôrta, é mais um anno de luctu e de luta que passa, tão cheio de chimeras para nos outros, que almejam um futuro de grandeza para raça que descendemos. O Clarim, apresentando-se hoje, tal qual o cavalheiro audante que, por um momento estanca firme para sacudir o pó, unico trophéu que traz da grande jornada. Mas está contente com a sua conquista, que se resume no pó da loiga estrada. E meue trajeto que se aprende a ter fé e a esperança de vencer. Vencer ao lado dos innumeros patrios que nos acompanha com a mesma crepa, com a mesma vontade de lutar em prol da gente preta brasileira. Agredemos com franqueza, sem seleção, não somente os que nos acompanha quer emprestando seus apoios intellectuaes ou financeiros; mas também não podemos esquecer dos outros que lutam do outro lado, para o mesmo fim, e para o mesmo ideal.

O aniversário da nossa folha, não representa para nós uma data festiva, porque, ainda não atingimos o ponto capital da nossa vontade ferrea de fazer do Clarim, o orgão humilissimo e inflexivel defensor da classe dos homens pretos, de nossa terra. Mas isto por ora será somente um sonho, enquanto o desquite campear como até aqui tem campear no seio da nossa gente. É por este facto que a nossa folha é simplesmente um signal de esforço de um pugilo de moços, dispostos a lutar ao lado dos que lutam. O Clarim é dirigido por rapazes, logo é para a nossa sociedade, que elle vive; a essa juventude esperancosa que floresce tão risonha lampas hoje a nossa salvação, para que não se esqueçam do nosso interpassado glorioso. Os agradecimentos que aqui deixamos facemos em nome da nossa classe, sim porque quer beneficio o Clarim, com sinceridade e não com promessas petulantias raras vezes compreidas... Como já nós fizemos. Esses não julgam que estão beneficiando os humildes dirigentes desta folha, não fazem pelo amor de Deus, em troca de recompensas de nossa parte, ou para receberem homenagem. Mas sim esperam a recompensa do futuro.

As sociedades danantes desta capital e as do interior os nossos agradecimentos, não só pelo acolhimento cavaleiro do Clarim, em suas sedes, como pelo interesse e o reconhecimento do seu valor.

Aos nossos colaboradores, não encontramos palavras, para enaltecer os seus altos predileitos de homens esforçados, e dignos companheiros de luta. Em fim a todos em geral os nossos agradecimentos sinceros, unica recompensa que podemos apresentar aos nossos amigos.

Dentro de alguns dias completará também o primeiro aniversário do nosso apello para fundação nesta capital, da Confederação dos homens de cor. Não podemos deixar passar desaproveitado este facto de summa importancia para nós e para os nossos leitores seniores. Temos ainda muitas esperanças de ver realizado esse nosso intento, não por nós

"A gente, em qualquer lugar que fosse no meio negro, era conhecido como d'O Clarim d'Alvorada."

Director:
ANTONIO DOS SANTOS
Director-Litterario:
J. D'ALENCASTRO

O BANDEIRANTE

Assignatura
Anno 3\$000
Semestre 2\$000
Pagamento adiantado

Organ de combate em prol do recrutamento geral da classe dos homens de cor

ANNO II

São Paulo, Abril de 1919

NUM 4

Em Marcha...

Somos como aquell viandante que, após extensa caminhada feita, descansa à sombra da primeira arvore ramada crescida à beira da estrada, e respira, em largos haustos, a aragem fresca para de novo retomar o mesmo roteiro em busca do destino ambicionado; nós, que até agora viemos de penna em riste, estacamos também os nossos passos neste momento e respiramos para novamente proseguir em nossa marcha...

Hoje se ergue a nossa frente o primeiro marco da estrada em meio de nosso caminho-aspero o ingreme que nos tem sido!

Volvemos o nosso olhar ao trajecto percorrido, ao passado—que já se vai longe e mais se distancia ainda, — e nos certificamos de que n'esta hora e neste dia, um anno encerra o seu cyclo completo.

Um anno, que passou! Foi elle um largo lapso — e tempo em que, serenamente, mourejamos na lide jornalística, e, assim, pudemos manter o nosso jornal na altura do mais puro e elevado conceito dos espiritos esclarecidos.

Agora, "O BANDEIRANTE" já tem o seu passado — o mais digno possível; agora, "O BANDEIRANTE" conta a sua chronica demais honrosa — producto de um programma superiormente delineado e seguido sem titubeios, sem tergiversações...

Como bandeira de combate, alçada em defeza de nossa classe, não foi arriada uma só vez; como promessa de paz, estabelecendo a concordia em nosso meio, tornou-se uma realidade — porque nunca aceitou e nem tampouco ateou a guerra em o seio de irmãos.

A chronica d' "O BANDEIRANTE" que é toda de serenidade, que é a da communhão dos melhores esforços em conseguir estreitar firmemente o laço da mais segura fraternidade entre nós, homens de cor, é o expoente iniludível da segurança com que lhe foi traçado o difficil programma — mais das vezes incompreendi o!...

"O BANDEIRANTE", durante todo o seu curso feito até esta data em que se passa o seu anniversario de fundação, foi luz espanejante em o cerebro de cada um de nós, foi o cantico da Paz penetrando em nossos corações!

Assim, elle cumpriu a sua elevada missão de concordia!

E nós que o trouxemos até os hum-

braes de um anno — que marca a sua etapa, — não lhe dizemos, como o poeta italiano, Stecchetti, disse referindo-se aos seus versos:

"Poveri versi miei gettati a ve to!"

Não! Nós não o atiramos aos ventos maus do indifferentismo; nós o atiramos aos corações de todos os ho-



Homenagem ao nosso valoroso Redactor, fundador e alma mater d' "O Bandeirante"

mens de cor, na esperança grata de que todos o conduzam sobranceiramente e ninguém o deixe cair à margem do caminho do trito olvido!...

O Passado

Um anno! Nesta data, na pequena festa que então promoveu o Gremio "Bandeirantes" a convite da directoria, a pessoa inesquecível de Joaquim Cambará, com a sua palavra vibrante, cheia de calor e enthusiasmo, depois de presidir a sessão, declarava inaugurado o 1.º numero do Jornal o "Bandeirante".

Eil-o! Parece que suas palavras ainda repercutem neste recinto, onde, ha um anno, a ouviamos com respeito e acatamento, porque, em cada pronuncia, víamos uma lição; em cada lição, uma gloria para nós, homens de cor, porquanto, Cambará possuía esse dom de harmonisar as ideias, ainda que mais exaltadas, e era por isso que o seu nome repercutia em todos os salões, em muitas casas, onde se tornou, familiarmente fallando, uma parte integrante dessa familia. Foi es-

se benemerito muito de hoje, quem procurou harmonisar as sociedades; a elle coube a honra de inaugurar o 1.º n.º do "Bandeirante"; quem fallava nessa occasião era Cambará, e quem era Cambará? Um militar, um defensor da Patria, um homem cheio de valor e honestidade. Ao terminar as suas palavras, levantava a bandeira Nacional, que então cobria o 1.º n.º do jornal, e ao levantá-la, pareceu-nos que enthusiasmado, ganhava uma batalha, e assim era; inaugurar um jornal, ter um baluarte para a defeza dos fracos, digno de enthusiasmo, porque, dias depois, já perto de sua morte, ainda vemos um artigo de Cambará, nesse mesmo jornal que inaugurara. A morte nos roubou esse sublime elemento, que não chegou a gozar das primicias de sua defeza em prol dos oprimidos, porem, o seu nome existe nos corações de seus amigos. Pouco pudemos nós fazer, os esforços foram grandes, depois, outras causas vieram trazer abstraculos á marcha que pretendíamos seguir.

Como as boas causas encontram difficuldade, o sonho, as palavras de Cambará, foram amortecendo e parece que com ellas, como o orador, desaparecem; porem, como lembrança desse vulto, ainda perdura o sonho, e a realidade, e assim, hoje estampamos um n.º para demonstrar que não abandonamos ainda o nosso posto, não podemos no entanto deixar de lamentar os bons companheiros que desapareceram e que eram as nossas maiores esperanças a fim de nos guiar, na missão espinhosa que encetamos, porem, crentes, tentaremos levar avante essa jornada, que ingratamente os nossos co-irmãos de raça não nos prestam seus auxilios, para a manutenção de mais um órgão de defeza dos homens de cor. E para demonstrar esse apoio, não precisava mais do que a metade dos moços que frequentam a sociedades tomassem uma assignatura, ou comprassem um n.º cada vez, seria, com pouco, elevado a muito; jornalário, como progredir o jornal? Somente com a boa vontade e sacrificio de alguns? Si deixássemos um sabbado de frequentar um dos tantos beneficios, seria uma assignatura, teria vida esse jornal e quem sabe os beneficios que prestaria á classe, e nenhum mais elevado de que a palavra da imprensa, quando verdadeira, despida de paixões, ella nos eleva, ou nos esmaga.

Frederico Baptista de Souza

Estatutos da Frente Negra Brasileira

Os Estatutos, que foram publicados no Diário Oficial e registrados em 4 de novembro de 1931, ficaram assim redigidos:

"Art. 1º — Fica fundada nesta cidade de S. Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

"Art. 2º — Podem pertencer à Frente Negra Brasileira todos os membros da Gente Negra Brasileira de ambos os sexos, uma vez capazes, segundo a lei básica nacional".

"Art. 3º — A Frente Negra Brasileira, como força social, visa à elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra".

"§ Único — Para execução do art. 3º, criará cooperativas econômicas, escolas técnicas e de ciências e artes, e campos de esporte dentro de uma finalidade rigorosamente brasileira".

"Art. 4º — Como força política organizada, a Frente Negra Brasileira, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro."

"Art. 5º — Todos os meios legais de organização necessários à consecução dos fins da Frente Negra Brasileira serão distribuídos em tantos departamentos de ação quantos forem precisos, constando de regulamento especial."

"Art. 6º — A Frente Negra Brasileira é dirigida por um Grande Conselho, soberano e responsável, constando de 20 membros, estabelecendo-se dentro dele o Chefe e o Secretário, sendo outros cargos necessários preenchidos a critério do Presidente. Este Conselho é ajudado em sua gestão pelo Conselho Auxiliar, formado pelos cabos distritais da Capital."

"Art. 7º — O Presidente da Frente Negra Brasileira é a máxima autoridade e o supremo representante da Frente Negra Brasileira, e sua ação se limita pelos princípios que a orientam."

"Art. 8º — A Frente Negra Brasileira representa-se ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente pelo Grande Conselho, na pessoa do Presidente, e, na falta deste, por um dos outros diretores. Os membros não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações sociais."

"Art. 9º — Têm força de lei os regulamentos, ordens, avisos e comunicações emanados pelo Grande Conselho, e os casos omissos nestes Estatutos serão regidos pelas leis e praxes em vigor no País."

"Art. 10º — A Frente Negra Brasileira somente se extinguirá pela vontade unânime do Grande Conselho e da maioria do Conselho Auxiliar e de todos os sócios reunidos na Assembléia Geral Especial, convocada pelo Presidente Geral em harmonia com o Grande Conselho. Se, por acaso, for extinta, seus bens passarão para uma sociedade beneficente de gente negra, que se mostrar digna da doação."

"Estes Estatutos são irreformáveis nos artigos 1º, 2º, 6º e 7º, a não ser por vontade unânime dos Conselheiros."

Fonte: Ramos, Arthur. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956. p. 188-190.